



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

BERNADETE TENORIO DE SIQUEIRA ZIMMERLE

FATORES SOCIOECONÔMICOS NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS
BRASILEIROS

CAMPINA GRANDE - PB
2019

BERNADETE TENORIO DE SIQUEIRA ZIMMERLE

**FATORES SOCIOECONÔMICOS NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS
BRASILEIROS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFCG como exigência para obtenção de título de Mestre em Ciência Política, sob a orientação da **Profa. Dra. Gabriela da Silva Tarouco.**

**CAMPINA GRANDE PB
2019**

Z72f

Zimmerle, Bernadete Tenorio de Siqueira.

Fatores socioeconômicos na participação política dos brasileiros /
Bernadete Tenorio de Siqueira Zimmerle. – Campina Grande, 2019.
120 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal
de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Prof.a Dra. Gabriela da Silva Tarouco".

Referências.

1. Democracia Brasileira. 2. Participação Política – Brasil. 3. Perfil
Socioeconômico – Brasil. I. Tarouco, Gabriela da Silva. II. Título.

CDU 321.7(81)(043)



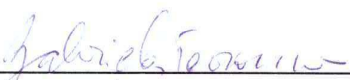
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

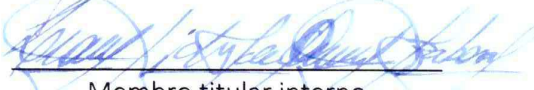
Ata
4ª sessão pública
Defesa de dissertação de Mestrado
Aluna Bernadete Tenório de Siqueira Zimmerle

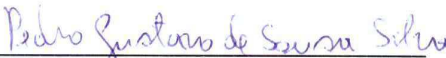
Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de 2019, às 15hs , no(a) Sala 15 do Hall das Placas do CH, campus de Campina Grande, reuniram-se, na forma e termos dos artigos 63, 64 e 65 do regulamento geral dos cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFCG da Resolução nº 03/2016 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG, a banca examinadora composta pelos professores Dra. Gabriela da Silva Tarouco, orientadora, Dr. Leon Victor de Queiroz Barbosa, como examinador interno (a) e Dr. Pedro Gustavo de Sousa Silva, como examinador externo, todos na qualidade de membros titulares, para julgamento da dissertação de mestrado intitulada "Fatores socioeconômicos na participação política dos brasileiros" da aluna Bernadete Tenório de Siqueira Zimmerle. A sessão pública foi aberta pela presidente e orientadora Professora Dra. Gabriela da Silva Tarouco, e após a apresentação dos integrantes da banca examinadora, a aluna iniciou a exposição do seu trabalho, sendo este seguido das arguições dos examinadores. Posteriormente, a banca examinadora solicitou aos presentes que se ausentassem, temporariamente do recinto, para em sessão secreta avaliar a aluna. Após análise, os membros da banca atribuíram, conforme determina o artigo 65 da Resolução nº 03/2016 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG o conceito:

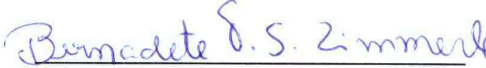
Aprovado () Em exigência () Indeterminado () Reprovado

Campina Grande, 31 de julho de 2019


Orientadora/Presidente da banca


Membro titular interno


Membro titular externo


Aluno (a)

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a informalidade dos agradecimentos. Seria bastante enfadonho agradecer seguindo normas e o “linguajar” da ciência política. Não que discorde dos procedimentos acadêmicos, mas tudo em seu tempo e na sua hora. E esta hora é, indiscutivelmente, da leveza, de pensar na trajetória singela e cheia de alegria que foi o mestrado em Ciência Política na UFCG. E começo a agradecer a universidade que me acolheu durante os anos da pós-graduação. Nossa como gostei da UFCG, das árvores, do frio do meio do ano, do riso solto, das músicas cantadas e tocadas pelos estudantes. Das conversas com meus colegas de turma, tenho imenso carinho por todos, sem exceção.

Entretanto, tenho que destacar as risadas maravilhosas de Thiciane, os apertos que dava em Thainná porque via nela a minha filha. Os papos profundos com Lígia e André Lucena. Meu amigo Cássio, suas histórias das experiências fora do país. Meus amigos: agradeço demais todos esses momentos.

Não posso e nem devo deixar de agradecer a todos os professores do programa, todavia não me sai da cabeça às aulas de Leon. Reafirmo que todos os professores foram de excepcional valor, mas Leon tinha seu jeito de agradar, seu olhar que repreendia as besteiras que falávamos. As aulas eram alegres em meio a Elster, Downs, Dahl, Olson e muito mais. Obrigada professor Leon, fizeste das aulas mais amenas, com seu jeito doce e cativante.

E claro, agradeço a minha orientadora, Gabriela Tarouco, por aceitar me orientar mesmo não me conhecendo direito como aluna. Foi com sua ajuda que cá estou, obrigada.

Agradeço agora às pessoas de minha existência, sem elas, com certeza, meus dias seriam vazios. Agradeço a minha mãe pela vida. Ela é tudo, mesmo que, por muitas vezes, não se lembre de tudo que fez por mim.

Agradeço imensamente, todos os dias, todos os minutos às minhas filhas: Gabriela e Julia. Pela paciência e compreensão dos dias em que estive ausente, seja em Campina Grande, longe de casa, seja escrevendo a dissertação. Obrigada minhas estrelas, sinto tanto amor por vocês.

E, finalmente, agradeço imensamente a minha amiga, minha irmã de alma, Andrea Rodrigues. Ela é dessas pessoas que exalam luz e que falam com o dialeto do amor. Minha querida irmã que tanto me ajudou no período do mestrado e além, que acreditou no meu sonho de poder fazer novamente o curso. Agradeço esse imenso apoio, muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo identificar a associação e a influência dos fatores socioeconômicos no envolvimento do indivíduo em moldes de participação política convencional e contestatória, levando em consideração que a desigualdade socioeconômica extrema em democracias é apontada como uma das causas que enfraqueceriam ou afastariam a participação política do cidadão. O estudo tomou como base o quanto os aspectos socioeconômicos motivam a participação política no nível individual dos brasileiros no período pós-eleitoral de 2014. A hipótese de trabalho foi se há associação entre perfil socioeconômico com a participação política do brasileiro. Para tanto, a participação política foi classificada em quatro tipos: eleitoral; sociopolítica; informação e participação em campanhas. Estes tipos foram elaborados de acordo com critérios de participação de Dahl e inspirado no índice de participação de Martins, Junior e Dantas (2004) e em estudos sobre as tipologias classificatórias de participação de Borba & Ribeiro (2011) e participação não eleitoral de Cantoni (2016). A dissertação foi dividida em quatro capítulos: os dois primeiros teóricos, cuja abordagem foi ancorada na teoria democrática e participação nas vertentes procedimental e a participacionista, tipologias classificatórias da participação política e fatores socioeconômicos como condicionantes do envolvimento político. O terceiro capítulo dedicou-se a explicação do método quantitativo, apresentação do *survey* Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) do CESOP, UNICAMP, pesquisa aplicada no período pós-eleitoral de 2014 e análise dos dados utilizando estatísticas descritiva e inferencial (CHAID e regressão logística binária). O quarto capítulo dedicou-se às considerações finais. Os resultados indicaram que no Brasil a participação política é mínima. Os que mais participam geralmente tendem a ter escolaridade e renda média a alta e, os menos participativos, escolaridade e renda mais baixas. A não participação política apresenta perfil de eleitores mais propensos à baixa escolaridade e baixa renda e, residir em determinadas regiões do Brasil pode elevar a chance de não envolvimento nas ações políticas. O modelo mostrou que o sexo exerce associação com poucas variáveis que compõem a participação. E desinteresse político dos brasileiros sofre influência das baixas escolaridade e renda, do mesmo modo que identificamos essa relação com outros aspectos da participação política.

Palavras-chaves: Democracia. Participação Política. Perfil Socioeconômico.

ABSTRACT

The present work aimed to identify the association and influence of socioeconomic factors in the individual's involvement in the mold of conventional and contestative political participation, considering that extreme socioeconomic inequality in democracies is pointed as one of the causes that would weaken or alienate participation. citizen policy. The study was based on how much the socioeconomic aspects motivate the political participation at the individual level of Brazilians in the post-election period of 2014. The hypothesis was whether there is an association between socioeconomic profile and the political participation of Brazilians. To this end, political participation was classified into four types: electoral; sociopolitical; information and participation in campaigns. These types were elaborated according to Dahl's participation criteria and inspired by the participation index of Martins, Junior and Dantas (2004) and studies on the classification typologies of Borba & Ribeiro (2011) and Cantoni's non-electoral participation (2016). The dissertation was divided into four chapters: the first two theorists, whose approach was anchored in the democratic theory and participation in the procedural aspects and the participationist, classificatory typologies of political participation and socioeconomic factors as conditions of political involvement. The third chapter was devoted to explaining the quantitative method, presenting the survey of the Brazilian Electoral Study (ESEB) of CESOP, UNICAMP, applied research in the post-election period of 2014 and data analysis using descriptive and inferential statistics (CHAID and binary logistic regression).). The fourth chapter was devoted to final considerations. The results indicated that in Brazil political participation is minimal. Those who participate most often tend to have medium to high schooling and income, and those with less participation, lower education and income. Non-political participation presents the profile of voters more prone to low education and low income, and living in certain regions of Brazil may increase the chance of non-involvement in political actions. The model showed that gender is associated with few variables that make up participation. And Brazilians' political disinterest is influenced by low education and income, just as we identified this relationship with other aspects of political participation.

Keywords: Democracy. Political Participation. Socioeconomic Profile.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. BREVE EXPLANAÇÃO TEÓRICA SOBRE A DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO	5
1.1. A DEMOCRACIA PROCEDIMENTAL	8
1.1.1. <i>SCHUMPETER: CRÍTICA À TEORIA CLÁSSICA E O MINIMALISMO DEMOCRÁTICO</i>	8
1.1.2. <i>A INFLUÊNCIA DE SCHUMPETER SOBRE TEÓRICOS CONTEMPORÂNEOS</i>	10
1.2. A DEMOCRACIA PARTICIPACIONISTA	13
1.2.1. <i>DEMOCRACIA E DELIBERAÇÃO: A DECISÃO E A REFLEXÃO</i>	16
1.2.2. <i>DEMOCRACIA ARGUMENTATIVA</i>	17
1.3. NOTAS SOBRE A TEORIA POLÍTICA DAHLSIANA: DO PROCEDIMENTAL ÀS PINCELADAS PARTICIPACIONISTAS	19
1.3.1. <i>OS CRITÉRIOS DAHLSIANOS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA</i>	21
CAPÍTULO 2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO NÍVEL DE ENGAJAMENTO INDIVIDUAL.....	23
2.1. TIPOLOGIAS CLASSIFICATÓRIAS: MODELOS CLÁSSICOS E AS NOVAS TIPOLOGIAS	24
2.2. LEVANTAMENTO DE MODALIDADE DE ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS BRASILEIROS	30
2.3. CONDICIONANTES PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: EXPLICAÇÕES A PARTIR DOS FATORES SOCIOECONÔMICOS	33
CAPÍTULO 3. ANÁLISE DOS DADOS	37
3.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS	37
3.2. VARIÁVEL DEPENDENTE: A CONSTRUÇÃO DOS TIPOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	38
3.3. ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIOECONÔMICOS DOS BRASILEIROS DE 2014	42
3.3.1. <i>VARIÁVEIS DO TIPO DE PARTICIPAÇÃO ELEITORAL</i>	45

3.3.2.	<i>VARIÁVEIS DO TIPO PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA</i>	46
3.3.3.	<i>VARIÁVEIS DO TIPO DE PARTICIPAÇÃO EM CAMPANHA</i>	47
3.3.4.	<i>VARIÁVEIS DO TIPO DE PARTICIPAÇÃO INFORMAÇÃO</i>	47
3.4.	PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO E O GRAU DE ASSOCIAÇÃO COM A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO BRASILEIRO	48
3.4.1.	<i>EXPLICANDO O CHAID (Chi Squared Automatic Interaction Detector)</i>	49
3.4.2.	<i>AS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS UTILIZADAS</i>	51
3.4.3.	<i>REDUÇÃO DAS VARIÁVEIS - O QUE REALMENTE IMPORTA PARA O MODELO</i>	52
3.5.	DISCUSSÃO DOS DADOS DO CHAID	53
3.5.1.	<i>BREVE DESCRIÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DOS BRASILEIROS QUANTO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DO CHAID</i>	55
3.6.	ANÁLISE DOS PREDITORES SOCIOECONÔMICO NO INTERESSE DOS BRASILEIROS POR POLÍTICA E NAS VARIÁVEIS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	59
	CAPÍTULO 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
	APÊNDICES	75

INTRODUÇÃO

A participação política dos cidadãos seja no processo eleitoral ou na ampla participação em ações políticas, convencionais e contestatórias (BORBA, 2012) é, indiscutivelmente, peça central para medir a qualidade da democracia e sua legitimidade, além de ser uma das condições básicas para que o regime democrático ocorra.

De acordo com Gohn (2011), existem diversas formas de se entender a participação. Algumas já são consideradas “clássicas” e deram origem a interpretações, significados e estratégias distintas, a saber: a liberal, a autoritária, a revolucionária e a democrática. Não se trata de interpretações monolíticas; elas geraram historicamente outras interpretações a partir das composições tais como: liberal/ comunitário; liberal/ corporativa; autoritária (de direita e esquerda) revolucionária (gradual ou por ato de força); democrática/ radical, entre outras definições.

A discussão sobre os conceitos de participação vem desde a participação direta originária nos gregos, no entanto o estudo científico sobre a participação, segundo Gohn (2011), remonta ao século XVIII, com as formulações com J. J.Rousseau; de teóricos do liberalismo como John Stuart Mill, G.D.H. Cole e A. de Toqueville.

Na teoria política contemporânea há, ao menos, duas vertentes para a caracterização da democracia que envolve diretamente o conceito de participação política: por um lado, o eixo procedimentalista cuja participação do cidadão no processo democrático é um método político para a tomada de decisão de escolha do governante através do voto. E, por outro lado, o eixo participacionista, que identifica a participação popular como fortalecimento do processo democrático através do envolvimento da sociedade civil nas questões políticas, ainda que seja na esfera da reflexão e do aprendizado, paralelamente às instituições formais da democracia representativa: “o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou o “treinamento social”, precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver” (PATEMAN, 1992, p. 60).

Definida a participação política como um dos aspectos centrais para a democratização, há a preocupação dos cientistas políticos e sociólogos sobre quais são os determinantes do envolvimento político do eleitor nos diversos tipos de participação.

Sociedade onde há desigualdade socioeconômica extrema é apontada com uma das questões que enfraqueceriam ou afastariam a participação política do cidadão. Um dos fatores seria isolamento dos indivíduos ou grupos sociais mais empobrecidos da sociedade em relação aos espaços e estruturas de poder político e decisões governamentais, o que seria exclusão política (BORBA, 2008). Segundo Pateman (1992, apud BORBA, 2008, p.61) a

participação envolve custos que impedem ou inviabilizam a inclusão de grandes contingentes populacionais que, no caso do Brasil, se encontram na categoria dos excluídos, o que implica uma massa de indivíduos carentes de recursos – tanto objetivos como subjetivos.

Desigualdades socioeconômicas, sobretudo quanto intensas, estão associadas a várias consequências indesejadas: crescimento econômico insuficiente, ineficiência, pobreza, violência e democracia de baixa qualidade, em termos, sobretudo, da efetividade de direitos civis, mas também da igualdade de direitos políticos (...). À lista de malefícios da desigualdade pode-se acrescentar, ainda, a apatia política dos grupos sociais menos favorecidos (KERSTENETZKY, 2002).

Para propósito desta dissertação, o foco analítico foi identificar a influência das variáveis socioeconômicas no envolvimento do indivíduo em moldes de participação política convencional e contestatória. O estudo tomou como base o quanto os aspectos socioeconômicos motivam a participação política no nível individual, especificamente, o trabalho é voltado para verificar as motivações e atitudes de participação política dos brasileiros no período pós-eleitoral de 2014.

Para tanto o estudo é inspirado em critérios de participação da teoria de Robert Dahl e em estudos recentes sobre as tipologias classificatórias de participação popular, principalmente no que diz respeito à participação contestatória. De acordo com Oliveira (2011, p.9), a teoria democrática de Dahl, é, sem dúvida, procedimental, no entanto, ele “acolheria em alguns momentos, uma democracia mais participativa, e em outros instantes, uma democracia mais apática, ora se aproximando do próprio participacionismo, ora se aproximando de uma visão mais elitista, um procedimentalismo mais próximo daquele apresentado por Schumpeter”.

Como a proposta deste trabalho é apresentar a participação política sob o ponto de vista participacionista, a inspiração em Dahl será trabalhada no sentido que o teórico aborda a democracia com contornos participacionistas, ainda que ligados à participação no modelo tradicional¹.

Argumentação de Robert Dahl (2001) sobre a participação na ação política incorre através da igualdade dos cidadãos em participar do processo democrático. Segundo o autor, num processo democrático, existem pelo menos cinco critérios para satisfazer as exigências de que todos os membros estejam igualmente capacitados a participar nas decisões de uma associação sobre a sua política: I. participação efetiva; II. igualdade de voto; III. entendimento esclarecido; IV. controle do programa de planejamento; e V. inclusão dos adultos. Percebe-se,

¹ Para aprimorar o conhecimento sobre tipologias classificatórias, recomenda-se a leitura de Borba (2012).

através desses critérios, que havendo um contexto democrático deve haver oportunidades iguais e efetivas de seus membros.

Todos os cinco critérios apontados por Dahl pressupõem que seus membros, por mais limitado que seja o grupo, sejam politicamente iguais. Se um desses critérios for violado não há igualdade política. Nesse contexto, o autor faz referência à participação como a oportunidade de todos os membros darem suas opiniões sobre qual deveria ser a política adotada. Se essa participação for violada os membros não serão politicamente iguais e, portanto, não haverá processo democrático.

Para que numa sociedade seus cidadãos sejam politicamente iguais, é necessário que eles tenham participação efetiva através de oportunidades também iguais de poderem opinar sobre qual deveria ser esta política e terem esclarecimento sobre políticas alternativas. Esses são alguns critérios defendidos por Dahl (2001) para que haja uma Poliarquia.

Além da participação tradicional que se encontra no conceito de teoria democrática de Robert Dahl, estudiosos da participação (BORBA, 2012) apontam transformações ocorridas na forma de engajamento político, como o declínio do comparecimento eleitoral e do ativismo partidário, bem como o envolvimento dos cidadãos em movimentos sociais, participação em instituições de cunho associativo e voluntariado, que ampliam a participação ligada ao Governo, além de novas formas de participação inseridas na tipologia de ações políticas como a participação não convencional ou contestatória, são preocupações dos cientistas sociais e políticos sobre o tema participação.

O presente trabalho parte do princípio de que a consolidação e qualidade do regime democrático é fruto do maior engajamento da população em ações políticas que vão além do comparecimento eleitoral e ativismo partidário. Apesar de saber que participação eleitoral “é a característica mais elementar em um regime democrático” (RIBEIRO et al 2015), os estudos sobre a democracia abordam a falta de interesse desse tipo de participação em sociedades industriais, ainda que haja pouco estudo nas democracias recentes, as chamadas de terceira onda. Neste contexto, o estudo investiga a participação política do Brasil a partir do perfil socioeconômico de seus cidadãos, democracia que faz parte da classificação de terceira onda.

Mas, afinal, quais fatores condicionam a variação na participação política dos brasileiros? Por que alguns participam mais do que outros? No contexto brasileiro, será que os diferentes aspectos socioeconômicos influenciam a participação política do eleitor?

Deste modo, salientamos que o objetivo desse trabalho é identificar se os aspectos socioeconômicos apresentam associação à participação política dos eleitores brasileiros. Utilizando critérios dahlsianos e inspirado no índice de participação elaborado por Martins,

Junior e Dantas (2004) e outras variáveis de participação convencional e contestatória levantadas na literatura recente sobre participação política, o presente trabalho explicará o quanto o perfil socioeconômico se associa com a participação política, seguindo o caminho dedutivo de descrição das variáveis socioeconômicas e da participação política e posterior teste de associação entre os dois.

Os resultados indicam que, em geral, a participação está associada a região, a escolaridade renda e idade. O sexo apresentou associação com um número muito pequeno de variáveis de participação, inclusive essa variável não discrimina as variáveis pertencentes ao tipo de participação em campanhas. Especificamente, a não participação política seja ela eleitoral, associativa e de protesto, bem como, a assimetria informacional e desengajamento em campanhas políticas apresentam perfil de eleitores mais propensos a baixa escolaridade e baixa renda e, residir em determinadas regiões do Brasil pode elevar a chance de não envolvimento nas ações políticas, principalmente de cunho eleitoral.

Este estudo foi dividido em quatro capítulos, os dois primeiros teóricos, o terceiro dedicado à parte empírica com análise dos dados e, o último, as considerações finais.

O primeiro capítulo aborda brevemente a teoria sobre democracia e participação e as duas principais vertentes sobre a democracia procedimental e a democracia participacionista.

Ainda no primeiro capítulo, as últimas seções são dedicadas: primeiro, as notas sobre a teoria política com base em Robert Dahl, a partir de perspectiva de sua explicação sobre democracia segundo o modelo procedimental, mas que acabam por incorporar conceitos sobre o participacionismo. E, em seguida, são apresentados os critérios dahlsianos de participação democrática.

No capítulo seguinte, examinamos as tipologias classificatórias da participação política desde as mais clássicas até as novas tipologias e modelos de engajamento de participação política no Brasil. O final desse capítulo dedicou-se aos fatores socioeconômicos como condicionantes da participação política em sociedades de democracias recentes.

No capítulo empírico, apresentamos aspectos metodológicos, objetivos e o *survey* utilizado para análise da hipótese de trabalho: há associação dos aspectos socioeconômicos na participação política do brasileiro? Qual o perfil socioeconômico das associações levando em consideração a frequência dos mais e menos participativos?

Além disso, no terceiro capítulo foram realizadas as análises dos dados de modo bivariado e com a utilização de análise estatística inferencial, além da descrição do perfil socioeconômico e demográfico dos tipos de participação política dos brasileiros em 2014 e em seguida as conclusões do estudo.

CAPÍTULO 1. BREVE EXPLANAÇÃO SOBRE A DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

O regime democrático tal como se apresenta no mundo contemporâneo tem diversas definições, às vezes complementares, às vezes antagônicas, a depender das qualificações e os adjetivos que atribuem ao termo democracia. Para O'Donnell (1999), é preciso notar que a lógica de associar qualificativos à "democracia" pressupõe um significado claro e consistente da palavra, que é em parte modificado pelos adjetivos. Assim, o que varia e pode conter vaguidões ou ambiguidades são as categorias adicionadas ou subtraídas do significado principal.

Apesar disso, é vista na contemporaneidade como um “consenso de que a democracia, independentemente de como foi definida, é um tipo de governo normativamente preferível” (O'DONNELL, 1999).

Mas nem sempre foi assim. Para Aristóteles (2006), por exemplo, a democracia² era uma das formas de constituição desviantes, pois sendo “o governo no qual se tem em mira apenas o interesse da massa, e nenhuma dessas formas governa para o interesse de toda a sociedade” (ARISTÓTELES, 2006, p.125).

Aristóteles (2006, p.122) argumentava que “o governo, é em toda parte soberano, e a constituição é na verdade o governo”. Visando o interesse comum ele está “em conformidade com os princípios de justiça, e, portanto, estruturados corretamente” (Ibidem, p.123), caso contrário torna-se despótico e desviante de seu objetivo.

Assim, as formas corretas de governo devem seguir padrões que deem espaço para que todo o cidadão tenha que participar das vantagens em comum, e a democracia não faz parte deste contexto. Verifica-se, então, uma descrição de critérios de tais formas de governo:

Das formas de governo em que um só governa, chamamos a que visa o bem comum de monarquia, das que governam uns poucos, os melhores homens, visando ao bem comum, chamamos de aristocracia; e quando uma grande parte dos cidadãos administra a cidade, tendo em mira ao bem comum, o governo é chamado por um nome genérico, ‘constituição’, que é um nome comum a todas as outras (ARISTÓTELES, 2006, p. 124).

² Das formas de constituição acima mencionadas, os desvios são: da monarquia, a tirania; da aristocracia, a oligarquia; do governo constitucional, a democracia (ARISTÓTELES, 2006, p. 124).

Independente das discussões em torno de seus termos, se desviante ou se virtuosa, a democracia surgiu com consequência da vontade dos atenienses de tornar o governo autônomo e igual para todos. “A democracia da Grécia antiga era uma democracia direta. O povo governava de modo efetivo, reunindo-se, e tomando diretamente as decisões políticas básicas” (HELD, 1987; SINDAIR, 1988, apud BOTTOMORE).

O termo democracia foi usado pela primeira vez pelo historiador grego Heródoto no século V a.C., significa, por assim dizer, uma abreviação de governo popular:

Em 507 a.C., os atenienses adotaram um sistema de governo popular que durou aproximadamente dois séculos, até a cidade ser subjugada por sua vizinha mais poderosa ao norte, a Macedônia (...) Foram os gregos – provavelmente os atenienses – que cunharam o termo *demokratia*: *dem*, o povo, e *kratos*, governar (DAHL, 2001[1998]).

Esse sistema político teve como premissa essencial a participação de todos considerados cidadãos atenienses. De acordo com Dahl (2001[1998]) “entre as democracias gregas, a de Atenas era de longe a mais importante, a mais conhecida na época e, ainda hoje, de incomparável influência na filosofia política, muitas vezes considerada um exemplo primordial de participação dos cidadãos ou, como diriam alguns, era uma democracia participante”.

Com o advento de sociedades mais complexas e de maior número de indivíduos, a democracia direta tornou-se praticamente inviável como forma global. A representação numa moderna democracia torna-se condição essencial, sendo assim, segundo Dahl (2001[1998]), o sistema ateniense de seleção dos cidadãos para os deveres públicos por sorteio jamais se tornou uma alternativa aceitável para as eleições como maneira de escolher os representantes. As instituições políticas da Grécia, por mais inovadoras que tenham sido em sua época, foram ignoradas ou mesmo claramente rejeitadas durante o desenvolvimento da moderna democracia representativa.

Para Dahl (2001[1998]), é difícil imaginar que o advento da democracia ou de um governo popular só tenha surgido na Grécia clássica. Houve uma série de eventos propícios para o surgimento desse sistema em diferentes lugares e em diferentes épocas: “Pressuponho que a democracia possa ser inventada e reinventada de maneira autônoma sempre que existirem condições adequadas. Acredito que essas condições adequadas existiram em diferentes épocas e em lugares diferentes” (DAHL, 2001[1998], p. 19).

Essas “condições adequadas” nada mais eram que o sentimento de igualdade entre os indivíduos de um povo ou de um grupo, que, podendo guiar-se sem controle externo, estão qualificados em opinar no seu governo. Nessas ocasiões é que Dahl acredita ser possível emergirem “tendências democráticas”: com a igualdade, a participação democrática é impulsionada. “Um impulso para a participação democrática desenvolve-se a partir do que poderíamos chamar de lógica da igualdade” (DAHL, 2001[1998], p. 20).

O conceito de democracia na forma direta nunca perdeu a influência sobre o pensamento democrático e assim se manteve até o final do séc. XVIII período em que foi retomado pelos teóricos clássicos da democracia. No entanto, esses teóricos se depararam com o obstáculo de como cumprir a vontade geral e o bem comum. Para a filosofia da democracia do séc. XVIII “o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo” (SCHUMPETER, 1984).

Jean-Jacques Rousseau³ defendia a tese de a vontade geral prevalecer sobre a vontade particular dos cidadãos. Pateman (1992) alerta para citação significativa do livro II do Contrato Social, em que Rousseau pergunta: “Por que é sempre certa a vontade geral e por que desejam todos constantemente a felicidade de cada um, senão por não haver ninguém que não se aproprie da expressão cada um e não pense em si mesmo ao votar por todos?” (ROUSSEAU apud PATEMAN, 1992, p. 37).

Segundo Rousseau a vontade geral é justa, pois nela os direitos individuais são protegidos, na medida em que o processo participativo e a igualdade política são assegurados. “A única política a ser aceita por todos é aquela em que os benefícios e os encargos são igualmente compartilhados, o processo de participação assegura que a igualdade política seja efetivada nas assembleias em que as decisões são tomadas” (PATEMAN, 1992, p. 37).

No Livro II do *Contrato Social* de Rousseau, onde elucida sobre o valor conferido à vontade geral numa legislação:

Numa legislação perfeita, a vontade particular ou individual deve ser nula; à vontade do corpo, própria ao governo bastante subordinada; e, por conseguinte, a vontade geral ou soberana sempre dominante é a regra única de todas as outras (ROUSSEAU, 2006, p. 71).

³ Um dos principais teóricos clássicos da democracia e que, segundo Pateman, é considerado o teórico por excelência da participação. Retornaremos a Rousseau muitas vezes já que esse teórico aparece em argumentos da teoria democrática, desde os participacionistas até referências de teóricos decisionistas.

1.1. A DEMOCRACIA PROCEDIMENTAL

A partir do início do século XX, com Max Weber (1864-1920), a concepção do elitismo democrático⁴ tomou forma e, com ela, a soberania popular deveria ser limitada ao processo eleitoral. De acordo com Weber, os conflitos culturais não são mensurados pela metodologia científica e, com Joseph Schumpeter (1883-1946), a democracia é definida apenas como método democrático com a finalidade de eleger os políticos através do processo eleitoral⁵. O bem comum e a vontade geral são questionados por Schumpeter que insere o conceito de democracia como método.

Para compreender a essência da democracia procedimentalista, sem pretensão de aprofundar sobre o tema, mas expor ontologicamente o que derivou o pensamento da democracia como a participação do povo reduzida ao processo eleitoral, elegeram-se alguns aspectos sobre a crítica à teoria clássica pelo teórico Schumpeter e o conceito do minimalismo democrático.

1.1.1. Schumpeter: crítica à teoria clássica e o minimalismo democrático.

Joseph Schumpeter (1984[1942]) critica fortemente a “teoria clássica”, quando ataca os dois pilares dessa teoria: o bem comum e a vontade geral como essenciais ao processo democrático.

Para o teórico o pensamento dos filósofos políticos da “teoria clássica”, sobre o bem comum e a vontade geral não se pode levar a efeito porque simplesmente não existe algo que seja um bem comum única e perfeitamente determinado, sobre o qual todas as pessoas concordam através de argumentos racionais. Sua inexistência decorre não do fato de algumas pessoas desejarem coisas diferentes do interesse geral, mas do simples motivo de que, para diferentes indivíduos e grupos o bem comum está fadado a significar diferentes coisas. Mesmo que as opiniões e desejos dos cidadãos fossem precisamente definidos e independentes, com os quais o processo democrático pudesse trabalhar, mesmo que todos

⁴ O elitismo democrático refere-se a todas as concepções de democracia que operam com dois elementos: – I. a redução do conceito de soberania ao processo eleitoral; II. justificação da racionalidade política enquanto decorrente da presença de elites políticas ao nível do governo.(AVRITZER,2000)

⁵ Para O’Donnell (1999) está bastante claro que Schumpeter tem uma visão elitista da democracia: "Os eleitores que não fazem parte do Parlamento devem respeitar a divisão de trabalho entre eles próprios e os políticos que elegeram [...] devem compreender que, uma vez eleito um indivíduo, a ação política é problema deste e não deles." (SCHUMPETER, 1975:296, apud O’ DONNELL, 1999)

agissem em relação a eles com uma racionalidade ideal, não se seguiria, necessariamente, que as decisões políticas produzidas por esse processo representassem qualquer coisa que se pudesse chamar, convincentemente, de vontade do povo. Pois ocorre que, sempre que as vontades dos indivíduos estão muito divididas, é muito provável que as decisões políticas produzidas não se conformem ao que o povo realmente deseja (1984 [1942]: 314-9).

A crítica de Schumpeter à teoria clássica consiste também em além de não existir racionalmente o bem comum e, portanto, a vontade geral, a democracia é dissociada enquanto uma teoria de meios e fins. ‘Democracia é um método político, ou seja, trata-se de um determinado tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas - legislativas e administrativas’(PATEMAN, 1992, [1970], p. 12).

Outro ponto muito importante da teoria de Schumpeter está na ideia de que a participação do povo se resume na tomada de decisão no processo eleitoral. “Aquele arranjo institucional (*método democrático*) para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo” (SCHUMPETER, p. 269, apud PATEMAN, 1992, [1970], p. 13).

A participação do povo numa democracia se resume em apossar e desapossar o político do poder. O controle durante o mandato, ou mesmo a interferência desses em assuntos políticos não lhe cabe. “A massa eleitoral é incapaz de outra coisa que não seja um estouro de boiada” afirma Schumpeter, e, conforme a visão desse teórico, “democracia não significa que o povo realmente governa; significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-lo” (1984 [1942]).

Os eleitores (...) devem respeitar os políticos que elegem. Entre as eleições, não devem retirar sua confiança muito facilmente e devem entender que, uma vez que elegeram um indivíduo, a ação política é tarefa deste e não deles. Isso significa que devem evitar instruí-lo sobre o que ele deve fazer (SCHUMPETER, 1984 [1942] :367).

Na teoria democrática de Schumpeter, a participação não tem papel especial ou central, assim sendo, ele não achava necessário o sufrágio universal. Segundo Pateman (1992, [1970], p. 13), ele pensava que as qualificações quanto à propriedade, à raça ou à religião eram, todas, perfeitamente compatíveis com o método democrático.

Para Schumpeter a democracia não é um fim em si mesmo. Apenas é um método para se chegar a decisões no âmbito do processo eleitoral. “Democracia é um método político, ou seja, certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas – legislativas e

administrativas – e, portanto, não pode ser um fim em si mesma, não importando as decisões que produza sob condições históricas dadas” (SCHUMPETER, 1984[1942], p.304).

Não haveria, portanto, lugar para participação do povo no processo pós-eleitoral, pois, para o autor o reduzido senso de responsabilidade e a ausência de desejo efetivo explicam, por sua vez, a ignorância do cidadão comum e sua falta de discernimento em questões de política interna e externa (...). Tudo mostra que, sem a iniciativa que decorre da responsabilidade imediata, a ignorância persistirá frente às massas de informação, por mais completas e corretas que sejam (SCHUMPETER, 1984[1942], p. 327).

O eleitorado, para Schumpeter (1984[1942]), tem a função de produzir o governo e de desapossá-lo: “deve-se observar que, ao definir como função básica do eleitorado a produção de um governo também pretendo incluir nessa expressão a função de desapossá-lo. A primeira função significa simplesmente a aceitação de um líder ou um grupo de líderes, a outra significa simplesmente a retirada dessa aceitação” (SCHUMPETER, 1984 [1942], p.339). O eleitor não controla o eleito em seu mandato a não ser recusando-se a reelegê-lo ou a reeleger as maiorias parlamentares que os apoiam.

A vontade do povo, para Schumpeter, é manufaturada de acordo com os interesses dos grupos que querem conquistar o poder através da competição. Nesse contexto, o voto é apenas um instrumento, um produto disputado por aqueles que querem o poder político, ganha quem seduzir mais, quem vender melhor a sua imagem. “Assim, o método democrático se resume em escolhas de governantes, através da competição pela liderança, uma competição que se assemelha ao mercado e nada mais”.

1.1.2. A influência de Schumpeter sobre teóricos contemporâneos

Pateman (1992) verificou que o uso e o termo da participação, ao menos no que diz respeito ao âmbito político, não seria mais aceitável, porque através dessas mesmas comprovações empíricas, a democracia com participação do povo, proposta pelos teóricos clássicos, se posicionava no âmbito ideal e não condizia com a realidade; era um modelo mais normativo, “carregado de valores” e que a participação política não deve ser estendida a toda população, haja vista suas tendências autoritárias, principalmente nas classes de baixa renda:

É um bocado irônico que a ideia de participação tenha se tornado tão popular, particularmente entre estudantes, pois entre os teóricos da política e sociólogos políticos a teoria da democracia mais aceita (aceita de maneira tão ampla que se poderia chamá-la de doutrina ortodoxa) é aquela na qual o conceito de participação

assume um papel menor. Na realidade, não apenas tem um papel menor, como nas teorias de democracias atuais um dado predominante é a ênfase colocada nos perigos inerentes à ampla participação popular em política (PATEMAN, 1992).

A preocupação eminente de que a participação fosse relacionada ao conceito de totalitarismo⁶, principalmente após a exposição de fatos ocorridos no século XX, e, por outro lado, a participação idealizada pelos teóricos clássicos não ter possibilidade de ser colocada em prática, levou teóricos contemporâneos como Berelson, Dahl, Sartori e Eckstein a colocar a participação não mais como ponto central da discussão e prática democrática. Carole Pateman (1992) atribui a inspiração desses teóricos contemporâneos a Joseph Schumpeter, que em seu prestigiado livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (1942), o autor, antes mesmo das informações empíricas, já alegava que deveria se fazer uma revisão na teoria clássica da democracia, atribuindo a democracia apenas a um “método político, ou seja, trata-se de um determinado tipo de arranjo institucional para chegar a decisões políticas – legislativas e administrativas” (SCHUMPETER (1942) apud, PATEMAN, 1992, [1970], p. 12).

A participação do povo não é tema central da teoria de Schumpeter, já que o seu papel é tomar a decisão por seus representantes apenas no momento do voto. Como destaca a citação:

Na teoria de democracia de Schumpeter, a participação não tem papel especial ou central. Tudo que se pode dizer é que o número suficiente de cidadãos participa para manter a máquina eleitoral – os arranjos institucionais – funcionando de modo satisfatório. A teoria concentra-se no número reduzido de líderes. ‘A massa eleitoral é incapaz de outra coisa que não seja o estouro da boiada’, diz Schumpeter (p.123), por isso seus líderes precisam ser ativos, possuir iniciativa e decisão, e a competição entre os líderes pelos votos constitui o elemento democrático característico nesse método político (PATEMAN ([1970] 1992).

Uma das poucas divergências teóricas dos autores contemporâneos da teoria democrática com a teoria de Schumpeter é em relação “à questão da necessidade de a democracia ter um ‘caráter democrático’ básico e daí saber se a existência desse caráter

⁶ Tais características derivam de duas preocupações principais de teóricos atuais que escrevem sobre a democracia, sobretudo os norte-americanos. Primeira, sua convicção de que as teorias dos seus predecessores mais antigos (os chamados “teóricos clássicos”), que acalentavam o ideal do máximo de participação do povo, precisam de uma revisão drástica, quando não uma rejeição pura e simples. Segunda, uma preocupação com a estabilidade do sistema político e com as condições e pré-requisitos necessários para assegurar tal estabilidade; essa preocupação origina-se da comparação que se faz entre “democracia” e “totalitarismo” enquanto as duas únicas alternativas políticas possíveis no mundo moderno (PATEMAN, 1992).

depende do funcionamento do método democrático” (PATEMAN, ([1970] 1992), pág. 14). Mas indubitavelmente, Schumpeter foi o inspirador da teoria contemporânea da democracia, na medida em que propunha a revisão da Teoria Democrática “clássica”, colocando em questão o papel da participação em seu “método democrático”.

Outra questão muita bem colocada por Carole Pateman é que com Berelson, Dahl, Sartori e Eckstein a estabilidade do sistema político é maior que nas obras de Schumpeter. Destaca-se a seguir dois desses quatro teóricos citados, Berelson e Robert Dahl, para exemplificarmos a explicação de Pateman a respeito de temas centrais em comum deles com Schumpeter, através principalmente da limitação da participação popular nas decisões políticas. Mas ainda, que a democracia é um método político centralizado no processo eleitoral.

Berelson enfatiza a revisão da teoria democrática “clássica” a partir do momento em que a confronta com as evidências empíricas, e propõe, como Schumpeter, um modelo da teoria clássica, baseado nas qualidades e atitudes dessa teoria e sua aplicabilidade ao cidadão médio:

Com vistas a esse confronto, Berelson adota a estratégia de Schumpeter de apresentar um modelo da ‘Teoria Clássica’ – ou mais precisamente, um modelo das qualidades e atitudes dessa teoria supostamente exige dos cidadãos, tomados como indivíduos – e esse procedimento revela que ‘certas exigências, em geral tidas como necessárias para o bom funcionamento da democracia, não são encontradas no comportamento do ‘cidadão médio’. Por exemplo, ‘espera-se que o cidadão democrático se interesse e participe dos assuntos políticos’ contudo ‘em Elmira, a maioria da população vota, mas quase nunca revela um interesse constante’ (BERELSON, 1954. pg. 307, apud, PATEMAN, ([1970] 1992, pg. 15)

Berelson fornece assim uma relação clara com as recentes teorias democráticas, segundo Pateman:

[...] o argumento de que a moderna teoria da democracia deve ter uma forma descritiva e concentrar-se no sistema político vigente. Segundo esse ponto de vista, pode-se perceber que os altos níveis de participação e interesse são exigidos apenas de uma minoria de cidadãos e que, além disso, a apatia e o desinteresse da maioria cumprem um importante papel na manutenção da estabilidade do sistema tomado como um todo. Portanto, chega-se ao argumento de que essa participação que ocorre de fato é exatamente a participação necessária para um sistema de democracia estável (PATEMAN ([1970]1992).

Na realidade Berelson, assim como outros teóricos democráticos contemporâneos, vê na participação limitada e na apatia de uma boa parcela da população um amortecedor do choque da discordância, dos ajustes e da mudança.

Robert Dahl (1956) sinaliza caminhos, diferente de Berelson, para as características que identifiquem o sistema político como democrático, “uma vez que o máximo de participação não é uma delas. Tal resposta segue de perto a definição de Schumpeter” (PATEMAN, ([1970] 1992).

Dahl (1956) oferece uma definição da Democracia baseada no argumento de Schumpeter cuja democracia é um método político, e o seu eixo principal estar centrado no processo eleitoral. “As eleições funcionam como um ponto central do método democrático porque elas fornecem o mecanismo através do qual se pode dar o controle dos líderes pelos não – líderes”(PATEMAN, [1970] 1992, p.18).

E mais adiante a semelhança das teorias recentes da democracia, a participação vista por Dahl não acontece com o máximo de participação popular, por causa da apatia de parcela da população:

Tampouco é o caso de se destacar uma teoria que exige o máximo de participação popular para exercer ‘controle’, uma vez que sabemos que a maioria das pessoas é desinteressada e apática em relação à política, e Dahl põe em evidência a hipótese de que uma porcentagem relativamente pequena de indivíduos, em qualquer forma de organização social, aproveitará as oportunidades de tomada de decisão (PATEMAN, 1992, pág.18).

Dahl salienta também, os perigos iminentes do aumento da participação do homem comum nas tomadas de decisões políticas. Mesmo que a atividade política seja um pré-requisito para uma poliarquia, “Os grupos de condições socioeconômicas baixas apresentam menor índice de atividade e também revelam com maior frequência as personalidades ‘autoritárias’. Assim sendo, na medida em que o aumento da atividade política traz esse grupo à arena política, o consenso a respeito das normas pode declinar, declinando, por conseguinte a poliarquia. Um aumento da taxa de participação, portanto, poderia representar um perigo para a estabilidade do sistema democrático” (DAHL, 1956, cap.3, apud PATEMAN [1970]1992).

1.2. DEMOCRACIA PARTICIPACIONISTA

A teoria participacionista, ao contrário da procedimentalista, tem como ponto central a participação dos cidadãos além do processo eleitoral. Teóricos clássicos que representam

democracia participacionista como Poulantzas (1980), Macpherson (1979) e Pateman (1992), elucidavam que “a democracia não se limita à seleção de líderes políticos, mas supõe, igualmente, a participação dos cidadãos nas decisões coletivas que afetam suas vidas” (OLIVEIRA, 2003, p. 24).

De acordo com Oliveira (2011, p.57) as eleições periódicas e o sufrágio universal não são isoladamente determinantes para o bom funcionamento do regime. As instituições representativas do Estado não são suficientes para a consolidação da democratização. O espaço político não se limita ao Estado e a participação do cidadão é um importante mecanismo para a melhoria do homem, cuja principal função é a educativa e, no mínimo, de reflexão do cidadão. O espaço não estatal como escolas, associações de bairros, empresas e indústrias são categorias políticas que podem ser espaços de democratização.

Permitir que as pessoas possam participar apenas nos períodos eleitorais, a cada quatro anos, é muito pouco e, por isso mesmo, tem-se a necessidade de criar mecanismos, que não sejam no âmbito do Estado, para que as pessoas atuem politicamente, e, assim, se eduquem cada vez mais (OLIVEIRA, 2011, p.57).

No modelo participacionista é apresentada a participação política como o objetivo da cidadania plena que promova o melhoramento do indivíduo e espaços onde tenha participação popular, paralelamente com as instituições formais da democracia participativa. A participação, nesta teoria, é central para o regime democrático, além de somente ter seu desenvolvimento através desse regime.

[...] para teoria participativa, a democracia é ao mesmo tempo, meio e fim. Ela é um meio quando, através da participação que promove, pode incrementar o desenvolvimento do indivíduo, ela também é um fim quando, só através dessa forma de governo, a ampla participação é possível (OLIVEIRA, 2011, p. 57).

O participacionismo, ao realçar a ampla participação na política, não vem a defender, contudo a democracia direta, em substituição à democracia representativa. O que é definido pelos teóricos é a centralização do poder (OLIVEIRA, 2011, p.58).

A participação, tal como expõe Carole Pateman (1992), é algo deveras fundamental para o controle dos mandantes sobre os mandatários. Como a ampla participação popular, tanto há incremento do sistema de *accountability*, como há também a melhora individual no tocante à compreensão sobre os aspectos micro e macro da atividade política. De acordo com

Miguel (2005), “fica claro que a participação na base tem, entre suas funções, a de ser um meio para o aprimoramento das instituições representativas”.

Ralws e Habermas (AVRITZER, 2000) admitem a democracia com a participação da esfera pública, a junção do termo deliberação como ato de refletir, defendida por esses teóricos que expressam a democracia como fórum, mesmo que se realize no âmbito da informalidade, mas, ao contrário do minimalismo Schumpeteriano, o povo participa, os indivíduos escutam as opiniões um dos outros e chegam, na medida do possível, ao consenso.

A contribuição de Habermas com o conceito de esfera pública tem um papel fundamental na teoria democrática introduzindo a concepção participativa, discursiva, criando espaço para a generalização da ação social, para o reconhecimento das diferenças, e para a ampliação da forma do político (GOHN, 2011). Ainda assim, o limite da esfera pública se dá ao papel dos novos “públicos” a mera influência nas decisões governamentais. Como espaço informal de discussão e reflexão sobre as questões de cunho social ou político, os atores da sociedade civil não tendo o poder de deliberar. Segundo Avritzer (2000):

Ao nível da esfera pública, a racionalidade do processo participativo não leva à Constituição imediata de propostas administrativas, mas conduz a um processo democrático de discussão. Diferentes atores construindo identidades em público, estabelecendo novas formas de solidariedade e possibilitando a superação de uma condição privada de dominação constituem os elementos centrais da noção de esfera pública (AVRITZER, 2000, p. 32, apud, GOHN, 2011).

Como contraponto ao modelo de agregação de preferência individual de democracia, o modelo deliberativo se apresenta sob a forma argumentativa e de reflexão proposta por Habermas, cuja decisão é coletiva apenas quando emerge de arranjos de escolha coletiva que estabelecem condições de argumentação pública e livre entre iguais que são governados pelas decisões (COHEN, 1998, p.186 apud GOMES, 2015, p. 901).

De acordo com o modelo habermasiano, o cidadão reflete junto com seus pares e chega a influenciar as tomadas de decisões políticas, mesmo que informalmente. A prática deliberativa da democracia está na construção dos conselhos gestores como local de esfera pública onde são discutidas e deliberadas as políticas públicas. Esse modelo é visto como via de expansão e aprofundamento da participação da sociedade civil. “Essencialmente, o que emerge nessa concepção é a possibilidade de a democracia promover não apenas a agregação de preferências, mas, também, sua transformação por meio da discussão pública” (ELSTER, 1998, p. 1, apud GOMES, 2015).

Entretanto, o conceito habermasiano de esfera pública e participação de maneira reflexiva da sociedade são informais, cabendo apenas como levantamento de questões que vão ser definidas em espaços institucionalizados.

A influência pública é transformada em poder administrativo somente depois que ela passa pelos filtros institucionalizados da formação democrática da opinião e da vontade política e se transforma, por meio dos debates parlamentares, em uma forma legítima de legislação (HABERMAS, 1997, apud, AVRITZER, 2000, p. 40).

No próximo item serão apresentados conceitos de democracia deliberativa, entretanto, o foco será na deliberação no ato de refletir e condizente como parte da teoria democrática participativa.

1.2.1. Democracia e Deliberação: a decisão e a reflexão.

A deliberação na teoria democrática tem duas concepções extraídas de sua própria etimologia: significa decidir/resolver e, também, ponderar/refletir. A exemplo de teóricos que se posicionaram em um desses dois polos, tem-se: Weber e Schumpeter com o modelo de deliberação decisionista; e Rawls e Habermas com o modelo de deliberação argumentativo.

Se de um lado a deliberação significa o momento no qual o processo de tomada de decisão ocorre (decisionista) por outro, a deliberação é vista como um processo no qual um ou mais agentes avaliam as razões envolvidas em uma determinada questão (argumentativo). Assim a prática democrática perpassa o eixo da decisão como elemento central do processo deliberativo, como em Rousseau, e pelo eixo oposto, com a ideia de um processo de discussão e avaliação no qual diferentes aspectos de uma determinada proposta são pesados.

A decisão como elemento central do processo deliberativo foi defendida por Rousseau no que se refere principalmente à vontade geral submetida à vontade da maioria. “Quando uma lei é proposta na assembleia popular, o que é perguntado a eles [os representantes] não é tanto se eles aprovam ou rejeitam a proposição, mas sim se ela está de acordo com a vontade geral, que também é a deles. Toda pessoa ao votar dá a sua opinião a respeito dessa questão e a vontade geral é deduzida da contagem dos votos. Portanto, quando uma opinião contrária a minha prevalece, isso apenas prova que eu estava equivocado e que aquilo que eu supus ser vontade geral não era” (ROUSSEAU, apud, AVRITZER, 2000, págs. 25-6).

Teóricos como Weber e Schumpeter tomam como base a concepção de Rousseau sobre a deliberação decisionista, excluindo toda opinião pública nesse processo de decisão. Segundo Weber, estes são os elementos de uma concepção decisionista de deliberação no qual ele corrobora: 1) Ceticismo em relação a debates envolvendo tradições culturais distintas; 2)

Percepção de que a complexidade administrativa seria contraditória tanto com a participação quanto com a argumentação.

No entanto caberá a Joseph Schumpeter aprofundar implicações políticas na questão da impossibilidade de resolução de conflitos culturais na modernidade: “Para ele, não é possível determinar aquilo que seria o bem comum pelo motivo fundamental de que ‘para diferentes indivíduos e grupos o bem comum pode significar coisas diferentes’” (AVRITZER, 2000, p. 28).

A solução Schumpeteriana que é consequência do mesmo conflito apontado por Weber, foi a de deixar as questões culturais e as concepções da boa vida fora da política democrática. Nesse sentido, o problema da diferença não irá encontrar, na teoria democrática da primeira parte do século XX, uma solução no campo da argumentação. A concepção decisionista de deliberação propõe uma forma de decisão que, supostamente, prescinde dessa dimensão (AVRITZER, 2000, p. 28 e 29).

Para Schumpeter (1984[1942]), “dois elementos do decisionismo deliberativo serão reforçados pelas formulações: a rejeição de formas públicas de discussão e argumentação e a identificação das práticas decisórias com o processo de escolha dos governantes” (idem, p. 30). Sendo assim, a teoria democrática no eixo de deliberação defendido pelo elitismo democrático possui três elementos decisionistas e anti-argumentativos (AVRITZER, 2000, p.30):

1) noção de que as diferenças culturais não podem ser resolvidas por meio de argumentação; (...) Desse modo, a argumentação de uma condição pluralista seria deixada de fora da política;

2) defesa de uma inter-relação estreita entre administração não participativa e preservação da complexidade;

3) a ideia de que o processo eleitoral consiste na aferição de preferências individuais pré-formadas (AVRITZER, 2000, p. 31).

1.2.2. Deliberação argumentativa

A deliberação argumentativa é vista como reflexiva ponderada (HABERMAS, 1997). Os teóricos que a defendem acreditam que o cidadão reflete junto com seus pares e chegam a influenciar as tomadas de decisões políticas, mesmo que seja de maneira informal, como salientou Habermas (1997). Esse espaço é designado como esfera pública.

A esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis (...). A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdo, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 1997 [1992]: 92).

A respeito da participação da esfera pública apenas no que se refere à informalidade e não ela se valendo como instituição, verifica-se que:

A influência pública é transformada em poder administrativo somente depois que ela passa pelos filtros dos procedimentos institucionalizados da formação democrática da opinião e da vontade política e se transforma, por meio dos debates parlamentares, em uma forma legítima da legislação (apud AVRITZER, 2000:40).

Ao contrário de Rousseau que reduz a vontade geral à vontade da maioria ou com Rawls, alegando o indivíduo em sua representatividade na posição original, Habermas (AVRITZER, 2000) acredita que existe uma dimensão argumentativa no interior da relação Estado/sociedade que está além do processo de formação da vontade geral. Tal formulação faz com que a opinião dos indivíduos nesse processo argumentativo não possa ser reduzida à vontade da maioria, como quer Rousseau, ou à representatividade de um só indivíduo na posição original, como quer Rawls. É preciso que esse indivíduo expresse suas opiniões em um processo de debate e argumentação. Nesse sentido, é possível afirmar que, desde os primeiros momentos, a teoria habermasiana trabalha com um elemento de deliberação argumentativa (AVRITZER, 2000, p. 37).

Ao defender a deliberação como argumentativa, Habermas comete o erro às avessas do elitismo democrático ao não institucionalizar a esfera pública para o processo de decisão política. Os fóruns são a tentativa dessa institucionalização. Veja o que escreve Avritzer (2000):

Com Habermas, fecha-se uma circularidade no conceito de deliberação. [...] No entanto, Habermas comete o equívoco oposto ao de Rousseau e da Teoria da Escolha Racional: ele se desobriga a pensar os elementos institucionais e/ou decisórios do conceito de deliberação argumentativa e, com isso, deixa de dar formato institucional ao que podemos denominar de democracia deliberativa (AVRITZER, 2000).

Assim, coube a Cohen e a James Bohman (AVRITZER, 2000) transformar a influência dos públicos em institucionalização da deliberação pública. Os arranjos institucionais deliberativos possuem três características centrais para que a deliberação ocorra:

- 1) a forma como arranjos deliberativos tratam a informação detida pelos atores sociais;
- 2) a possibilidade de testar múltiplas experiências;
- 3) necessidade de cessão, por parte do Estado, de um espaço decisório em favor de uma forma ampliada e pública de participação.

1.3. NOTAS SOBRE A TEORIA POLÍTICA DAHLSIANA: DO PROCEDIMENTAL ÀS PINCELADAS PARTICIPACIONISTAS

Ao utilizarmos os critérios de participação democráticos definidos por Dahl em seu livro “Sobre a Democracia” (2001), na próxima secção deste trabalho, se faz necessário expor breves comentários sobre o posicionamento do teórico em relação ao papel da participação na democracia.

Para Oliveira (2011), o posicionamento de Robert Dahl quanto à teoria democrática não é fácil de identificar. Por ser um teórico pluralista, Dahl adota o procedimentalismo, inserindo a democracia como método político de escolha de lideranças, no entanto, com base em “Política, Economia e Bem Estar Social” (1971[1953]), as lideranças podem surgir de grupos organizados que competiriam pelo poder, ou seja, de diversas elites, não de uma única elite, coesa, como enfatizam os procedimentalistas da década de 1950. “Baseados em Weber, os pluralistas discutiram sobre a possibilidade de haver muitos centros de poder e, nesse sentido, a capacidade de mando exercida pela comunidade não estaria concentrada em uma única elite dirigente, mas ela estaria dispersa por toda a sociedade, cada grupo teria, assim, uma parcela do poder social” (OLIVEIRA, 2011, p. 61).

Ainda assim, não há dúvida que Dahl adotou o modelo procedimentalista em sua teoria democrática. “Uma vez tendo acolhido a corrente procedimental, Dahl não mais a abandonaria, muito pelo contrário, ele a ratificaria em diversas de suas obras” (OLIVEIRA, 2011, p.39).

Afirmar que Dahl adotou o modelo procedimentalista, principalmente no período de 1950 a 1970, não invalida demarcar sua teoria mais próxima à versão participacionista a partir de sua publicação de “*After the Revolution?*” (Dahl, 1990b) no que diz respeito à democracia em pequena escala, aplicada à democracia industrial.

Como Pateman (1992), Dahl (1990b) defende que a democracia no local de trabalho favorece o desenvolvimento humano, aguçando o senso de eficácia política e reduzindo a alienação do trabalhador. Mais ainda, a democracia industrial, praticada na pequena escala, melhora a qualidade da democracia no nível estatal (grande escala). Portanto, diz o cientista político: “a autogestão nas empresas econômicas é frequentemente defendida como maneira de criar uma “democracia participativa” e de gerar mudanças na personalidade e comportamento humanos, que, segundo se diz, decorrerão da participação” (DAHL, 1990, p.80, apud, OLIVEIRA, 2011, p.61).

Outro ponto importante da aproximação da perspectiva teórica de Dahl ao modelo participacionista seria a sua análise da relação entre a igualdade política e as desigualdades socioeconômicas, o que muito interessa ao nosso estudo. Com base no trabalho de Dahl (1999), não é possível existir a igualdade política e a democracia (baseado nesse preceito) se houver na sociedade extrema desigualdade socioeconômica. Não pode haver igualdade política com desigualdades acentuadas no domínio econômico, pois a assimetria de recursos gera, por sua vez, uma assimetria no campo político (OLIVEIRA, 2011, p.64).

[...] a igualdade defendida por Dahl não é apenas de oportunidades, mais é sim a igualdade de poder. Depois, a democracia não é apenas vista como um conjunto de normas, ela passa a ter também uma finalidade ética. O “espaço político”, por consequência, não se resume ao que é estatal, ele pode revelar algo muito mais amplo do que isso, englobando todos os espaços onde sejam tomadas decisões fundamentais para a comunidade, o que inclui a empresa (OLIVEIRA, 2011, p.67).

A partir dessa premissa da igualdade política não prevalecer em sociedades de extrema desigualdade socioeconômica, e tendo a participação como peça integrante da igualdade política e, conseqüente, democracia, na próxima seção apresentaremos os critérios Dahlsianos da participação democrática com os contornos participacionistas, ao menos aplicados em pequena escala, mas que estão bastante ligados aos procedimentos democráticos aplicados na esfera estatal para as organizações da sociedade civil, o que caracteriza o caráter híbrido da teoria dahlsiana sobre a democracia,

1.3.1. Os critérios dahlsianos de participação democrática

Para Robert Dahl (2001) num processo democrático, existem pelo menos cinco critérios para satisfazer as exigências de que todos os membros estejam igualmente capacitados a participar nas decisões de uma associação sobre a sua política:

- *Participação efetiva.* Antes de ser adotada uma política pela associação, todos os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas para fazer os outros membros conhecerem suas opiniões sobre qual deveria ser essa política.

- *Igualdade de voto.* Quando chegar o momento em que a decisão sobre a política for tomada, todos os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas de voto e todos os votos devem ser contados como iguais.

- *Entendimento esclarecido.* Dentro de limites razoáveis de tempo, cada membro deve ter oportunidades efetivas de aprender sobre as políticas alternativas importantes e suas prováveis consequências.

- *Controle do programa de planeamento.* Os membros devem ter a oportunidade exclusiva para decidir como e, se preferirem, quais as questões que devem ser colocadas no planeamento. Assim, o processo democrático exigido pelos três critérios anteriores jamais é encerrado. As políticas de associação estão sempre abertas para a mudança pelos membros, se assim estes escolherem.

- *Inclusão dos adultos.* Todos ou, de qualquer maneira, a maioria dos adultos residentes permanentes deveriam ter o pleno direito de cidadãos implícito no primeiro de nossos critérios. Antes do século XX, esse critério era inaceitável para a maioria dos defensores da democracia (DAHL, 2001).

É através desses critérios que podemos perceber que havendo um contexto democrático, deve haver oportunidades iguais e efetivas de seus membros. Para Dahl, todos os cinco critérios pressupõem que seus membros, por mais limitado que seja o grupo, são politicamente iguais. Se um desses critérios for violado, argumenta o teórico, não há igualdade política (seus membros não são politicamente iguais).

Nesse contexto, Dahl faz referência à participação como a oportunidade de todos os membros darem suas opiniões sobre qual deveria ser a política adotada. Se essa participação for violada, os membros não serão politicamente iguais e, portanto, não haverá processo democrático.

Para que numa sociedade seus cidadãos sejam politicamente iguais é necessário que eles tenham participação efetiva através de oportunidades iguais de poderem opinar sobre qual deveria ser esta política e terem esclarecimento sobre políticas alternativas. Esses são alguns critérios defendidos por Dahl (1998) para que haja uma poliarquia.

A partir do que foi exposto, nos conceitos de democracia procedimentalista e democracia participacionista, entre os dois eixos: mercado e fórum, não há dúvida que a participação política é categoria determinante para o processo democrático. Por mais que haja discussões sobre o seu papel quanto ao envolvimento do cidadão na ação política, seja na participação da escolha do governante através do voto ou, além, através dos fóruns e debates, no ato de reflexão e aprimoramento do ativismo político, o nível de participação política dos indivíduos demonstra, em certa medida, a qualidade da democracia de uma sociedade.

No próximo capítulo discorreremos sobre a participação no nível de engajamento individual, com abordagem da literatura sobre a participação política e transformações e influência no envolvimento político cidadão.

CAPÍTULO 2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO NÍVEL DE ENGAJAMENTO INDIVIDUAL

Neste capítulo serão analisadas as tipologias classificatórias da participação política do cidadão em regimes democráticos. O intuito é identificar elementos do engajamento político na unidade de análise individual dos estudos recentes sobre a participação política, para posterior construção e mensuração dos tipos de participação dos brasileiros baseados na literatura recente, complementando os tipos de participação democrática de acordo com o modelo dahlsiano.

Ressalta-se, portanto, que neste capítulo, o fator democracia é constante, o que será trabalhado são os tipos de participação política que mais se adequam ao das democracias recentes, como o caso brasileiro.

O que vem inquietando os cientistas políticos em relação ao tema participação é a ocorrência de “declínio generalizado nos índices de comparecimento eleitoral e de ativismo partidário, a emergência e expansão dos movimentos de protesto e de novas formas de ação política não diretamente ligadas ao momento eleitoral” (BORBA, 2012, p.263).

Para tanto, é necessário fazer levantamento dos principais estudos comportamentais tendo como unidade de análise o engajamento político individual nas diferentes modalidades de participação (BORBA, 2012, ALMEIDA, 2018). Desse modo, a atenção será em pesquisas empíricas que tratem das tipologias classificatórias e nos condicionantes de engajamento do fenômeno da participação, com a finalidade de testarmos esses indicadores na participação política brasileira.

Será a partir da literatura existente sobre o envolvimento político do cidadão testado em estudos empíricos que embasaremos os tipos de participação desse estudo, complementando os já indicados através do estudo de participação democrática em Robert Dahl.

Embora tanto a literatura clássica e a mais atual sobre participação têm sido estudadas sob a perspectiva de sociedades industriais em detrimento das democracias recentes, as chamadas democracias de terceira onda, o esforço deste trabalho será levantar as tipologias classificatórias de participação, de modo geral, e algumas apontadas para a América Latina, no caso específico, para o Brasil e testá-las através de análise bivariada e multivariada no capítulo destinado a análise dos dados.

Nesta direção, Borba (2012) observa que o tema participação política trata-se de uma área onde se tem verificado um intenso e rico debate teórico e metodológico, cujos

desdobramentos são de fundamental importância, seja na capacidade analítica da disciplina em perceber as transformações no universo da participação, verificadas no tempo e no espaço (VAN DETH, 2001), seja na possibilidade de construção de instrumentos que sejam capazes de mensurar tais transformações (BRADY, 1999; TEORELL, TORCAL & MONTERO, 2007).

Os fatores relacionados ao envolvimento individual na política existentes na literatura vão desde participação na política eleitoral (MILBRATH 1965; VERBA & NIE 1972; VERBA, SCHLOZMAN, & BRADY, 1995) cujo engajamento político é estudado nos moldes tradicionais da participação; até a participação política não-convencional e contestatória (BARNES & KASSE 1979; JENNINGS & VAN DETH 1990; INGLEHART & WELZEL 2009; NORRIS 1999). Essas últimas foram reconhecidas como modalidade de participação, o que antes era visto como fator de instabilidade política.

Na próxima seção apresentamos alguns conceitos de participação política e classificações mais amplamente aceitas na literatura recente, desde os modelos clássicos de participação até as novas tipologias.

2.1 PRINCIPAIS CONCEITOS E TIPOLOGIAS CLASSIFICATÓRIAS DA PARTICIPAÇÃO

Desde o trabalho de Milbrath e Goel (1965) acerca da participação em pesquisas empíricas, o estudo sobre o tema tem se proliferado. Os autores definem modelos de cidadão de acordo como um *continuum* de envolvimento político que foi denominado de teoria da centralidade. O modelo apresenta três grupos de cidadãos: passivos, (que não participam); espectadores (com envolvimento mínimo) e gladiadores (ativistas) - que são cumulativos e tomam forma de uma pirâmide, com atividades mais complexas sendo realizadas por cidadãos centrais à estrutura social (BORBA, 2012).⁷ A centralidade consiste em que “a intensidade da participação varia conforme a posição social do indivíduo, pois quanto mais central do ponto de vista da estrutura social, maior a participação; quanto mais central a respeito de um grupo social, maior o senso de agregação” (AVELAR, 2004, p. 229).

⁷ De acordo com a tipologia de Milbrath (1965) o comportamento participativo ocorre no *continuum* em termos de custo e complexidade: (1) expor-se a estímulos políticos; (2) votar; (3) participar de uma discussão política; (4) tentar convencer alguém a votar de uma certa maneira; (5) vestir um distintivo político; (6) entrar em contato com um funcionário público ou líder político; (7) doar para um partido ou candidato; (8) participar ou assistir a uma reunião política ou comício; (9) contribuir com tempo para uma campanha; (10) ser um membro ativo de um partido político; (11) participar de uma convenção, reunião de estratégia ou outro evento no qual decisões políticas são tomadas; (12) pedir doações monetárias para causas políticas; (13) concorrer a cargos públicos; (14) ocupar cargo público (MILBRATH, 1965, p. 23).

Segundo definições de Verba e Nie, para os quais, por participação política deve-se entender “(...) atividades realizadas por cidadãos privados que buscam, de modo mais ou menos direto, influenciar a seleção dos funcionários governamentais e/ou as ações que eles tomam” (p. 2). De maneira similar, para Huntington e Nelson (1976), trata-se de uma atividade “realizada por cidadãos privados com o objetivo de influenciar a tomada de decisão do governo” (BORBA, 2012, p. 17).

Estas definições tem ligação direta com contexto onde os atos de participação operam (VAN DETH, 2001). Nesse caso, na década de 60, a definição se estruturava na participação eleitoral. Entretanto, a teoria da centralidade que compara, em vários países, a correspondência entre status social e participação, é restritiva ao definir a influência como o único repertório “político”, bem como ao colocar o “governo” como destinatário, por excelência, do ato político (PASQUINO, 2010; TEORELL, TORCALL & MONTERO, 2007, apud BORBA, 2012). Ela negligencia a participação, por exemplo, através da literatura dos movimentos sociais, cujo envolvimento político vai muito além de influenciar as decisões de governo, podendo, segundo Verba e seus colaboradores reconhecer que a ação política pode ser também, afóra o governo, dirigida a “alocações de valores para uma sociedade” (VERBA & NIE, 1972, p. 2)

Além da questão do destinatário da influência dessas ações políticas não ser somente o governo, há novos repertórios políticos que começaram a se expandir, a exemplo das ações coletivas não convencionais e contestatórias (como boicotes e protestos), que, segundo Borba (2012, p. 264) obriga que sejam, de alguma maneira, incorporados pelas definições de participação.

Outros estudos foram propostos para a definição da participação política após a obra de Milbrath, sempre na lógica de levarem em consideração a participação como *continuum* (unidimensional) onde os indivíduos exerceriam as diferentes modalidades em função de habilidades ou custos para a participação, ou fazendo contraponto a essa visão, com a participação política como constituída por diferentes modalidades que possuem padrões de recrutamento, bases atitudinais e sociodemográficas distintas em termos dos seus participantes (BRADY, 1999).

Além da dimensão da participação em uni ou multidimensional, autores a definiram quanto ao destino da ação política (se governo e ou sociedade) e quanto ao tipo de participação, antes apenas no formato tradicional/ convencional e, em estudos mais recentes, envolvendo novos repertórios de ação coletiva, as chamadas participações contestatórias (protestos, boicotes dentre outros).

O quadro abaixo mostra resumo cronológico dos principais conceitos e tipologias classificatórias do modelo clássico de participação e a qual método e diagnóstico eles se enquadram (se uni ou multidimensionais), baseados em Borba (2012) e outros estudos desse autor e seus colaboradores (BORBA 2010; 2012).

Quadro 1. Conceitos e tipologias da participação segundo a literatura

Teórico	Teoria/ modelo	Conceito	Tipologia	Dimensão	Categoria da participação	Destinatário da ação política	Crítica (Borba, 2012)
Milbrath (1965)	Centralidade	Comportamentos participativos ocorreriam em um <i>continuum</i> , em termos de custos e complexidade.	Três grupos de cidadãos: passivos, (que não participam); espectadores (com envolvimento mínimo) e gladiadores (ativistas)	Unidimensional	Convencional	Governo	Reducionista. Está essencialmente ligada à realidade norte-americana
Alessandro Pizzorno (1966)	Modelo da consciência de classe	A participação seria produto da identidade política compartilhada pelos atores	Quatro modalidades segundo: tipo de solidariedade dominante (se privada ou pública) e contexto da ação (se estatal ou não) ⁸		Convencional e antecipa debates de modalidades não convencionais de participação ⁹	Estado/ governo; e a vida associativa / não estatal	Elevado nível de abstração, falta de clareza de algumas definições; dificuldade de sua operacionalização empírica ¹⁰
Verba, Nie e Kim (1971), Verba e Nie (1972) e Verba, Nie e Kim (1978).	Múltiplos níveis, onde os participantes incluídos em cada um deles teriam atributos sociodemográficos e atitudinais distintos		Participação política se estrutura através de quatro modalidades: voto, atividade de campanha, contato político e atividade cooperativa.	Multidimensional	Convencional e não convencional	Governo	Reducionismo nas classificações. Abordagem captou os repertórios de participação política tradicional, mas reducionista ao não computar o protesto e outras atividades políticas como modalidades de participação.

Fonte: Elaboração própria a partir de Borba (2012).

⁸ Quatro tipos: 1) forma de ação "estatal" com "solidariedade política" seria o profissionalismo político. 2) modalidade de ação, também estatal, mas com "solidariedade privada dominante": a "participação civil na política". 3) a ação extraestatal com solidariedade política, temos a participação através de movimentos sociais. 4) participação através de "subcultura", onde predomina a solidariedade privada com ação extraestatal.

⁹ BARNES & KAASE (1979).

¹⁰ (PASQUINO, 2010).

Teórico	Teoria/ modelo	Conceito	Tipologia	Dimensão	Categoria da participação	Destinatário da ação política	Crítica (Borba, 2012)
Barnes e Kaase (1979)	<i>Political action</i>	Reconhecimento das modalidades de protesto político no estudo de participação, que até então era associado ao contexto de instabilidade política dos países em desenvolvimento.	Percebe a relação entre participação convencional e não convencional não como excluyente, mas como “repertórios” mobilizados pelos ativistas. Escala: “tipologia do repertório de ação política”, a qual classifica os indivíduos, entre inativos, conformistas, reformistas, ativistas e <i>protesters</i> .	Unidimensional ¹¹	Convencional e não convencional	Governo	Interpretação homogênea dos atos participativos ¹² Obscuridade nas distinções internas às distintas modalidades ¹³ . Distinção entre participação convencional e não convencional não apropriada para diferenciar as modalidades de participação hoje. A maioria dos atos “não convencionais” foram “convencionalizados” nas democracias do século XXI ¹⁴
Verba, Schlozman e Brady (1995)	<i>Political action</i>	Promoveu uma articulação daquilo que a literatura tradicionalmente tratava de forma diferenciada, que é relação entre participação política e participação social.	1)votar, 2)trabalhar em campanhas políticas, 3) contribuição para campanhas, 4)contato com oficiais,5) protesto, 6)trabalho informal na comunidade, 7)membro de um conselho local, 8)filiação a uma organização política e 9)contribuição a uma causa política.	Multidimensional. ¹⁵	Convencional e não convencional	Governo e não estatal	Ampliação conceitual problemática. Risco de perder a referência das linhas demarcatórias do conceito mínimo de participação política. O risco de ampliação a “teoria do tudo” (Van Deth2001)

¹¹ A participação volta a ser vista como um fenômeno unidimensional, cujas modalidades fazem parte de repertórios, que são mobilizados pelos indivíduos num *continuum* que envolve custos e complexidade crescentes.

¹² (BRADY, 1999, p. 754).

¹³ (TEORELL, TORCAL & MONTERO, 2007, p. 334).

¹⁴ (VAN DETH, 2001, DALTON, SICKLE & WELDON, 2009).

¹⁵ Especificamente no âmbito da pesquisa empírica, o estudo reafirmou o conteúdo multidimensional da participação.

Em relação a novas tipologias de classificação, os estudos visam compreender como as diferentes modalidades de participação se articulam entre si, aprofundar no fenômeno multidimensional da participação e validar e/ou refutar as classificações já existentes na literatura (BORBA, 2012).

Um apanhando das novas tipologias, também extraídas do estudo de BORBA (2012), revela a preocupação dos teóricos em testar empiricamente os fatores de participação tradicionais, bem como, incluir em seu repertório hábitos de vida e comportamentais que representam posicionamentos políticos e são inseridos como forma de participação como protesto em geral e o “*consumer participation*”.

A incorporação do “*consumer participation*” como uma modalidade de participação política está relacionada às atividades de boicote ao consumo de determinados produtos, por razões de ordem ecológica ou social. Verificam-se também campanhas de estímulo a determinados hábitos alimentares e ao consumo de determinados tipos de produtos (p. ex. os alimentos orgânicos). Sobre o tema, ver Micheletti (2005). (BORBA, 2012, p.277).

Estudos de Sabucedo e Arce (1991) têm como preocupação a redefinição e classificação correta dos fenômenos sociais. Realizam uma investigação empírica orientada para a busca da identificação da representação que os próprios atores fazem sobre as relações entre suas diferentes atividades políticas através de análise de cluster; Teorell, Torcal e Montero (2007), após uma exaustiva análise sobre modelos existentes e utilizando dados do CID Survey¹⁶, abordam um grande conjunto de modalidades de participação e ação políticas, divididas em atividades relacionadas ao voto, partidos, atividades de protesto e também o uso político da Internet.

Outros trabalhos foram produzidos a partir da discussão realizada no Workshop “*Methodological Challenges in Cross-National Participation Research*”. Destaca-se, de acordo com BORBA (2012) o estudo de Mitja Hafner-Fink (2009) que, usando análise de cluster em modelos comparativos, utilizou os dados do ISSP (2004). O autor vai buscar construir não propriamente uma tipologia da participação, mas dos “cidadãos que praticam

¹⁶ Trata-se do projeto *Citizenship, Involvement, Democracy* (CID), cujas pesquisas desenvolvem-se nos Estados Unidos (<http://www8.georgetown.edu/centers/cdacs/cid/>) e na Europa, através da articulação entre pesquisadores de várias universidades. Para maiores informações ver <http://www.mzes.uni-mannheim.de/projekte/cid/> (RIBEIRO & BORBA, 2011).

várias formas de participação política” (HAFNER-FINK, 2009, p. 2).¹⁷ O trabalho de Albacete (2009) se debruça sobre a tentativa de construir medidas equivalentes de participação política que sejam úteis para a pesquisa comparativa. Seu ponto de partida é que a comparação entre países exige a construção de medidas equivalentes entre as variáveis em análise (PRZEWORSKI & TEUNE, 1970, VAN DETH, 2009), cuja proposta é comparar a “estrutura latente” das modalidades de participação, utilizando, para isso, a escala de Mokken (MSA). Assim, de acordo com a ordenação das diferentes variáveis, a partir de critérios predeterminados, as dimensões em teste são verificadas através de um processo cumulativo de análise (BORBA, 2012).

Estes estudos, como mencionado anteriormente, não foram testados empiricamente em países da América Latina e África, “cujos processos de constituição política têm profundas variações diante do contexto europeu e norte-americano” (BORBA, 2012).

É necessário ampliar os contextos de desenvolvimento das análises de pesquisas sobre participação e suas modalidades nesses continentes, cujos resultados exploratórios apontam para resultados relativamente diferentes dos apontados acima, principalmente na América Latina (RIBEIRO & BORBA, 2010a). Ao alertar para tais diferenças diante de contextos de democracias recentes, como na América Latina, especificamente no Brasil, o item seguinte desse capítulo ajuda no apanhado da literatura sobre fatores de participação política dos brasileiros, que servirá de base para a construção dos fatores a serem testados de participação nesse trabalho.

2.2. LEVANTAMENTO DE MODALIDADE DE ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS BRASILEIROS

Nesta seção procuramos sintetizar determinantes individuais de engajamento político dos eleitores brasileiros em modalidades de participação, principalmente no que diz respeito aos modelos contestatórios de participação.

Borba (2012) apontou que os estudos sobre participação política no Brasil cresceram consideravelmente nos últimos anos. No entanto, o foco de estudo sobre o tema participação desse país abrange estudos sobre movimentos sociais (SILVA, 2010; KAUCHAKJE, 2010) e

¹⁷ O estudo faz uso de várias modalidades de participação, divididas em três níveis analíticos: 1. Atividade Política, dividida em a) comunicação (contato com políticos, contato com os meios de comunicação, participação em fóruns da Internet); b) participação direta em ações (boicotes, participação em demonstrações, participação em comícios); e c) suporte a projetos políticos (abaixo-assinado, doações de dinheiro). 2. Membro de Organizações, dividido em a) partidos, b) sindicatos e organizações profissionais, c) organizações religiosas e d) sociedades e organizações voluntárias. 3. Interesse em Política, dividido em a) um indicador de interesse em política e b) dois de discussão de assuntos políticos. (BORBA, 2012, p. 278)

participação em novas “institucionalidades” como processos de orçamento participativo ou conselhos de políticas públicas (AVRITZER & NAVARRO, 2003; LÜCHMANN, 2002; FEDOZZI, 2008; TATAGIBA, 2002). Estudos brasileiros mais recentes da literatura sobre participação envolvem a compreensão dos efeitos das instituições, do movimento social e do associativismo nos processos participativos e a avaliação de impactos e efeitos das instituições participativas nas políticas públicas (PIRES, 2011). Entretanto, há poucos estudos que envolvam a participação no nível de engajamento individual na participação política como a participação convencional e contestatória.

Para tanto, Borba e Ribeiro (2019) utilizando de análise fatorial de variáveis extraídas do *World Values Survey* (WVS) e Pesquisa de Opinião Pública da América Latina (LAPOP), identificaram quatro tipos de indicadores de participação política não eleitoral e de protestos de acordo com o padrão de respostas dos brasileiros, identificados a seguir:

Quadro 2. Indicadores de participação

Categorização	Fator	Componentes
Ativismo político	1º fator	Partido x cooperativismo mais relação entre partidos, sindicatos e associações profissionais.
Ativismo de protesto político	2º fator	Agrupa formas de protesto- assinar petições, participar de boicotes e comparecer a manifestações.
Ativismo societário ou comunitário	3º fator	Agrupa igrejas/ organizações religiosas e associações de caridade e o campo religioso no Brasil e na América Latina (AVRITZER, 1997).
Ativismo societário ou comunitário	4º fator	Agrupa associações esportivas/ recreativas e associações artísticas/ musicais.

Fonte: Borba e Ribeiro (2019). Elaboração própria a partir de Borba e Ribeiro (2019).

O primeiro fator, ativismo político, segundo os autores, pode ser explicado pela “trajetória de dependência” das instituições políticas brasileiras em relação ao corporativismo. De acordo com Nunes (1995), o corporativismo marca a história das instituições políticas brasileiras.

O cenário institucional do corporativismo estava profundamente ligado à estruturação de sistemas partidários que existiam em toda a história política republicana do Brasil (SOUZA, 1976; KINZO, 1993). Isso se aplica especialmente aos partidos de esquerda, como o PTB, nas décadas de 1950 e 1960 e, a partir de 1980, no PDT (continuação do movimento trabalhista de Vargas) e no PT. Vale a

pena mencionar a relação quase inseparável entre o "novo movimento sindical" e o surgimento do PT (MENEGUELLO, 1989). Como vários estudos indicaram (KINZO 2005; CARREIRÃO & KINZO 2004; VEIGA 2007; SINGER 2010), os partidos de esquerda, o PT em particular, apresentam as maiores taxas de identificação e a maioria se aproxima do modelo de "partido de massa". Nesse sentido, as relações encontradas entre a participação em partidos, associações profissionais e sindicatos são devidas à dependência do sistema partidário brasileiro em relação ao modelo corporativista. Os vínculos dos partidos com as organizações ambientais são menos claros, mas aqui existe forte articulação entre alguns segmentos profissionais e partidários, especialmente o PT (BORBA e RIBEIRO, 2019, tradução livre).

O segundo fator é ligado ao protesto político, que faz parte do tipo de participação contestatória, identificado na análise como fator fortemente ligado ao ativismo político brasileiro, como manifestações de rua, boicotes e assinar petições. Os autores alertam que estes achados teriam que estar em consonância com resultados encontrados em outros contextos (TEORELL, TORCALL, MONTERO, 2007; VERBA, SCHLOZMAN, BRADY, 1995).

O terceiro e quarto fatores são ligados ao ativismo societário ou comunitário, que se enquadra em ações políticas cujo destinatário não é o Estado. Para Borba e Ribeiro (2019), fica clara a ausência de unidimensionalidade das categorias de participação, mas os autores alertam que estratégias e repertórios de ativismo político não são os mesmos em todos os lugares. Eles são profundamente influenciados pelo contexto político institucional em que se desenvolveram (TILLY, 2006).

Cantoni (2016) testou variáveis de participação política não eleitoral no nível de análise individual comparando duas democracias da América Latina: Argentina e Brasil. Através de análise exploratória dos dados¹⁸ e com base nos estudos recentes de participação, a autora seleciona cinco variáveis sobre engajamento político não eleitoral: **abaixo-assinados, manifestações, greves, boicotes e atividade partidária**, extraídas do *World Values Survey* (WVS). Neste caso, Cantoni (2016) testa o nível de envolvimento dos indivíduos nesses modos de participação dos argentinos e brasileiros, nos últimos vinte anos, através de características individuais, a cultura política, a experiência com o sistema político e a racionalidade da ação. Veja a citação:

Nosso objetivo é investigar a dinâmica de participação desses países nos últimos 20 anos, visando explicar como se relacionam fatores sociodemográficos, políticos,

¹⁸ De acordo com Nicolau (2014, p.313) a pesquisa exploratória tem como objetivo “descrever aspectos interessantes dos dados e propor modos pelos quais futuros estudos confirmam ou não resultados exploratórios”.

econômicos e de cultura política com as diferentes modalidades de participação, assumindo-se que qualquer mudança que mexe nesses conjuntos de fatores, junto com o funcionamento efetivo da democracia, afeta também as percepções e comportamentos dos indivíduos, fornecendo as bases para reaproximação dos cidadãos com o sistema político e tornando-os mais críticos acerca do que demandam da democracia (CANTONI, 2016).

Tomamos como base as variáveis elaboradas por Dantas e seus colaboradores (2002) com base no conceito de participação política de Robert Dahl e com base em estudos recentes sobre participação convencional e contestatória em novas democracias, com ênfase no Brasil, como Borba (2010a e 2010b) e Borba & Ribeiro (2019) e em Cantoni (2016).

Quadro 3 Tipologias utilizadas no estudo

Autores	Tipologias utilizadas
Dahl (Dantas et al 2004)	1º. Participação social e política; 2º. Participação em campanhas; 3º Informação.
Borba & Ribeiro (2019)	1º Ativismo político; 2º Ativismo protesto político; 3º Ativismo societário/comunitário.
Cantoni (2016)	Abaixo-assinados, manifestações, greves, boicotes e atividade partidária.

Fonte: Elaboração própria a partir de Dantas et al (2004); Borba & Ribeiro (2019) e Cantoni (2016).

2.3. CONDICIONANTES PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: EXPLICAÇÕES A PARTIR DOS FATORES SOCIOECONÔMICOS

Para Dahl (2005) a explicação de que o nível econômico de uma sociedade gere um regime político competitivo ou, o contrário, que regimes competitivos geram níveis econômicos altos, ou ainda, que eles interajam mutuamente, não se sustenta por mais causais que as relações aparentem ser, pois essas relações não são simples e nem são unidirecionais. O autor argumenta que não há uma teoria causal determinada que dê conta da complexidade das relações estabelecidas entre o sistema democrático e altos níveis socioeconômicos.

Dahl (2005) aponta ainda que as sociedades pré-industriais, em seu fundamento, não impediriam o surgimento e permanência do regime democrático, mas especificamente as sociedades pré-industriais contemporâneas, diferentemente, daquelas pré-industriais do séc. XIX são muitos mais propensas a apresentar regimes hegemônicos ou autoritários pelas características que carregam.

O autor alerta que a estrutura das sociedades pré-industriais contemporâneas não permite a disseminação de Poliarquias, muito por suas características sociais:

[...] pelo analfabetismo disseminado, cultura pré-científica, pré-letrada, apoiada na tradição e sistemas de comunicação precários ou fragmentados, graves desigualdades de riquezas, *status* e poder, uma classe média independente minúscula ou inexistente e, frequentemente, uma tradição de governância autocrática ou autoritária (DAHL, 2005, p.83).

Além disso, o papel atribuído ao Estado no desenvolvimento econômico numa sociedade pré-industrial de hoje seria induzido, ao contrário o que ocorria nas sociedades pré-industriais do sec. XIX que deixava mais “autônomo” esse desenvolvimento. E, “os líderes políticos estão comprometidos com o uso de todos os meios de indução e coerção disponíveis ao Estado para transformar ou substituir as intuições tradicionais e, muitas vezes, obstinadamente resistentes, da velha sociedade” (DAHL, 2005, p.84).

Assim as características sociais importam na relação entre o regime político competitivo e o nível socioeconômico. É necessário lembrar que para Dahl (2005) a democratização é definida pelo processo de progressiva ampliação da competição e da participação política. E a chance de que um regime competitivo se amplie e se estabeleça vai depender de que a sociedade e a economia do país se estabeleçam nos seguintes pontos (DAHL, 2005, p.85):

- (a) fortaleçam a alfabetização, a educação e a comunicação;
- (b) criem uma ordem social mais pluralista do que centralmente dominada;
- (c) impeçam desigualdades extremas entre as camadas politicamente relevantes no país.

Em sociedades que prevaleçam a desigualdade econômica, sem recursos necessários para a educação de qualidade e a disseminação de meios informativos, atrelado ao alto índice de analfabetismo, têm poucas chances de desenvolvimento e manutenção de uma política competitiva e, conseqüente expansão da participação política e contestação pública.

[...] sempre que um corpo de cidadãos for grande, as chances de uma participação extensiva e de um alto grau de contestação pública dependem, em certa medida, da disseminação da leitura, escrita, alfabetização, educação, e jornais e equivalentes. [...] A questão relevante é que a extensão de alfabetização, educação, jornais e outras formas de comunicação está relacionada à urbanização e à industrialização (DAHL, 2005, p.85).

Ademais, em relação ao segundo ponto, para Dahl (2005) a economia avançada gera automaticamente muitas das condições exigidas por uma ordem social pluralista.

E à medida que uma ordem social pluralista evolui, pelo menos numa forma elementar, alguns de seus membros cobram uma participação nas decisões através de meios mais apropriados a um sistema político competitivo do que a um hegemônico (DAHL, 2005, p.87, 88).

De acordo com esses pontos, fica claro que o elevado nível econômico não leva ao desenvolvimento e manutenção da poliarquia, mas o fracasso econômico poderia causar o seu enfraquecimento.

Apesar do ‘sucesso’ econômico ser capaz de ameaçar as hegemonias gerando reivindicações pela liberalização política, o êxito econômico não tem ameaçado as poliarquias, mas o fracasso econômico, sim. Isso porque as dificuldades econômicas, particularmente quando tomam a forma de desemprego grave ou inflação acelerada, geram demandas por um regime hegemônico e uma ordem social centralmente controlada (DAHL, 2005, p.89).

De acordo com Dahl (2001) a desigualdade socioeconômica influencia o nível de interesse do cidadão por assuntos referentes à tomada de decisão política. Quando mais baixo o grupo socioeconômico maior chance de não se interessar por atividades políticas.

O acesso à informação, à participação em associações e ao envolvimento em campanhas, fortalece o engajamento político do cidadão, mas este acesso é fragilizado quando a sociedade enfrenta desigualdades socioeconômicas extremas, como é o caso do Brasil.

Um dos fatores seria isolamento dos indivíduos ou grupos sociais mais empobrecidos da sociedade em relação aos espaços e estruturas de poder político e decisões governamentais, o que seria exclusão política (BORBA, 2008). Segundo Pateman (1992, apud BORBA, 2008, p.61) a participação envolve custos que impedem ou inviabilizam a inclusão de grandes contingentes populacionais que, no caso do Brasil, se encontram na categoria dos excluídos, o que implica em uma massa de indivíduos carentes de recursos – tanto objetivos como subjetivos.

As desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil e em países de democracias recentes da América Latina frequentemente geram contrações na dinâmica e projetos de construção democrática, através da regressão na luta contra a desigualdade, reforço das desigualdades existentes, comprometendo a qualidade e o fortalecimento da democracia (MORAIS; BAQUERO, 2015).

Para que numa sociedade seus cidadãos sejam politicamente iguais é necessário que eles tenham participação efetiva através de oportunidades iguais de poderem opinar sobre

qual deveria ser esta política e terem esclarecimento sobre políticas alternativas. Esses são alguns critérios defendidos por Dahl (1998) para que haja uma poliarquia.

Com base nas afirmações de Dahl (2015; 2001) em relação à influência das desigualdades socioeconômicas no surgimento, qualidade e fortalecimento do regime poliárquico, quando essas desigualdades são extremadas, com referência clara à educação e informação, desigualdades graves de riqueza podem gerar desinteresse da população em participar ativamente da política seja no processo eleitoral e, de modo mais amplo, seja no processo de participação política não eleitoral, sejam elas convencionais ou contestatórias.

O nosso objetivo no capítulo seguinte é testar essa influência dos aspectos socioeconômicos sobre a participação política dos brasileiros e qual o grau de influência nessa participação. Assim, identificamos se a variação dos aspectos socioeconômicos do brasileiro influencia ou explica a sua participação política.

CAPÍTULO 3. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo condensamos as questões empíricas relativas à dissertação. Na primeira seção de caráter metodológico, é detalhada a base de dados utilizada, assim como o tratamento das variáveis e os procedimentos empregados.

Na segunda parte que trata da composição dos modelos multivariados, elencamos as hipóteses de trabalho, explicitamos a conformação dos modelos e, por meio destes, tratamos dos atributos individuais de participação política dos eleitores brasileiros. Após a análise dos dados, faremos a interpretação à luz da abordagem teórica proposta neste trabalho.

3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Foi adotado o método quantitativo, com a análise bivariada e multivariada dos fatores condicionantes do engajamento político do eleitor brasileiro em relação à modalidade de participação através do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), *survey* brasileiro pós-eleitoral do CESOP, UNICAMP, 2014.

Em 2014, o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), pesquisa de opinião pública realizada com eleitores com 16 anos ou mais, entre os dias 1º e 19 de novembro de 2014, adotou os seguintes critérios¹⁹: realização de 3.136 entrevistas no total, sendo 2.506 entrevistas proporcionais em todo o território nacional e complemento de 630 entrevistas no Estado de São Paulo. Adotamos a amostra representativa do território nacional que foi de 2.506 casos.

O processo de seleção da amostra foi feito pela equipe do CESOP em 03 estágios:

I. No primeiro estágio os municípios foram selecionados probabilisticamente através do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), tomando como base o número de eleitores de cada município.

II. No segundo estágio foram selecionados os setores censitários pesquisados dentro de cada município, também pelo método PPT, tomando como base o número de moradores de cada setor censitário.

III. No terceiro e último estágio, para a seleção do entrevistado dentro do setor censitário, foram utilizadas cotas proporcionais ao universo, em função das seguintes variáveis: sexo, idade, grau de escolaridade e ramo de atividade. As cotas foram estabelecidas

¹⁹ Desde o primeiro ano do ESEB, pesquisa realizada em 2002, os critérios metodológicos tiveram sensíveis modificações, inclusive quanto às variáveis que compõem o *survey* a cada ano do levantamento.

com base nos dados mais atualizados do IBGE (Censo 2010), PNAD (2012) e TSE (2014). (CESOP, UNICAMP, 2014).

Utilizamos análise descritiva das variáveis que compõem os tipos de participação segundo Dahl (2001) e organizado por Dantas e colaboradores (2004), com base na literatura mais recente sobre participação, incluída a participação contestatória de acordo com estudos de Borba (2010a; 2010b) e Borba e Ribeiro (2019), principalmente no que diz respeito ao estudo no Brasil, e com incremento do perfil de participação baseado em Cantoni (2016) que compara o envolvimento político não eleitoral dos argentinos e dos brasileiros ao longo dos vinte últimos anos.

Foram analisadas também as variáveis socioeconômicas de acordo com estudo de Dahl (2001) sobre o declínio da participação em regimes democráticos com desigualdades socioeconômicas extremas, como também de acordo com os contextos políticos locais onde se desenvolveram (BORBA; RIBEIRO, 2019).

O CHAID (*Chi Squared Automatic Interaction Detector*) foi utilizado para analisar se **há dependência entre o conjunto de fatores socioeconômicos e demográficos e os tipos de participação do brasileiro, e como discriminam e agrupam as variáveis de acordo com as semelhanças existentes, objetivo central desse estudo**. Esta análise aponta que os preditores do perfil socioeconômico têm forte associação com a participação política eleitoral e não eleitoral, convencional e contestatória dos brasileiros nos moldes das teorias recentes sobre participação em novas democracias.

3.2. VARIÁVEL DEPENDENTE: A CONSTRUÇÃO DOS TIPOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

De acordo com a teoria discutida nos capítulos anteriores, a base para construção dos tipos de participação política foi pautada nos conceitos do teórico Robert Dahl (2001; 2005) sobre o processo democrático, a participação política e o desinteresse de parcela da população por assuntos políticos. A operacionalização seguiu a classificação de participação de Dantas e colaboradores (2004) e as tipologias classificatórias da literatura recente da ciência política, com os trabalhos de Borba (2010a, 2010b) e Borba & Ribeiro (2019) no que diz respeito à participação não eleitoral convencional e contestatória (protesto) e com adição de condicionantes de envolvimento político do brasileiro identificados por Cantoni (2016).

Outro aspecto importante se deve à seleção das variáveis que pertencem aos tipos de participação. O trabalho de Dantas et al (2004) levantou variáveis dos indicadores da pesquisa

de opinião pública do ESEB, em 2002, entretanto, a grande maioria dessa variáveis não foi utilizada nas pesquisas subsequentes desse *survey*. Sendo assim, adaptamos o modelo proposto por Dantas et al (2004) às novas variáveis compostas na pesquisa do ESEB de 2014.

Os tipos de participação propostos e suas respectivas variáveis²⁰ são os seguintes:

1º. Tipo de Participação eleitoral:

As variáveis desse tipo de participação dizem respeito à participação dos eleitores nas urnas e a motivação de voto se não fosse obrigatório.

A participação eleitoral, categoria principal da democracia representativa, é definida por dois fatores: 1) a relação entre comparecimento e abstenção, e 2) a relação entre votos válidos e inválidos (BORBA E RIBEIRO, 2019). Estudos comparativos envolvendo a América Latina (RIBEIRO, BORBA & SILVA, 2015), ou mesmo democracia em todo o mundo (GALLEGO, 2015; BRICH, 2009), apontam o voto compulsório como uma das principais variáveis explicativas para taxa de participação eleitoral. Em países, como o Brasil, com o voto obrigatório, outros fatores também influenciam na decisão de votar. Seriam os custos de ir até as urnas (LIMA JR. 1990, 1993; SILVA 2016; NICOLAU 2002; MOISES 2013); influência de fatores de natureza social e cognitiva, principalmente no que diz respeito os níveis educacionais (NICOLAU, 2002, 2004; LIMONGI, 2015); e mesmo a seriam a insatisfação do eleitor e o descontentamento com o processo político (BORBA, 2008; SILVA, GIMENES, BORBA E & RIBEIRO, 2014) que levariam os eleitores a decidir por invalidar seu voto (votos brancos e nulos).

O quadro abaixo descreve as cinco variáveis do tipo de participação eleitoral.

Quadro 4. Variáveis do Tipo de Participação Eleitoral

VARIÁVEIS
Votou 1º turno presidente (votou ou absteve-se)
Em quem votou no 1º turno para presidente (voto válido, nulo, branco, NS e NR)
Votou 2º turno (votou ou absteve-se)
Em quem votou no 2º turno para presidente (voto válido, nulo, branco, NS e NR)
Se o voto não fosse obrigatório teria ido votar?

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB, 2014.

²⁰ Todas as variáveis que compõem os tipos de participação são categóricas.

2º: Tipo de participação social e política:

Os atributos contidos nesse tipo de participação dizem respeito à participação dos indivíduos em grupos e movimentos representativos da sociedade. Um dos critérios para fundamentar a democracia, de acordo com Dahl é a “liberdade de formar e aderir a grupos sociais, políticos e econômicos, atributo indispensável à liberdade dos cidadãos de organizarem suas opiniões e defenderem suas ideias. ‘Associações independentes também são uma fonte de educação cívica e esclarecimento cívico: proporcionam informações aos cidadãos, e, além disso, oportunidades para discutir, deliberar e adquirir habilidades políticas’” (DAHL, 2001, apud DANTAS, et al 2004).

Neste tipo de participação aparecem as variáveis ligadas ao associativismo e ao protesto. A análise, que ocorrerá nas próximas seções, levou em conta esta subdivisão de envolvimento político do brasileiro, principalmente no que diz respeito à participação de categoria contestatória, como o protesto, que para Borba & Ribeiro (2019) é fortemente ligado ao ativismo político brasileiro. “As categorias contestatórias exibem uma grande estabilidade, o oposto é observado na participação convencional onde houve sensível queda, principalmente dos partidos” (BORBA; RIBEIRO, 2019, tradução livre).

O quadro abaixo mostra descrição das treze variáveis que compõem o tipo de Participação Social e Política.

Quadro 5. Variáveis do tipo de participação social e política

	VARIÁVEIS
ASSOCIATIVISMO	Filiado a sindicato
	Filiado à associação de empresários ou comerciários
	Filiado à associação de fazendeiros/sitiantes/ produtores rurais
	Filiado à associação profissional
	Filiado a partido político
	Nome do partido que é filiado
PROTESTO	
	Participou de assinatura de um abaixo-assinado (inclusive na internet)
	Participar de bloqueio de estradas
	Participou de greve
	Participou de manifestações ou protestos de rua
	Utilizou de internet ou redes sociais para manifestações e debates políticos
	Participar de ocupação de prédios públicos
Participar de ocupação de terras	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB, 2014.

3º - Tipo de participação em campanhas:

As variáveis desse tipo de participação dizem respeito à participação e ao envolvimento nas campanhas. Dahl destaca que “para se adquirir uma compreensão esclarecida de possíveis atos e políticas do governo, também é preciso a liberdade de expressão. Para adquirir competência cívica, os cidadãos precisam deliberar, ler, escutar e questionar especialistas” (DAHL, Op. Cit., p. 110, apud DANTAS, et al 2004).

O quadro abaixo descreve as variáveis deste tipo de participação.

Quadro 6. Variáveis do Tipo de Participação em campanhas

VARIÁVEIS
Contatado por algum partido ou candidato pessoalmente ou de alguma outra forma durante a campanha
Meios em que foi contatado por partido ou candidato
Tentativa de convencimento de pessoas próximas a votar em um candidato ou partido
Meios em que foi convencido a votar em um candidato ou partido

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB, 2014.

4º - Tipo de participação informação:

Finalmente, o último grupo de variáveis diz respeito à democratização da informação. A explicação é simples: o cidadão precisa de informação para participar da vida política. Veja citação de Dahl sobre o assunto:

Como os cidadãos podem adquirir a informação de que precisam para entender as questões se o governo controla todas as fontes de informação? (...) Como poderiam os cidadãos participar realmente da vida política se toda a informação que pudessem adquirir fosse proporcionada por uma única fonte? (DAHL, Op. Cit., p.111, apud DANTAS, et al, 2004).

No quadro abaixo estão descritas as variáveis do tipo de participação informação.

Quadro 7. Variáveis do tipo de participação informação

VARIÁVEIS
Medidas que consideram importantes na hora de votar para presidente
Uso de internet ou celular para acessar informações ou comunicados de algum partido ou candidato
Costume de ler jornal na versão impressa, digital pela internet ou ambas
Assistir telejornais com notícias nacionais essa semana
Assistir telejornal regional com notícias da cidade e/ou região
Ouvir notícias no rádio esta semana

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB, 2014.

O acesso à informação, a participação em associações e em protesto, e o envolvimento em campanhas, portanto, medidos a partir dos tipos de participação acima, serão tomados como *proxies* da participação do indivíduo no processo de envolvimento político eleitoral e não eleitoral.

Ao medir as variáveis de cada tipo de participação, verificou-se o grau de interesse dos brasileiros sobre questões políticas e quanto o perfil socioeconômico é associado ao seu envolvimento político, assim demonstrou-se se com diferenças extremas no perfil socioeconômico dos brasileiros há o enfraquecimento de sua participação política.

Foram selecionadas, assim, 50²¹ variáveis nominais, do Banco de dados ESEB, 2014, distribuídas a partir dos critérios acima descritos. **A hipótese de trabalho que será testada no item 3.4 consiste em quanto maior o nível socioeconômico maior a propensão ao brasileiro em participar de ações políticas sejam elas convencionais ou contestatórias.** Espera-se que em níveis mais altos socioeconômicos haja maior acesso a recursos materiais e a informação e comunicação. Cidadãos em condição de recursos reduzidos, baixa escolaridade e acesso a informação e comunicação, seriam levados à apatia política e ao afastamento da participação política.

3.3. ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BRASILEIROS DE 2014

Nessa seção serão descritos os resultados dos dados extraídos do *survey* ESEB de 2014, em relação às variáveis que compõem os tipos de participação e as variáveis socioeconômicas dos eleitores brasileiros.

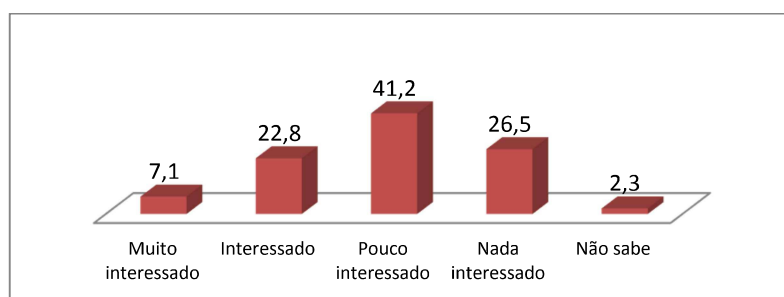
²¹ Por causa de subdivisões de algumas variáveis do modelo o número passou de 28 para 50 variáveis.

Entretanto, antes de nos atermos aos resultados descritivos destes dados, se faz necessária breve análise sobre o interesse por política dos brasileiros de acordo com perfil socioeconômico e demográfico²².

O nível de interesse dos cidadãos por política tem sido empregado com relativa frequência nos estudos sobre cultura política como indicador de uma postura participativa (ALMOND; VERBA, 1989; INGLEHART, 2001, apud BORBA; RIBEIRO, 2019).

Como mostra o Gráfico 1, os dados de 2014 relativos ao interesse em política revelam que o nível de interesse dos brasileiros é pequeno, chegando a 30% de interessados quando somamos aqueles que manifestaram “muito interesse” e “interesse”.

Gráfico 1. Interesse por política, 2014 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Entretanto, analisando o perfil socioeconômico dos brasileiros, o interesse por política cresce à medida que aumenta a faixa de renda familiar²³. Na faixa de renda de mais de 10 a 15 salários mínimos²⁴, o interesse político passa para mais da metade dos entrevistados com esse perfil (53,1%).²⁵

Por outro lado, 67,7% dos entrevistados afirmam terem “pouco” ou “nenhum” interesse por política. Entre os que possuem até um salário mínimo, portanto a renda mais baixa, o desinteresse chega a 80,9%. Um dos fatores do desinteresse, mencionados em capítulo anteriores, seria o isolamento de grupos sociais mais empobrecidos da sociedade em espaços de estrutura e poder político e governamental o que seria a exclusão política (BORBA, 2008), trazendo como consequência, a apatia política e o afastamento das questões públicas.

²² As variáveis socioeconômicas e demográficas que foram analisadas são: sexo, idade, renda familiar, escolaridade e regiões brasileiras.

²³ Todas as tabelas segmentadas por perfil socioeconômico dessa seção estão no apêndice.

²⁴ Esta tabela toma como base o salário mínimo de 2014 que equivalia a R\$ 724,00.

²⁵ Nas faixas de renda familiar acima de 15 salários mínimos, os percentuais de “Interesse” e “muito interesse” sobem para 64% (+ de 15 a 20 SM) e para 70% (Mais de 20 SM).

Outro dado de destaque é que entre as regiões brasileiras, o Norte e o Nordeste foram as que apresentavam maiores percentuais de desinteresse, chegando a 74% e 71,4% respectivamente. Por outro lado, o Sul apresentou o percentual do interesse por política nove pontos acima da média nacional (de 30% para 39%).

Em relação ao interesse político por perfil de escolaridade dos brasileiros, nos níveis mais altos de instrução, especificamente quem tem curso superior, há aumento de 18 pontos percentuais no interesse por política em comparação com o percentual do total da amostra (30%). O desinteresse prevalece entre os que possuem escolaridade mais baixa, com destaque para os analfabetos ou que nunca frequentaram a escola (74,4%) e os que possuem o ensino fundamental II completo (75,1%).

Com base nos dados de interesse avaliados nessa seção, resumimos que os brasileiros afirmaram ter pouco interesse por política e que há variações no nível de interesse político de acordo com a renda familiar, região e escolaridade. O nível de interesse aumenta proporcionalmente ao aumento da renda familiar, nas escolaridades mais altas e é maior na Região Sul. Por outro lado, o perfil do desinteresse político é da grande maioria dos que possuem renda mais baixa (80,9%), dos analfabetos ou que nunca frequentaram escola e entre os brasileiros que moram nas regiões Norte e Nordeste.

Na próxima seção serão analisadas as variáveis diretamente ligadas aos tipos de participação determinados nesse estudo e de acordo com o perfil socioeconômico e demográfico (sexo, idade, renda familiar, escolaridade e região) que apresente variações em relação ao perfil geral de brasileiros entrevistados pela pesquisa de opinião pública ESEB de 2014.

3.3.1. Variáveis do tipo de participação eleitoral

Apresentaremos os resultados dos dados de comparecimento às urnas extraídos pelo *survey* ESEB de 2014, em relação às variáveis que compõem a participação no processo eleitoral, variável “se votou ou não” em um candidato a presidente da república. Esta variável foi categorizada da seguinte forma: (1) votou no candidato; (2) anulou o voto (3) votou em branco; (3) Não sabe/ não respondeu/ não lembra; e (4) abstenção²⁶.

²⁶ A abstenção refere-se aos eleitores que disseram que não compareceram às urnas de modo geral. Estão contidos nessa variável, eleitores que têm voto facultativo (jovens 16 a 17 anos, idosos a partir de 60 anos e analfabetos) além de eleitores que não compareceram para votar, ainda que fosse obrigatório. A título de informação a pergunta referente a esse tema foi a Q5P1-A. “O(a) sr(a) votou no primeiro turno nesta eleição? (RU)” 01 () Sim, votou 02 () Não, é maior de 70 anos 03 () Não, tem/tinha 16 ou 17 anos 04 () Não, mas justificou o voto no primeiro turno 05 () Não votou e nem justificou o voto no primeiro turno 06 () Não votou porque não tinha o documento exigido.

A taxa de participação efetiva de voto para presidente representa a grande parcela dos eleitores brasileiros em 2014 (80,4%).

Apenas 5% dos eleitores votaram nulo/ branco e pouco mais de 9,0% se absteve de votar. O esquecimento de quem votou ou a não resposta para presidente chegou a pouco mais que 1%, diferentemente do perfil de voto para deputado federal, em que o número de respostas não lembra/ não sabe/ não respondeu (38,7%) é bastante alto. A justificativa para alto percentual de esquecimento de voto para deputado federal pode revelar distanciamento e reduzida importância dos eleitores quanto às eleições proporcionais (NICOLAU, 2017). Ainda para Nicolau (2017), um dos aspectos que possa vir a contribuir para o esquecimento dos eleitores em relação a quem votou seria o voto em números com a adesão às urnas eletrônicas²⁷.

No segundo turno para presidente a taxa efetiva de voto aumentou para 85% (votos válidos), permanecendo praticamente a mesma taxa de votos nulos e brancos do primeiro turno (5%) e 10% de abstenção.

Em relação a não obrigatoriedade do voto quase metade dos brasileiros entrevistados (46%) disse que não votaria caso o voto não fosse compulsório e chegam 52,1% dos que têm idade de 18 a 20 anos (portanto entre os mais jovens que são obrigados a votar) e a 51,7% dos que ganham até um salário mínimo.

44% dos entrevistados, no entanto, disseram que votariam mesmo que não fossem obrigados. Neste caso, a idade e a renda familiar apresentam variações, chegando a 54% das pessoas com 60 a 69 anos e daqueles que possuem renda familiar de 5 a 10 salários mínimos.

Em relação à escolaridade, mais da metade dos que têm fundamental II incompleto (53%) e fundamental II completo (51,3%) e 47,9% ensino médio completo não votaria diante da não obrigatoriedade do voto. Por outro lado, daqueles que possuem curso universitário, 61% revelaram que votariam mesmo sem a obrigatoriedade do voto e 72% dos que possuem pós-graduação. Assim, mais uma vez mais altos níveis educacionais a predisposição à participação é mais frequente.

E, finalmente, em relação à Região, mais da metade dos nordestinos (52,8%) e dos entrevistados que residem no Sul (50,8%), afirmaram que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório. O Sudeste e o Norte foram as regiões que apresentaram maiores percentuais

²⁷ Segundo o autor, “Com a urna eletrônica, para votar em um candidato ou partido é necessário digitar um número específico. O fato de os eleitores serem incentivados a memorizar o número dos candidatos e das legendas, e não seus respectivos nomes podem ser mais um elemento que concorre para amnésia eleitoral” (NICOLAU, 2017, p.67).

em relação a não comparecer às urnas caso o voto não fosse compulsório (50,1% e 52% respectivamente).

3.3.2. Variáveis do tipo participação social e política

Os brasileiros também pouco se envolvem em ativismos sociais e políticos. Em média, 80% declararam não participar de nenhum engajamento político. Diante disso, as variáveis de participação social e política que apresentaram percentuais um pouco mais altos foram as de participação contestatória e a filiação em sindicatos.

Das variáveis contestatórias, destaca-se a participação em abaixo assinado (18%), participação em greve (8%) e participação em manifestação ou protesto de rua (8%).

Vale salientar que o perfil de quem participa de abaixo assinado chega a 29% dos que possuem renda de 5 a 10 salários mínimos e dos que tem ensino superior incompleto, e a 38% dos com ensino superior completo.

O perfil de quem participa de greve e manifestação de rua ou protesto tem praticamente o mesmo perfil de quem assinou abaixo assinado. Um detalhe é que nas manifestações de rua, são considerados também os jovens de 16 a 17 anos com 22%²⁸ de participação.

A filiação em sindicatos chegou a 9% dos entrevistados, chegando a 17% dos que possuem renda familiar de 5 até 10 salários mínimos e 16% dos que possuem ensino superior. De acordo com Borba & Ribeiro (2010):

No que diz respeito aos sindicatos, o Brasil é o país que conta com maior percentual de participação ativa, com mais que o dobro de pontos em relação aos segundos colocados, Chile e Peru (empatados com 4,3%). Se somarmos os percentuais de membros ativos e inativos, o Brasil (18,9) continua na liderança, mas a última posição passa a ser ocupada pelo Peru (6,3) (BORBA; RIBEIRO, 2010, p.45).

Borba e Ribeiro (2010) afirmam que a tradição do sindicalismo no Brasil tem relação com a “trajetória de dependência” das instituições políticas brasileiras em relação ao corporativismo.

Utilizar de internet ou redes sociais para manifestações e debates políticos é prática de 5,7% dos brasileiros entrevistados em 2014. Este número cresceu consideravelmente nos últimos anos.

²⁸ De todo modo, este dado é apenas indicativo já que o total de entrevistados nessa faixa etária foi de apenas 27 casos.

63% dos eleitores entrevistados não possuem predileção por partido político. O desconhecimento de partido político é elevado, atingindo o patamar de mais 20% da maioria deles. Apenas 03 partidos apresentam baixo percentual de desconhecimento: o PT (apenas 4% não o conhecem); PMDB (9% de desconhecimento); e PSDB (10%).

Outro dado interessante é que a maioria dos eleitores (67%) afirmou não ter partido que represente sua maneira de pensar e dentre os que anularam o voto ou votaram em branco, 73% não têm partido que os represente, levando-nos a associar a falta de representatividade partidária à apatia política ou a sua descrença. Pouco mais de um quarto dos respondentes disseram que “existe um partido que o represente”.

A grande maioria não tem filiação partidária (96%). Apenas 3% dos entrevistados são filiados a algum partido político, chegando a 6% dos que têm ensino superior completo e 9% dos que possuem pós-graduação. 34% disseram que a atuação dos partidos políticos é ruim ou péssima.

3.3.3. Variáveis do tipo de participação em campanha

Apenas 10,5% dos entrevistados foram contatados por algum partido político ou candidato durante as eleições presidenciais de 2014. Deste montante, 7,6% dos entrevistados foram contatados cara a cara. Nota-se que a tentativa de convencimento dos partidos é muito pequena quando se trata do contato individual com o eleitor.

26,4% dos brasileiros entrevistados no ESEB 2014 afirmaram que parentes ou pessoas próximas tentaram convencer a votar em algum candidato ou partido. A forma mais utilizada foi pessoalmente (cara a cara). Este tipo de influência de voto é muito comum, principalmente em eleições proporcionais onde os eleitores têm pouco envolvimento e interesse com os projetos de campanha do candidato.

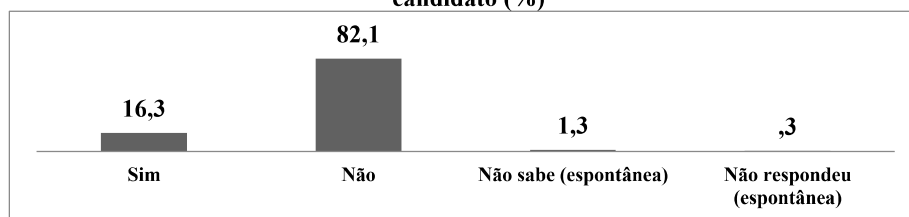
3.3.4. Variáveis de tipo de informação

Os dados referentes à pesquisa de 2014 mostra que os brasileiros utilizam com mais frequência “os debates entre candidatos na televisão” para decidir seu voto para presidente. Ver debates pela TV possibilitou a 45% dos brasileiros definir em quem votou no pleito presidencial de 2014. As “notícias sobre candidatos na TV” influenciam 27% dos brasileiros na hora de decidirem em quem votar e a “propaganda política na TV” ajuda a determinar o voto de 15% dos eleitores, mostrando que a TV ainda é uma mídia que apresenta bastante influência no comportamento nas urnas dos brasileiros.

Conversar com amigos ou pessoas conhecidas ocupou a segunda posição no que diz respeito à medida que influencia na decisão do voto para a presidência da república (21% do total de menções e 19% indicaram em primeiro lugar).

O uso da internet e do celular para acessar as informar ou ver os comunicados dos partidos políticos ou candidatos era bem pequeno em 2014, chegando a 16,3% dos entrevistados.

Gráfico 2. Uso de internet ou celular para acessar informações ou comunicados de algum partido ou candidato (%)

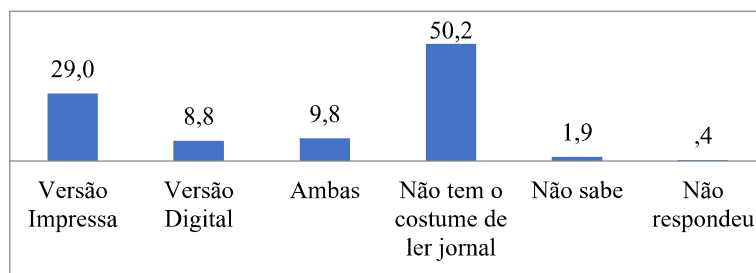


Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

A grande maioria dos entrevistados (77%) assistiu o noticiário nacional da televisão e 72,7% revelaram que assistiam o noticiário local (cidade/ região). 46,8% afirmaram que escutavam rádio para saber do noticiário.

Metade dos brasileiros entrevistados no ESEB (2014) não costuma ler jornal. 29% afirmaram ler o jornal na versão impressa, 8,8% na versão digital e 9,8% em ambas as versões.

Gráfico 3. Costume de Ler Jornal Impresso ou Versão Digital (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

3.4. PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO E O GRAU DE ASSOCIAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO BRASILEIRO

Na seção anterior apresentamos análise descritiva dos dados em gráficos e tabelas, que de um modo geral, sugerem uma relação entre perfil socioeconômico e demográfico e as variáveis dos tipos de participação. Entretanto, é necessário maior refinamento estatístico para

afirmar se há significância nos dados e de que modo as variáveis se inter-relacionam. Utilizamos o CHAID (*Chi Squared Automatic Interaction Detector*) que, nesse caso, é a técnica mais indicada para mensurar a associação e a significância ao nível de 0,05 cujo modelo proposto envolve variáveis categóricas.

3.4.1. Explicando o CHAID (*Chi Squared Automatic Interaction Detector*)

Com a finalidade de analisar as relações entre a variável dependente (tipo de participação política) e do conjunto de variáveis independentes (perfil socioeconômico e demográfico), utilizamos a técnica de CHAID (*Chi Squared Automatic Interaction Detector*), através da qual é verificado o padrão de comportamento semelhante das categorias das variáveis independentes com as variáveis dependentes.

O CHAID é o ideal para estudar relações entre variáveis categóricas. Segundo Freitas e Heineck (2008, p. 40), o CHAID “se caracteriza como um algoritmo que aplica árvore de classificação para dividir um conjunto de dados, em subconjuntos que discriminam de maneira diferenciada a variável resposta (dependente) e para combinar categorias que não diferem significativamente entre si”. A metodologia identifica, nas variáveis dependentes, os grupos que se discriminam quanto à covariável. Sendo assim, as categorias que compõem as variáveis ou as variáveis podem se agrupar por não se diferenciarem entre si. No caso de nosso estudo, o CHAID somente separa grupos que diferem com 95% de confiança estatística.

Em nosso estudo foi utilizado esse método estatístico para identificar quais variáveis (dependentes e independentes) importaram para o modelo com a significância estatística de até o p-valor de 0,05. As variáveis que na relação entre elas (variável explicativa *versus* variável dependente) obtiveram o p-valor acima do estimado, foram descartadas do modelo. Assim, testamos a dependência das variáveis compostas nos tipos de participação com o perfil socioeconômico e demográfico, através do CHAID, que em seu componente utiliza o teste não paramétrico qui-quadrado²⁹ além de discriminar e agrupar as variáveis de acordo com as semelhanças existentes. O qui-quadrado é aplicado em amostras com variáveis do tipo nominais e de distribuição não normal e testa a significância da hipótese experimental, ou seja, que há dependência entre as variáveis estudadas, em detrimento da hipótese nula a qual diz que não há dependência entre elas.

²⁹ Para explicação aprofundada do qui-quadrado, ler Levin, J. (1987), *Estatística Aplicada a Ciências Humanas*. Capítulo 10: Testes não-paramétricos, p. 193 a 213.

Assim a técnica de CHAID foi utilizada para verificar a dependência entre variáveis propostas com confiança estatística de 95% e nível de significância de menor ou igual a 0,05. Consequentemente foram descartadas as variáveis dos tipos de participação e as variáveis explicativas, perfil socioeconômico e demográfico, ou categorias dentro das variáveis que não apresentaram essa relação de padrão semelhante de comportamento.

Além da redução, o terceiro procedimento do CHAID foi agrupar as variáveis, ou categorias dentro das variáveis, de acordo com o padrão de semelhança (grupos homogêneos).

Pela técnica de CHAID são testadas as categorias das variáveis individualmente e aquela que melhor prediz o padrão comportamental da variável em estudo é então particionada.

Para cada novo segmento as demais variáveis são novamente testadas e assim o diagrama em árvore se forma até que o critério de parada seja satisfeito. O critério de parada é definido *a priori*, ou seja, previamente especificado, ou com a formação de grupos inferiores a *n* casos ou diferença estatística fora dos níveis de confiança fixados, cujas variáveis não apresentarem associação estatisticamente significativa.

Além do diagrama em árvore da análise de CHAID, os resultados são apresentados em tabelas, no modelo univariado, nesse caso, a variável independente foi testada individualmente com cada variável dependente dentro dos tipos de participação propostos.

No caso de nosso estudo, optamos por analisar as inter-relações entre as variáveis no modelo univariado, especificando as relações entre as variáveis preditoras e dependentes, caso a caso.

O Quadro 8 mostra resumo didático³⁰ das etapas contendo os resultados do CHAID que serão apresentados na próxima seção.

Quadro 8: Resumo das etapas do CHAID

ETAPAS	Modelo
1ª) Dependência entre as variáveis explicativas e variáveis respostas	Chi- quadrado com confiança de 95% e significância menor ou igual a 0,05.
2ª) Exclusão das variáveis e/ou categorias que não discriminam	
3ª) Junção das categorias e ou variáveis em grupos homogêneos (caso haja)	

Fonte: Elaboração própria.

³⁰ O quadro é apenas ilustrativo para melhor compreensão do modelo estatístico. A técnica estatística do CHAID apresenta os resultados das três etapas no mesmo processo.

Outra observação importante é que o CHAID não leva somente o qui-quadrado em consideração. Ele “não quebra” as variáveis também quando há outros critérios que não são satisfeitos. Em resumo, o modelo estatístico CHAID não quebra grupos com menos de 100 casos e nem quebra se um dos grupos resultantes ficasse com menos de 50 casos. Por isso há casos em que o qui-quadrado é significativo, mas o chaid não discriminou a variável.

No caso em estudo, priorizamos a análise univariada do CHAID, ou seja, foram analisados todos os critérios expostos no Quadro 8 para cada variável explicativa com cada variável dependente que compõem os tipos de participação. A análise univariada permite verificar a dependência e associação entre variáveis e também a descrição dos dados que apresentarem variações significativas.

O objetivo principal desse estudo foi verificar o quanto as variáveis que compõem o perfil socioeconômico e demográfico discriminam a participação política do brasileiro, ou seja, quais variáveis do perfil socioeconômico e demográfico estavam mais associadas ao engajamento político individual seja ele de cunho eleitoral ou não eleitoral, convencional ou contestatário.

3.4.2. As variáveis socioeconômicas e demográficas utilizadas

As variáveis independentes socioeconômicas e demográficas utilizadas no modelo foram inspiradas na vasta literatura sobre a influência e/ ou associação dessas variáveis na participação política, tanto no que diz respeito ao modelo de centralidade proposto por Milbrath e Goel (1965), Verba e Nie (1972), Verba e Schlozman e Brady (1995), quanto em relação à teoria de Dahl (2001; 2005), segundo a qual quando sociedades em que prevaleça a desigualdade econômica, sem recursos necessários para a educação de qualidade e a disseminação de meios informativos, alto índice de analfabetismo, têm poucas chances de desenvolvimento e manutenção de uma política competitiva e, conseqüente expansão da participação política e contestação pública.

Assim foram selecionadas as variáveis explicativas: sexo, idade, escolaridade, renda familiar e região que tiveram influência direta das variáveis preditoras escolhidas no estudo sobre participação política de Ribeiro e Borba (2010) e Cantoni (2016).

3.4.3. Redução das variáveis - o que realmente importa para o modelo

O Quadro 9 apresenta resumo dos quatro tipos de participação com apenas as variáveis que obtiveram dependência com as variáveis explicativas³¹, significância igual ou menor a 0,05, e/ou seguiu o critério de corte do CHAID expostos na seção anterior, apresentando nível de confiabilidade de 95%.

Quadro 9: Redução das variáveis dos tipos de participação (teste CHAID)

Tipo de participação	Variáveis
Participação Eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> - Votou 1º turno presidente (votou ou absteve-se) - Em quem votou no 1º turno para presidente (voto válido, nulo, branco, NS e NR) - Votou 2º turno (votou ou absteve-se) - Em quem votou no 2º turno para presidente (voto válido, nulo, branco, NS e NR) - Voto não brigatório
Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas que consideram importantes na hora de votar para presidente: 1. Assistir/Ouvir os candidatos em comícios. 2. Conversas com colegas de trabalho/escola. 3. Debates entre candidatos na televisão. 4. Notícias sobre os candidatos na televisão. 5. Notícias sobre os candidatos nas redes sociais. 6. Notícias sobre os candidatos nos jornais (impresso ou internet). 7. Resultado de pesquisas eleitorais. E, 8. Propaganda política na televisão. - Uso de internet ou celular para acessar informações ou comunicados de algum partido ou candidato. - Costume de ler jornal na versão impressa, digital pela internet ou ambas. - Assistir telejornais com notícias nacionais essa semana. - Assistir telejornal regional com notícias da cidade e/ou região. - Ouvir notícias no rádio esta semana.
Participação Sociopolítica	<ul style="list-style-type: none"> - Filiado a sindicato. - Filiado a associação de empresários ou comerciários. - Filiado a associação de fazendeiros/sitiantes/ produtores rurais. - Filiado a associação profissional. - Filiado a partido político. - Participou de assinatura de um abaixo-assinado (inclusive na internet). - Participar de bloqueio de estradas. - Participou de greve. - Participou de manifestações ou protestos de rua. - Utilizou de internet ou redes sociais para manifestações e debates políticos.
Participação em Campanhas	<ul style="list-style-type: none"> - Contatado por algum partido ou candidato pessoalmente ou de alguma outra forma durante a campanha. - Meios em que foi contatado por partido ou candidato. - Pessoas próximas tentaram convencer a votar em um candidato ou partido. - Meios em que foi convencido a votar em um candidato ou partido.

Fonte: Elaboração própria com as variáveis extraídas do ESEB, 2014.

³¹ As variáveis excluídas do modelo foram: **Informação**: Conversas com amigos e pessoas da família; informações da igreja sobre os candidatos; informações de associações de moradores sobre os candidatos; notícias sobre os candidatos no rádio; propaganda política no rádio. **Sociopolítica**: nome do partido que é filiado; participar de ocupação de prédios públicos; participar de ocupação de terras.

3.5.DIUSSÃO DOS RESULTADOS DO CHAID³²

Ao analisar os dados resultantes do CHAID, observou-se que a variável **sexo** apresentou associação estatística com um número bastante reduzido de variáveis que compunham modelo de participação política. Apenas seis variáveis (14,6%) de participação, independente de qual tipo, possuem associação estatística com essa preditora³³.

Especificamente, as variáveis de participação política associadas ao sexo foram: 1) **“não obrigatoriedade do voto”**, do conjunto de participação eleitoral; 2) **Filiado a sindicato (associativa) e bloqueio de estrada (protesto)**, pertencentes ao tipo de participação sociopolítica; 3) **“Notícias sobre os candidatos nos jornais”** (impresso ou internet); **“Costume de ler jornal na versão impressa, digital pela internet ou ambas”**; e **“Ouvir notícias no rádio durante a semana”**; ligadas a participação de cunho informativo.

A covariável sexo não teve associação estatística com as variáveis pertencentes ao tipo de participação em Campanha.

Idade apresentou associação estatística com 20 variáveis pertencentes aos quatro tipos de participação política: incidência de 60% (3) das que compõem as eleitorais; 30% (3) das variáveis sociopolíticas; 61,5% (8) das variáveis de informação e 46,2% (6) das variáveis de campanha.

A renda familiar teve associação estatística com 28 variáveis, distribuídas entre todos os tipos de participação, com maior incidência nas variáveis contidas no tipo de participação em campanha (92,3%).

Tanto a escolaridade como a região apresentou associação com o maior número de variáveis de Participação, chegando a 31 e 32 do total de variáveis dependentes respectivamente.

Em relação à escolaridade, obteve associação estatística com todos os tipos de participação, com incidência de 100% (13) nas variáveis contidas no tipo de participação em campanha.

A região, por sua vez, obteve associação em 80% (4) das variáveis pertencentes ao tipo de participação eleitoral e 90% (9) das variáveis do tipo de participação sociopolítica, 76,9% (10) das variáveis de informação e 69,2% (9) das variáveis de campanha.

A Tabela 1 mostra a quantidade de variáveis dependentes que compõem os tipos de participação política associadas a cada variável independente de perfil socioeconômico e

³² No apêndice estão contidas a análise de associação de cada variável dos quatro tipos de participação e a descrição do perfil socioeconômico de todas as variáveis dependentes.

³³ O restante das variáveis obteve nível de significância acima de 0,05.

demográfico e os respectivos percentuais calculados de acordo com a quantidade total de variáveis de cada tipo de participação política.

Tabela 1 – Quantidade de variáveis dos tipos de participação associadas a cada variável independente (%)³⁴.

		Tipos de Participação (dependente)									
		Eleitoral		Sociopolítica		Informação		Campanha		Total	
		(%)	NA ³⁵	(%)	NA	(%)	NA	(%)	NA	(%)	NA
Variáveis independentes	Sexo	20,0	1	20,0	2	23,1	3	0,0	0	14,6	6
	Idade	60,0	3	30,0	3	61,5	8	46,2	6	48,8	20
	Renda	20,0	1	60,0	6	69,2	9	92,3	12	68,3	28
	Escolaridade	60,0	3	70,0	7	61,5	8	100,0	13	75,6	31
	Região	80,0	4	90,0	9	76,9	10	69,2	9	78,0	32
	TOTAL		(5)		(10)		(13)		(13)		(41)

Fonte: Elaboração própria de acordo com frequência de variáveis com significância estatística com p-valor $\leq 0,05$, a partir de ESEB (2014).

O Quadro 10 apresenta o *ranking* das variáveis independentes de acordo com dois critérios: 1) a quantidade de variáveis dependentes, por tipo de participação, associadas a cada variável independente e; 2) a quantidade de vezes em que uma variável independente aparece numa determinada posição classificatória. De acordo com esses critérios a variável independente socioeconômica que obtivesse o maior número de variáveis associadas por tipo de participação e, como consequência do primeiro critério, maior número de vezes (frequência) que aparecesse em primeiro lugar em relação ao quantitativo de variáveis associadas a cada tipo de participação política, apareceria no topo da classificação, seguindo das demais classificações.

Assim, em relação ao *ranking* de associação com as variáveis dependentes, o Quadro 10 deixa clara a prevalência da região tanto em relação ao quantitativo de variáveis de cada tipo de participação quando ao maior número de vezes (frequência) que aparece em primeiro lugar dentro dos tipos de participação. Dos quatro tipos de participação, a região aparece nos três tipos na primeira colocação, apresentando o maior número de variáveis associadas por cada tipo de participação.

Nesta perspectiva a variável renda e escolaridade aparecem em segundo lugar em prevalência tanto de número de variáveis de cada tipo de participação como na frequência que aparece. A renda aparece novamente em terceiro lugar e a variável idade fica no *ranking* em quarto lugar aparecendo duas vezes. Vale ressaltar que, a escolaridade, ainda que não apareça

³⁴ Percentuais não somam 100% porque são respostas múltiplas, ou seja, cada variável dependente pode ser associada mais de uma vez às variáveis independentes.

³⁵ Número absoluto.

em número de vezes em primeiro lugar (repetições) por tipo de participação, aparece em primeiro e em segundo lugares em dois tipos específicos de participação: campanha (1º) e eleitoral e sociopolítica (2º) respectivamente.

A partir da descrição dos dados, sugere-se que a região supostamente teria maior poder de influência para com os tipos de participação seguidos da renda familiar e escolaridade.

Quadro 10. Quantidade de associações identificadas das variáveis predictoras por posição no Ranking

		Frequência das covariáveis			
		1º	2º	3º	4º
Tipos de Participação	Eleitoral	REG (4)	ESCOL (3) E ID (3)	SEX (1) E REND (1)	-
	Sociopolítica	REG (9)	ESCOL (7)	RENDA (6)	ID (3)
	Informação	REG (10)	REND (9)	ID (8) E ESCOL(8)	SEX (3)
	Campanha	ESCOL (13)	REND (12)	REG (9)	ID (6)
Prevalência		Prevalece REG	Prevalece ESCOL E REND	Prevalece RENDA	Prevalece ID

Fonte: Elaborado pela autora a partir da frequência de preditores em cada tipo de variáveis com p-valor $\leq 0,05$. Dados extraídos do ESEB, 2014.

Nota: As cores apenas identificam as variáveis que obtiveram o maior número de repetições em cada lugar de classificação.

3.5.1. Breve descrição do perfil socioeconômico e demográfico dos brasileiros quanto à participação política a partir do CHAID

Baseados no critério de número de frequência em percentuais das variáveis de participação e as variáveis socioeconômicas e demográficas que se destacaram com o nível de significância igual ou inferior a 0,05 e com diferença de dois pontos percentuais, para mais ou menos, entre o percentual do total da amostra obtida nos resultados do CHAID (análise bivariada), apresenta-se a sistematização dos dados que resultou no resumo do perfil participativo subdividido em mais e em menos participativo. Quanto aos mais participativos, tem-se o seguinte:

Em relação ao tipo de Participação Eleitoral, prevalecem os brasileiros com alta escolaridade, menor idade entre os adultos que se dispõem a votar mesmo que não fosse obrigatório e, em relação à renda, a participação eleitoral é mais dispersa: tanto os eleitores de renda baixa a renda mais alta apresenta maior frequência no comparecimento nas urnas, em um intervalo de mais de 2SM a R\$ 14.480,00 (+ de 20 SM).

Em relação ao tipo de Participação Sociopolítica, o perfil dominante é um pouco diferente entre os subtipos de participação: os que participam mais de associações sejam de cunho profissional, sindical ou partidário, são brasileiros que têm média escolaridade (mais do que fundamental II) e renda familiar de média a alta (mais de R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00).

As regiões Norte e Sul aparecem com predominância de um tipo específico de associação: Associação de fazendeiros e partidos políticos respectivamente.

O perfil dos que participam de protesto reúne os mais jovens (greves e manifestações de rua), predominantemente do Norte e com igual perfil dos participantes de associação em relação à renda e à escolaridade. Especificamente, os brasileiros do Sul e do Sudeste, além da região Norte, participam de abaixo assinados e os homens de bloqueios em estradas.

Quanto a informação como tipo de engajamento político, revela-se um perfil bastante heterogêneo. O padrão de brasileiros que se informam é, com maior frequência, de média e alta escolaridade (tanto a prevalência de escolaridade maior que ensino médio, mas também concentrado em estudo universitário completo ou mais) e renda média (de mais de R\$ 3.620,00). Por outro lado, daqueles que se informam através da TV (debates e propagandas) e ouvem rádio, ou seja, meios de comunicação de massa, predominam a baixa renda e a baixa escolaridade. E ainda, há maior frequência entre os homens em ouvir rádio e leitura de jornal impresso, este último com a mesma escolaridade e renda do perfil geral. Quem mais acessa a informação nas redes sociais e jornais digitais são os jovens, no entanto, há diferença na escolaridade: os que utilizam os primeiro meios de informação possuem escolaridade mais alta do que os que utilizam os jornais digitais.

E finalmente, o perfil dos brasileiros mais participativos em relação a campanha apresenta especificidade quanto ao tipo de abordagem: daqueles que os políticos ou partidos entraram em contato, predominam os brasileiros de alta escolaridade e renda média (acima de R\$ 3.620,00). A região Norte e pessoas de alta renda (acima de R\$ 7.240,00) prevalecem no contato por SMS ou mensagem de texto.

O perfil se difere quando à frequência em que pessoas próximas tentaram convencer a votar no candidato ou partido. O público mais atingido foi de média/ alta escolaridade (acima do ensino médio), renda média a alta (acima de R\$ 3.620,00 a 14.480,00) e com maior incidência nas regiões Norte e Nordeste.

Em resumo, os mais participativos possuem média a alta escolaridade e renda média de mais R\$ 3.620,00. Em relação à Região a dispersão é maior, a depender do tipo de participação, no entanto verifica-se que os brasileiros residentes na região Norte apresentaram maiores frequências em termos de participação em números relativos se comparado com o total da amostra. Na grande maioria dos casos, idade e sexo não diferenciam os perfis mais participativos.

Quando ao perfil menos participativo, os do tipo de participação Eleitoral são os seguintes: mais velhos e pessoas com baixa escolaridade comparecem com menos frequência

às urnas. Sendo que 5% dos que tem baixa escolaridade não votaram nem justificaram o voto. Os eleitores da região Sudeste foram os que com maior frequência anularam o voto. Escolaridade e faixa de renda mais baixas apresentaram maior propensão (incidência) em não comparecer às urnas se o voto não fosse obrigatório, juntamente com os moradores da região Sul e os das regiões do Norte e Centro Oeste.

Em relação ao Tipo de Participação Sociopolítica, a filiação a qualquer tipo de associação é bastante baixa, bem como a adesão a protestos entre os brasileiros. No entanto, destaca-se que no Centro Oeste a filiação é ainda mais baixa a sindicato. As maiores frequências de não participação em abaixo assinado se dá entre os que têm baixa escolaridade, brasileiros com mais de 54 anos (mais velhos), que residem no Nordeste e Centro Oeste e de baixa renda (até 1448,00). E também é entre os mais velhos, aqueles com renda mais baixa apresentam maior frequência que o total de eleitores entrevistados em não utilizar as redes sociais ou internet para fins de ativismo político.

Em relação à informação, o perfil que se informa com menor frequência no geral têm baixa escolaridade e baixa renda. Os mais velhos geralmente não acessam informações em redes sociais, internet e meios digitais; os mais jovens, por outro lado, com maior incidência não costuma ler jornal impresso e ver notícias em telejornais nacionais ou locais. As mulheres não costumam com frequência ler jornal impresso e ouvir rádio.

A região Nordeste apresenta maior frequência em relação a não ler jornal e o Sul e o Nordeste não costuma, com maior frequência, ver telejornais locais; Sul e Centro Oeste apresentam menor frequência em assistir Propaganda política na TV, juntamente com o Sudeste; os moradores do Sudeste também apresentaram menor frequência em assistir debates na TV. Os eleitores do Norte costumam ver com menos frequência os noticiários de candidatos na TV, bem como apresentam maior incidência em não ouvir rádio. E os residentes do Sul e do Norte apresentam menor frequência em assistir a comícios.

Apresentam menor frequência em assistir propaganda política na TV, os que possuem renda de média a alta (mais de R\$ 3.620,00: 8%), demonstrando que quem acessa menos a comunicação de massa são os que possuem renda mais alta, diferente do perfil geral de quem acessa com menor frequência a informação.

Quanto a quem escuta notícias pela rádio o perfil também é um pouco discrepante dos demais em relação à renda: apresenta menor incidência tanto entre os que possuem renda mais baixa (de 1 a 2SM) como entre os de renda mais alta (mais de 20 SM).

Quanto à participação em campanhas: os brasileiros com baixa escolaridade (até fundamental I completo) foram, proporcionalmente, menos contatados por partidos políticos e candidatos do que o total de eleitores.

Maior incidência em relação a pessoas próximas não ter tentado convencer foi entre os mais velhos (mais de 54 anos), entre os que possuem baixa a média escolaridade (até ensino médio incompleto) e entre os que possuem renda mais alta (mais de R\$14.480,00).

Assim, os menos participativos, em geral, têm escolaridade e renda mais baixas. A variável idade apresentou maior discriminação em relação à maioria das variáveis de engajamento político: os mais velhos aparecem com tendência a ser menos participativos. Todas as regiões aparecem como associadas a algum tipo de variável do perfil menos participativo. As regiões que apareceram mais vezes, sem levar em conta os percentuais, foram o Sul e o Norte do Brasil.

Diante da descrição, os dados indicam que no Brasil, a participação política ainda é mínima, no entanto, os que apresentam maiores frequências de participação geralmente tendem a ter escolaridade e renda média a alta e os que apresentam frequência de participação abaixo da média tendem a ter escolaridade e renda mais baixas. Isso pode sugerir que, a depender do acesso à instrução e dos anos de estudo e quanto melhores os níveis de renda, os brasileiros tendem ao maior engajamento político, tese que corrobora em certa medida Dahl (2001; 2005) e teóricos como Milbrath e Goel (1965), Verba e Nie (1972), Verba, Schlozman e Brady (1995).

3.6. ANÁLISE DOS PREDITORES SOCIOECONÔMICOS NO INTERESSE DOS BRASILEIROS POR POLÍTICA E NAS VARIÁVEIS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Com intuito de complementação da análise, utilizou-se das medidas socioeconômicas que apresentaram maior número de associações com as variáveis de participação política (idade, escolaridade, renda e região) para testar a influência dessas variáveis no nível de interesse político do brasileiro³⁶.

Verificou-se, primeiramente, através da análise de CHAID que a variável idade não discrimina a variável dependente³⁷. Esta variável, portanto, foi descartada do modelo de regressão logística. Através dos resultados do CHAID que discriminou grupos homogêneos das categorias da variável dependente, foi realizada a conversão dessa variável ordinal (interesse por política) no seguinte *dummy*: 0 = Muito interessado / Interessado; 1 = Pouco / Nada interessado / NS / NR.

Através da regressão logística binária (Tabela 2) foi identificado que o modelo socioeconômico com renda, escolaridade e região apresentaram influência estatística no nível de interesse do brasileiro por política, resultado esperado tomando como base a análise do perfil de participação política descrito anteriormente.

Variáveis socioeconômicas e demográficas foram convertidas em *dummies* adotando o mesmo critério da variável dependente, a partir de agrupamento semelhante das categorias das variáveis independentes, baseados no resultado do CHAID. Assim as *dummies* ficaram com essas atribuições: escolaridade: 0 = Universitário completo ou mais e 1 = Até universitário incompleto; renda familiar: 0 = Mais que R\$ 3620 (+5 SM) e 1 = Até R\$ 3.620 (5 SM) / NS / NR / NSA ; região: 0= N / NE / CO / S e 1 = SE.

Vale ressaltar que as categorias referência das variáveis dependente e independentes foram adotadas de acordo com a frequência, assim, para categorias com maiores frequências adotou o código 1 e com menor frequência o código foi 0.

Portanto, o resultado da Tabela 2 demonstra que possuir baixa escolaridade e baixa renda e residir no Sudeste aumenta a chance de pouco ou nenhum interesse por política. Com

³⁶ Borba (2010) utiliza as medidas socioeconômicas, além da escala pós-materialista, para testar a influência dessas preditoras no nível de interesse dos eleitores dos países da América Latina. Como resultado Borba (2010) aponta que a escolaridade foi fator mais relevante do que ser pós-materialista nesses países, pelo menos na participação não convencional. Para maiores aprofundamentos ler Borba (2010) e sobre a escala pós-materialista Inglehart (2001).

³⁷ O CHAID está no apêndice desse trabalho.

destaque, os eleitores com menor renda aumentam em 2,270 a chance de não ter interesse por política.

Tabela 2 – Preditores do baixo interesse por política, 2014.

		B	S.E.	Wald	Df	Sig. ^b	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	SUDESTE	,220	,090	5,943	1	,015	1,246	1,044	1,488
	MENOR ESCOLARIDADE	,728	,147	24,553	1	,000	2,072	1,553	2,764
	MENOR RENDA	,820	,126	42,257	1	,000	2,270	1,773	2,907
	Constante	-,594	,162	13,457	1	,000	,552		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1,00: NREG, NESCOLA, NRENDA. Código de parâmetro para as variáveis independentes e dependentes: 1,00. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, sempre serão aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

Quanto à influência das medidas socioeconômicas e demográficas nas variáveis dependentes que compõem os tipos de participação política deste estudo, foi selecionado um conjunto de variáveis resposta de cada tipo de participação que apresentaram os maiores percentuais de engajamento político do grupo e analisamos se o modelo socioeconômico e demográfico explica o comportamento político e qual grau de chance que covariáveis impactam na participação.

Em relação ao tipo de participação sociopolítica analisamos influência do perfil socioeconômico e demográfico em seis variáveis: filiação sindicato, associação profissional, filiação partidária e nas variáveis de protesto, abaixo assinado, protesto de rua e greve.

Quanto à filiação sindical, as *dummies* adotadas foram: 0,00 para quem é filiado a sindicato e 1,00 para quem não é filiado, não sabia ou não respondeu a pergunta. A Tabela 3 mostra que as variáveis independentes que apresentaram influência são escolaridade, renda e região. Menor escolaridade e renda baixa aumentam a chance de não ser filiado a sindicato. Residir no Sudeste aumenta em 1,820 vezes a chance de não ser filiado a sindicato em comparação com quem reside em outras regiões.

Interesse por política não explica a não filiação sindical.

Tabela 3 – Preditores da não filiação a sindicato, 2014.

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Baixa escolaridade	,539	,209	6,658	1	,010	1,714	1,138	2,581
	Pouco/ nenhum interesse	,195	,150	1,703	1	,192	1,216	,907	1,630
	Menor renda	,554	,186	8,910	1	,003	1,741	1,210	2,505
	Sudeste	,599	,149	16,253	1	,000	1,820	1,360	2,436
	Constante	-,988	,218	20,432	1	,000	2,685		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1,00: NPC1, NREG, NESCOLA, NRENDA. Código de parâmetro para as variáveis independentes e dependentes: 1,00. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

A escolaridade e renda também influenciam a participação na associação profissional³⁸. Por outro lado, a região e o interesse por política não explicam essa variável, em relação ao nível de significância igual ou abaixo de 0,05. Escolaridade e renda baixas apresentam maiores chances do eleitor não ser associada a alguma categoria profissional. As chances são menores quando a escolaridade e renda são mais elevadas.

Tabela 4 – Preditores da não participação a associação profissional, 2014.

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Pouco/ nenhum interesse	,231	,257	,812	1	,367	1,260	,762	2,084
	Baixa escolaridade	1,124	,293	14,736	1	,000	3,077	1,734	5,463
	Baixa renda	,996	,280	12,673	1	,000	2,706	1,564	4,682
	Sudeste	,043	,244	,031	1	,861	1,043	,647	1,683
	Constante	1,643	,290	32,115	1	,000	5,169		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1,00: NPC1,NREG, NESCOLA, NRENDA. Código de parâmetro para as variáveis independentes e dependentes: 1,00. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

Ter pouco ou nenhum interesse por política aumenta a chance em 3,505 vezes de não ser filiado a partido político e quem mora no Sudeste eleva a chance em 2,27 vezes de não ser filiado do que aqueles eleitores que residem em outras regiões.

A escolaridade e a renda apresentaram significância estatística acima do esperado (0,05), portanto as duas variáveis não explicam a filiação partidária.

Tabela 5 – Preditores de não filiação a partido, 2014.

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Pouco/ nenhum interesse	1,254	,250	25,210	1	,000	3,505	2,148	5,719
	Baixa escolaridade	,605	,328	3,409	1	,065	1,831	,963	3,478
	Baixa renda	,360	,307	1,372	1	,241	1,433	,785	2,616
	Sudeste	,821	,270	9,263	1	,002	2,272	1,339	3,854
	Constante	1,691	,321	27,816	1	,000	5,424		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NPC1, NESCOLA, NRENDA, NREG. Código de parâmetro para as variáveis independentes e dependentes: 1,00. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

³⁸ As *dummies* adotadas foram: 0,00 para quem é associada a alguma categoria profissional e 1,00 para quem não é associado, não sabe ou não respondeu a pergunta.

Todas as variáveis do modelo influenciam a participação em abaixo assinado. Ter baixa escolaridade aumenta a chance em 2,298 vezes de não participar de abaixo assinado.

Tabela 6 – Preditores de não participação em abaixo assinado, 2014.

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Pouco/nenhum interesse	,665	,112	35,265	1	,000	1,945	1,562	2,423
	Baixa escolaridade	,832	,159	27,349	1	,000	2,298	1,682	3,138
	Baixa renda	,613	,143	18,325	1	,000	1,846	1,394	2,444
	Sudeste	-,292	,108	7,279	1	,007	,747	,604	,923
	Constante	-,001	,175	,000	1	,995	,999		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NPC1, NESCOLA, NRENDA, NREG. . Código de parâmetro para as variáveis independentes e dependentes: 1,00. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

As variáveis que explicam o protesto de rua são interesse por política e região. Ter pouco interesse por política aumenta em 3,505 vezes a chance de não participar de protestos.

Tabela 7 – Preditores de não participação em protesto de rua, 2014.

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Pouco/nenhum interesse	1,254	,250	25,210	1	,000	3,505	2,148	5,719
	Baixa escolaridade	,605	,328	3,409	1	,065	1,831	,963	3,478
	Baixa renda	,360	,307	1,372	1	,241	1,433	,785	2,616
	Sudeste	,821	,270	9,263	1	,002	2,272	1,339	3,854
	Constante	1,691	,321	27,816	1	,000	5,424		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NPC1, NESCOLA, NRENDA, NREG. . Código de parâmetro para as variáveis independentes e dependentes: 1,00. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

Interesse por política, escolaridade e renda explicam a participação em greve. Possuir pouca escolaridade aumenta em 2,464 vezes a chance de não fazer greve.

Tabela 8 – Preditores de não participação em greve, 2014.

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Pouco/nenhum interesse	,676	,155	19,128	1	,000	1,966	1,452	2,662
	Baixa escolaridade	,902	,202	20,032	1	,000	2,464	1,660	3,658
	Baixa renda	,462	,194	5,695	1	,017	1,587	1,086	2,320
	Sudeste	,024	,151	,025	1	,875	1,024	,761	1,378
	Constante	,856	,213	16,167	1	,000	2,353		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NPC1, NESCOLA, NRENDA, NREG. . Código de parâmetro para as variáveis independentes e dependentes: 1,00. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

Do tipo de participação relativo ao consumo de informação, foram selecionadas cinco variáveis que apresentaram maiores frequências de participação: Uso da internet e celular para notícias políticas, costume de ler jornal impresso ou digital, audiência de propaganda política na TV, debates de candidatos na TV e notícias de candidatos na TV que possam influenciar na hora de votar para presidente.

Ler jornal é influenciado por todas as medidas socioeconômicas e demográficas e pelo interesse em política. Menor escolaridade aumenta a chance em 3,468 vezes do eleitor não ler jornal.

Tabela 9. Preditores de não ler jornal impresso ou digital, 2014

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Menor escolaridade	1,244	,177	49,642	1	,000	3,468	2,454	4,902
	Menor renda	,726	,138	27,571	1	,000	2,067	1,576	2,711
	Sudeste	-,457	,086	28,325	1	,000	,633	,535	,749
	Menor interesse	1,052	,095	122,132	1	,000	2,865	2,377	3,453
	Constante	-2,222	,208	114,534	1	,000	,108		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NESCOLA, NRENDA, NREG, NPC1. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NPC1, NESCOLA, NRENDA, NREG. . Código de parâmetro para as variáveis independentes e dependentes: 1,00. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

A região é a única variável preditora que não influencia o uso de internet e celular para obter informações eleitorais. Também os que apresentam menor escolaridade tem maior chance (3,284 vezes) de não se informar por meio da internet e celular.

Tabela 10. Preditores do não uso da internet ou celular para informações eleitorais, 2014

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Menor escolaridade	1,189	,159	55,764	1	,000	3,284	2,404	4,487
	Menor renda	,821	,145	31,978	1	,000	2,273	1,710	3,022
	Sudeste	,139	,116	1,426	1	,232	1,149	,915	1,442
	Menor interesse	,910	,116	61,444	1	,000	2,485	1,979	3,120
	Constante	-,697	,179	15,172	1	,000	,498		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NESCOLA, NRENDIA, NREG, NPC1. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NPC1, NESCOLA, NRENDIA, NREG. . Código de parâmetro para as variáveis independentes e dependentes: 1,00. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

Propaganda política na TV não é influenciada pela escolaridade. Quem reside na região Sudeste tem mais chance de não assistir propaganda política em TV. Ter menor renda e pouco ou nenhum interesse por política apresenta menor chance de não ver propaganda política na TV.

Tabela 11. Preditores de não assistir propaganda política na TV, 2014

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Menor escolaridade	-,095	,223	,182	1	,669	,909	,588	1,407
	Menor renda	-,506	,208	5,906	1	,015	,603	,401	,907
	Sudeste	,286	,116	6,059	1	,014	1,331	1,060	1,672
	Menor interesse	-,334	,134	6,260	1	,012	,716	,551	,930
	Constante	2,420	,267	82,445	1	,000	11,245		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NESCOLA, NRENDIA, NREG, NPC1.. Código de parâmetro para as variáveis independentes e dependentes: 1,00. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

Escolaridade e renda não explicam ver ou não o debate de políticos na TV e notícias de candidatos na TV. Por outro lado, morar no Sudeste aumenta as chances de não utilizar esses meios de comunicação para definir o voto. Das duas variáveis expostas, o interesse por política apenas influencia a notícia de candidatos na TV. O menor interesse por política eleva em 1,475 vezes a chance do eleitor não ver debate de candidato na TV.

Tabela 13. Preditores de não assistir debate de candidatos na TV, 2014

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Menor escolaridade	,058	,146	,157	1	,692	1,059	,796	1,409
	Menor renda	,239	,125	3,636	1	,057	1,269	,993	1,622
	Sudeste	,201	,082	6,062	1	,014	1,223	1,042	1,435
	Menor interesse	,389	,090	18,843	1	,000	1,475	1,238	1,758
	Constante	-,427	,162	6,957	1	,008	,653		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NESCOLA, NRENDA, NREG, NPC1. Código de parâmetro para as variáveis independentes e dependentes: 1,00. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

Tabela 14. Preditores de não assistir notícias de candidato na TV, 2014

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Menor escolaridade	,228	,157	2,107	1	,147	1,256	,923	1,707
	Menor renda	-,131	,141	,863	1	,353	,877	,665	1,157
	Sudeste	,201	,091	4,878	1	,027	1,223	1,023	1,463
	Menor interesse	,189	,098	3,696	1	,055	1,208	,996	1,465
	Constante	,665	,175	14,450	1	,000	1,944		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NESCOLA, NRENDA, NREG, NPC1. Código de parâmetro para as variáveis independentes e dependentes: 1,00. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

Quanto ao tipo de participação eleitoral, foram adotadas as variáveis: Votou para presidente no primeiro turno (*dummies*: 0= Não votou ; 1=votou) e votou no segundo turno (*dummies*: 0= Não votou ; 1=votou).

Tanto o voto no primeiro turno quanto no segundo turno para presidente em 2014 são explicados apenas pelo interesse por política. No primeiro turno, o maior interesse por política aumentou em 1,566 vezes a chance em votar para presidente no primeiro turno. E, no segundo turno, ser muito ou interessado por política aumenta 1,781 a chance de votar para presidente.

Tabela 15. Preditores do voto para presidente no primeiro turno.

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Maior interesse	,448	,169	7,074	1	,008	1,566	1,125	2,179
	Maior escolaridade	,434	,298	2,127	1	,145	1,544	,861	2,767
	Maior renda	,012	,225	,003	1	,956	1,012	,652	1,573
	Não Sudeste	-,016	,139	,013	1	,911	,984	,749	1,294
	Constante	2,141	,113	361,581	1	,000	8,510		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NPC1, NESCOLA, NRENDA, NREG. Código de parâmetro para a variáveis independentes: 0,00 (menor frequência) e variável dependente é 1 (sempre maior frequência, no caso votou). Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

Tabela 16. Preditores do voto para presidente no segundo turno.

Voto para presidente 2º turno (1)		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
								Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	Maior interesse	,577	,172	11,308	1	,001	1,781	1,272	2,494
	Maior escolaridade	,347	,292	1,417	1	,234	1,415	,799	2,507
	Maior renda	,266	,240	1,235	1	,267	1,305	,816	2,089
	Não Sudeste	,062	,137	,202	1	,653	1,063	,813	1,390
	Constante	2,008	,108	343,149	1	,000	7,447		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NPC1, NESCOLA, NRENDA, NREG. Código de parâmetro para as variáveis independentes: 0,00 (menor frequência) e variável dependente é 1 (sempre maior frequência, no caso votou). Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

Quanto à participação em campanhas, a variável “foi contatado por partido ou político durante as eleições” (0= Entrou em contato 1= Não entrou em contato, NS/NR) é explicada pela escolaridade, renda e interesse por política. Possuir menor escolaridade, renda baixa e pouco ou nenhum interesse por política aumenta chance de não ter sido contatado por partido ou político durante as eleições de 2014.

A região, a renda e interesse por política explicam a variável “pessoas próximas tentam convencer a votar um candidato” (0= tentaram convencer 1= Não tentaram convencer, NS/NR). Residir na região Sudeste, ter menor renda e menor interesse por política apresentam maior probabilidade de não ser influenciado por essas pessoas.

Tabela 17. Preditores de não ter sido contactado por partido ou candidato, 2014.

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)		
							Inferior	Superior	
Etapa 1ª	Menor interesse	,622	,137	20,653	1	,000	1,862	1,424	2,434
	Menor escolaridade	,626	,191	10,700	1	,001	1,869	1,285	2,719
	Menor renda	,445	,175	6,454	1	,011	1,560	1,107	2,198
	Sudeste	-,119	,133	,811	1	,368	,887	,684	1,151
	Constante	,879	,203	18,741	1	,000	2,409		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NPC1, NESCOLA, NRENDA, NREG. Código de parâmetro para as variáveis independentes e variável dependente é 1. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

Tabela 18. Preditores de pessoas próximas não terem tentado convencer a votar em um candidato, 2014

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)		
							Inferior	Superior	
Etapa 1ª	Menor interesse	,256	,099	6,713	1	,010	1,292	1,064	1,569
	Menor escolaridade	,224	,156	2,068	1	,150	1,251	,922	1,698
	Menor renda	,367	,133	7,553	1	,006	1,443	1,111	1,874
	Sudeste	,235	,093	6,394	1	,011	1,264	1,054	1,516
	Constante	,230	,169	1,850	1	,174	1,259		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: NPC1, NESCOLA, NRENDA, NREG. Código de parâmetro para as variáveis independentes e variável dependente é 1. Obs. As variáveis com o código 1, no modelo em estudo, são aquelas com maiores frequências. b. Nível de significância adotado é de p-valor $\leq 0,05$.

Verifica-se que, geralmente, quando o perfil do eleitor apresenta menor escolaridade, baixa renda e pouco ou nenhum interesse por política, se elevam as chances de não participar de ações políticas e de cunho associativo, bem como de ter menor interesse em se informar, pelo menos em veículos como jornais, internet e celular.

Com relação à participação eleitoral, especificamente se votou ou não no primeiro e segundo turnos, a variável interesse por política é a única no modelo que explica o voto. Provavelmente por ser o voto obrigatório, em última instância, podem ser explicados com a relação custo e benefício do ato de votar ou aspectos subjetivos como a descrença nos políticos ou nas instituições políticas, aspectos que não foram testados neste estudo.

CAPÍTULO 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta dissertação procurou-se investigar parte da dinâmica da participação política dos brasileiros, visando explicar como se relacionavam os fatores socioeconômicos e demográficos com o comportamento político, de acordo com quatro tipos de participação política baseados em Dahl (2001; 2005), Borba & Ribeiro (2019) e Cantoni (2016), a saber: participação eleitoral, sociopolítica, de informação e participação em campanhas.

Nesse trabalho, não pretendíamos delinear e esgotar todas as associações que levam o indivíduo a participar nem explicar o fenômeno de forma acabada, mas identificar algumas variáveis importantes que permitissem avançar na compreensão dos fatores que contribuem para a participação política e que têm implicações na qualidade da democracia.

Atendendo aos objetivos propostos, no primeiro capítulo foi revisado o debate teórico sobre democracia e participação e seus condicionantes, a partir de perspectivas dominantes ou centrais da ciência política e social: a democracia procedimentalista e a participacionista e as implicações desses eixos teóricos para a participação política e para a consolidação do regime democrático e, mais adiante, apresentar um pouco da perspectiva democrática adotada pelo teórico Robert Dahl (1999; 2001;2005) no que diz respeito ao modelo procedimental que norteou sua análise da democracia, todavia, com pinceladas participacionistas, principalmente sob o ponto de vista da teoria democrática em pequena escala.

O segundo capítulo identificou a participação política e suas transformações através das tipologias classificatórias de participação desde as clássicas às novas tipologias de engajamento político, incluindo, por exemplo, a participação contestatória ou a de protesto, que passou a fazer parte dos critérios de participação não eleitoral, antes ligados à instabilidade democrática, e os tipos de envolvimento participativo das democracias recentes, como o caso brasileiro. As tipologias nortearam as subdivisões dos tipos de participação propostos, principalmente o que diz respeito à participação sociopolítica (ativismo e protesto). O final desse capítulo dedicou-se aos fatores socioeconômicos como condicionantes da participação política em sociedades de democracias recentes, para embasar as variáveis preditoras que foram selecionadas de acordo com a teoria de Dahl (2001; 2005) no que diz respeito às sociedades com desigualdades de acesso à educação e comunicação ineficiente gerarem contração na participação política e na contestação pública, além das teorias mencionadas no capítulo anterior sobre a teoria da centralidade proposta por Milbrath e Goel (1965), Verba e Nie (1972), Verba, Schlozman e Brady (1995).

Ao longo dos primeiros capítulos foram levantadas as perspectivas teóricas e aplicabilidade desses modelos sobre o estudo do comportamento político dos brasileiros, visto que esses modelos teóricos foram testados predominantemente em democracias industriais e pouco testados nas democracias recentes, como no caso do Brasil. O estudo tratou de mensurar variáveis contidas nas participações convencionais e contestatórias dos países com democracias surgidas nas sociedades pré-industriais no séc. XIX (DAHL, 2005) em democracias mais recentes, como no caso o Brasil que representa as democracias latino-americanas, com base em trabalhos recentes de Borba (2008), Borba e Ribeiro (2010; 2012; 2019) e Cantoni (2016), ancorados nos critérios de Dahl (2001) e no estudo de Dantas, et al (2004).

Em relação à metodologia utilizada, foi adotado o tipo de pesquisa quantitativa em dados secundários através do *survey* Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) CESOP- Unicamp, no ano de 2014. O estudo foi realizado no período pós-eleitoral do referido ano. Assim, foram selecionadas e medidas as variáveis contidas nos quatro tipos de participação política: eleitoral, sociopolítica, informação e campanha, de acordo com a literatura existente. Foram operacionalizadas 50 variáveis de acordo com o tipo de engajamento político e cinco variáveis preditoras que compunham os fatores socioeconômicos e demográficos, a saber: sexo, idade, escolaridade, renda familiar e região do país.

A hipótese de trabalho testada consistia em se há associação das variáveis socioeconômicas com a participação política do brasileiro, derivando a segunda hipótese se quanto maior aspectos socioeconômicos como renda e escolaridade maior a propensão do brasileiro em participar de ações políticas sejam elas convencionais ou contestatórias.

No primeiro momento, realizou-se análise descritiva dos dados envolvidos com cruzamentos de variáveis dos tipos de participação política, bem como o nível de interesse político do brasileiro com as medidas socioeconômicas e demográficas.

Os principais resultados da descrição dos dados demonstram que a participação política do brasileiro é muito baixa. O nível de interesse do brasileiro por política chega apenas a 30% se somados os “muito interessados” e os “interessados”. A grande maioria dos brasileiros declarou não participar de qualquer ativismo social e político. Os ativismos sociopolíticos que se destacaram foram: abaixo assinado (18%), filiação a sindicato (9%), participação em greve (8%) e manifestação e protesto de rua (8%). Maiores frequências nesse tipo de participação tem explicação ancorada na literatura: abaixo assinado remete aos baixos custos de participação, diferentemente dos outros meios de participação contestatória. Greve e manifestações de rua representam o tipo de participação não convencional que vem

aumentando nos últimos anos nas democracias e esses resultados estariam em consonância com os encontrados em outros contextos democráticos (TEORELL, TORCALL, & MONTERO 2007; VERBA, SCHLOZMAN, & BRADY 1995). E filiação sindical é resultado do modelo corporativo do sistema partidário brasileiro surgido na era varguista (BORBA & RIBEIRO, 2010).

A maioria dos brasileiros (63%) não tem predileção por partidos políticos. O desconhecimento de partido político é alto, chegando a mais de 20% para a maioria dos partidos mencionados. Apenas o PT, PSDB e PMDB apresentam baixo percentual de desconhecimento. Nesta mesma linha, a maioria dos brasileiros afirma não terem partido que os represente (67%) e a grande maioria não tem filiação partidária.

Apenas a participação eleitoral apresenta níveis elevados de engajamento político, condizentes com os dos países em que as eleições são compulsórias (NICOLAU, 2014). No entanto quando perguntados se votariam se não fossem obrigados, o contingente é relativamente alto (46%) de brasileiros que afirmaram que não compareceriam às urnas.

Quanto às variáveis de cunho informacional, prevalece a TV como o mais acessado meio de comunicação. 77% afirmam que assistem Telejornais Nacionais e 72% telejornais locais. 45% afirmam que assistem debate na TV para definir seu voto e 27% veem notícias sobre candidato na TV. Outro dado interessante, é que 46% ouvem notícia na rádio antes de tomar decisão sobre em quem vai votar.

Por outro lado, metade dos entrevistados não leem jornal impresso, digital ou ambos, concentrando o acesso à informação em comunicações de massa, especialmente a TV. O perfil para esse tipo de eleitor que acessa a TV e rádio e não leem, como foi visto na análise inferencial, tende a ter renda e escolaridade de média a baixa. E finalmente, a busca pelos partidos e candidatos para fins de contatos eleitorais é bastante baixa, 10,6% no total. Pessoas próximas tem frequência um pouco mais elevada na tentativa de convencimento para votar em um candidato ou político (26,4%).

No segundo momento, foi realizada a análise dos dados a partir de análise estatística inferencial, o CHAID. Esta técnica reduziu em quarenta e uma a quantidade de variáveis independentes. Percebeu-se que a variável sexo apresentou reduzido poder de associação com as variáveis. Ele apresentou associação estatística em apenas seis variáveis, incidência de 14,6% do total das variáveis. A idade teve associação com 20 variáveis. A renda familiar com 28 variáveis. Mas foi a região e a escolaridade que exerceram efeito estatístico em mais de 70% das variáveis estudadas. Em linhas gerais nossos achados das análises bivariadas corroboram com as principais associações com relação ao perfil de participação política do

brasileiro, afora algumas outras questões que foram incorporadas na análise como a prevalência da região na associação com as variáveis de engajamento político.

Os dados indicam que no Brasil, a participação política ainda é mínima, no entanto, os que **mais participam geralmente tendem a ter escolaridade e renda média a alta e, os menos participativos, escolaridade e renda mais baixas**. O que pode sugerir que, a depender do acesso à instrução e dos anos de estudo e aos níveis de renda, os brasileiros tendem ao maior ou menor engajamento político. No teste de regressão logística bivariada foi identificado que o modelo socioeconômico com renda, escolaridade e região apresentou influência no nível de interesse do brasileiro por política, resultado esperado tomando como base a análise do perfil de participação política. De acordo com o modelo, aqueles com menor escolaridade, baixa renda e os residentes do Sudeste são mais propensos a ter menor interesse por política.

De acordo com os dados apresentados no modelo de regressão logística, aplicado a variáveis selecionadas com maior frequência de participação, há fortes indícios de que indivíduos com níveis mais baixos socioeconômicos, em condição de recursos reduzidos, baixa escolaridade e acesso a informação e comunicação, seriam levados à apatia política e ao afastamento da participação política.

O estudo colaborou na seleção de variáveis que possam contribuir para o entendimento da participação convencional e contestatória. Percebeu-se que há um fosso na participação quanto às diferenças entre renda, escolaridade e região, bem como o interesse por política pode influenciar em determinados tipos de participação. A depender do acesso a recursos e a educação atrelados à região onde reside aumentaria as chances da apatia política do brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, CARLA. **A participação política nas democracias contemporâneas: mapeando o debate**. In: Temas em Sociologia: Participação política e democracia no Brasil contemporâneo (2018).
- ARISTÓTELES. **Política**. 6ª ed. Editora Martin Claret. Vol. 61, 2006.
- AVELAR, L. **Participação política**. In: AVELAR, L. & CINTRA, A. **O sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
- AVRITZER, L. **Teoria democrática e deliberação pública**. Lua Nova, nº 55-56, 2001.
- BARNES, S.H.; KAASE, M (ORG.). **Political action: Mass participation in five Western democracies**. Beverly Hills: Sage, 1979.
- BAQUEIRO, M.; BORBA, J. **A (re)valorização dos partidos políticos no Brasil via capital social**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho, 2008, p. 1 -17.
- BORBA, J. **Participação política: uma revisão dos modelos de classificação**. Revista Sociedade e Estado – Vol. 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012, p. 263 -288.
- BORBA, J; RIBEIRO, E. **As dimensões da Participação Política no Brasil**. 2011.
- _____. **Political participation: conventional and contestatory**, pp. 39-56. Routledge Handbook of Brazilian Politics (English Edition) 1st Edition, eBook Kindle por Barry Ames (Editor), 2019.
- _____. **Participação e pós-materialismo na América Latina**. Campinas, Opinião Pública, vol. 16, nº 1, Junho, 2010, p. 28-63.
- BOTTOMORE & OUTHWAITE (ORG). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1996.
- CANTONI, STEFANIA L. **Participação política não eleitoral na Argentina e no Brasil: (o que) mudou nas últimas décadas?** Dissertação (Mestrado em Ciência Política), São Paulo, USP, 2016.
- COUTINHO, F. A. **Teoria política e participação democrática: Dahl e a democracia em diferentes escalas**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Recife, UFPE, 2011.
- DAHL, R. A. **A Preface to Democratic Theory**. Chicago, University of Chicago Press, 1956.
- _____. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990a (1956)
- _____. **Um prefácio à teoria econômica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990b (1985).

_____. **After the Revolution: Authority in a Good Society**. New Haven, Yale University Press, 1990.

_____. **Sobre a democracia**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DANTAS, H. *et al.* **O índice de participação e a importância da educação**. Campinas Opinião Pública, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, p. 268-287.

ESEB: **Estudo Eleitoral Brasileiro, 2014** (Banco de dados). In: Cento de Estudo de Opinião Pública, 2014. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/3716>. Acesso em 31/03/2018.

FREITAS, A. A. F.; HEINECK, L. F. M. **Segmentação de mercado: proposta de uma metodologia de associação entre clientes e produtos no contexto do mercado imobiliário**. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 37-49, jul./set. 2008.

GOHN, Maria G. **Conselhos gestores e gestão pública**. CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS. 2006.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4 ed., São Paulo, Ed. Cortez, 2011.

GOMES, Eduardo G. Magalhães. **Conselhos gestores de políticas públicas: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente**. Cad. EBAPE.BR, v. 13, nº 4, Artigo 12, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2015.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

JENNINGS, M. K. *et al.* **Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three western democracies**. Walter de Gruyter. Berlin, New York, 1990.

KERTENETZKY, CÉLIA LESSA. **Sobre o associativismo, desigualdades e democracia**. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 53, 2003, pp. 131-142.

KINZO, M. D. G. **Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil**. RBCS, Vol. 20, nº. 57, 2005, pp.65-81.

LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas**. São Paulo, SP, Editora Harbra, Ltda, 1987.

LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. **Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil**. Opinião. Pública vol.21 nº.1 Campinas, abril. 2015, pp. 60-86.

MILBRATH, L. W. **Political Participation**. Chicago: RandMcNally, 1965.

MILBRATH L.W.; GOEL, M.L. **Political participation: how and why do people get involved in politics?** 2da. Ed. Chicago: RandMcNally & Company, 1967.

MORAIS E BAQUERO. **Desigualdade e democracia na América Latina: o papel da inércia na construção de uma cultura política democrática.** I Seminário Internacional de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, set, 2015.

NICOLAU, JAIRO. **História do Voto no Brasil.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

_____. **Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória.** Opinião Pública, v. 20, n. 3, pp. 311-325, 2014.

_____. **Representantes de Quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados.** 1º Ed., Rio de Janeiro, 2017.

O'DONNELL, G. **Teoria democrática e política comparada.** Dados, vol.42, n.4 Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, H.M. J. **A democracia em suas versões elitista e participativa e o modelo de autonomia democrática,** Florianópolis/SC, Katálisis, v.6, n 1. Jan/jun, 2003, pp. 21-27.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992 [1970].

PLATÃO. **A República: livro VII.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

PIZZORNO, A. **Condizioni della partecipazione politica.** In: Pizzorno, A. Le radici della politica assoluta. Milano, Feltrinell, 1966.

ROUSSEAU, JEAN – JACQUES. **O contrato social e outros escritos.** São Paulo, Editora Cutrix LTDA, 1999.

SCHUMPETER, JOSEPH. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1984 [1947].

TEORELL, J., TORCAL, M.; MONTERO, J. R. **Political participation: Mapping the terrain.** In: Van Deth, Montero, J. R. & Westholm, A (eds.), Citizenship and involvement in european democracies: a comparative analysis. London: Routledge, 2007, pp. 334-357.

VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in America - Political Democracy and Social Equality.** Harper & Row Publishers: New York, 1972.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. **Voice and equality. Civic voluntarism in American politics.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A - DADOS RELATIVOS À SEÇÃO 3.3. ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BRASILEIROS DE 2014

Tabela 1. Interesse por política, 2014 por Renda Familiar (%)

	TOTAL	FAIXA RENDA FAMILIAR (BASE SM 2014)									
		Até 1 SM	+ de 1 até 2 SM	+ de 2 até 5 SM	+ de 5 até 10 SM	+ de 10 até 15 SM	+ de 15 até 20 SM	+ de 20 SM	NS	NR	N A
Muito interessado	7,1	3,7	7,4	7,2	9,0	19,2	0,0	29,4	5,3	3,9	0,0
Interessado	22,8	14,2	19,4	23,6	36,5	33,9	64,4	40,6	18,2	19,5	16,9
Pouco interessado	41,2	45,4	42,5	43,4	30,3	30,8	17,8	8,4	32,6	43,9	83,1
Nada interessado	26,5	35,5	28,7	23,0	21,7	14,2	17,8	21,7	41,3	28,1	0,0
Não sabe	2,3	1,1	1,9	2,5	2,5	1,9	0,0	0,0	2,3	3,8	0,0
Não respondeu	0,2	0,0	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,8	0,0
Total (N)	(2506)	(277)	(601)	(998)	(249)	(39)	(8)	(30)	(94)	(202)	(8)

Fonte: ESEB (2014). Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 2. Interesse por política, 2014 por Região (%)

	TOTAL	REGIÃO				
		NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE
Muito interessado	7,1	9,7	9,6	5,2	7,4	6,2
Interessado	22,8	16,3	18,6	22,6	31,6	27,3
Pouco interessado	41,2	53,1	46,0	39,3	34,3	36,6
Nada interessado	26,5	20,9	25,4	27,8	26,4	28,4
Não sabe	2,3	0,0	0,5	4,7	0,3	0,5
Não respondeu	0,2	0,0	0,0	0,3	0,0	1,0
Total (N)	(2506)	(196)	(646)	(1106)	(364)	(194)

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 3. Interesse por política, 2014 por Escolaridade (%)

	TOTAL	ESCOLARIDADE									
		Analfabeto/ Nunca frequentou escola	Fund. I incompleto	Fund. I completo	Fund. II incompleto	Fund. II completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino universitário incompleto ou especialização	Ensino universitário completo	Pós
Muito interessado	7,1	3,1	6,7	4,8	4,4	4,9	7,9	6,5	9,6	18,3	14,5
Interessado	22,8	19,9	18,1	21,7	20,3	18,3	23,0	23,9	25,3	30,1	44,3
Pouco interessado	41,2	35,4	40,5	45,1	39,0	42,8	39,3	44,3	39,2	33,6	30,0
Nada interessado	26,5	39,0	32,2	26,1	33,4	32,3	27,4	22,7	22,9	15,3	11,2
Não sabe	2,3	2,6	2,4	2,2	2,2	1,6	2,2	2,5	2,9	2,1	0,0
Não respondeu	0,2	0,0	0,2	0,1	0,7	0,1	0,1	0,1	0,1	0,5	0,0
Total (N)	(2506)	(106)	(178)	(335)	(274)	(303)	(203)	(675)	(203)	(196)	(34)

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 4. Votaria se voto não fosse obrigatório, 2014 por idade (%)

	TOTAL	IDADE							
		16 a 17 anos	18 a 20 anos	21 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos a 69 anos	70 anos ou mais
Sim	44,0	55,6	38,9	39,4	43,5	41,9	41,2	54,4	59,1
Não	46,0	38,2	52,1	50,2	47,1	47,8	48,2	35,7	31,8
Talvez/Depende	7,1	6,2	6,5	8,6	6,5	7,6	7,9	6,6	4,3
Não sabe (espontânea)	2,1	0,0	1,2	1,8	2,4	2,0	1,9	3,0	2,6
Não respondeu (espontânea)	0,7	0,0	1,3	0,0	0,5	0,8	0,9	0,3	2,3
Total (N)	(2506)	(27)	(150)	(243)	(602)	(478)	(613)	(273)	(121)

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 5. Votaria se voto não fosse obrigatório, 2014 por renda familiar (%)

	TOTAL	FAIXA RENDA FAMILIAR									
		Até 1 SM	+ de 1 até 2 SM	+ de 2 até 5 SM	+ de 5 até 10 SM	+ de 10 até 15 SM	+ de 15 até 20 SM	+ de 20 SM	NS	NR	NA
Sim	44,0	41,5	40,6	44,3	54,2	48,6	51,6	70,3	41,6	39,7	52,1
Não	46,0	51,7	50,5	45,3	33,7	43,0	48,4	23,0	47,2	47,6	29,9
Talvez/Depende	7,1	3,6	4,7	8,3	9,7	5,8	0,0	6,7	7,6	10,1	18,0
Não sabe (espontânea)	2,1	2,5	3,4	1,4	2,2	2,5	0,0	0,0	3,2	0,8	0,0
Não respondeu (espontânea)	0,7	0,7	0,8	0,7	0,3	0,0	0,0	0,0	0,4	1,8	0,0
Total (N)	(2506)	(277)	(601)	(998)	(249)	(39)	(8)	(30)	(94)	(202)	(8)

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 6. Votaria se voto não fosse obrigatório, 2014 por escolaridade (%)

	TOTAL	ESCOLARIDADE									
		Analfab eto/ Nunca frequent ou escola	Fund. I inco mplet o	Fund.I comple to	Fund. II incom pleto	Fund. II comple to	Ensino médio incomp leto	Ensin o médi o comp leto	Ensino universit ário incomple to ou especiali zação	Ensino univers itário comple to	Pós- gradua ção ou mais
Sim	44,0	54,2	47,7	41,4	38,9	36,7	35,4	43,7	46,6	60,8	73,6
Não	46,0	33,9	40,2	48,2	52,5	51,3	50,5	47,9	42,9	33,3	21,1
Talvez/Depende	7,1	6,0	8,1	7,3	4,5	9,2	10,5	6,7	8,9	3,7	4,2
Não sabe (espontânea)	2,1	4,1	2,7	2,4	2,9	2,6	3,2	1,3	0,7	1,8	0,0
Não respondeu (espontânea)	0,7	1,9	1,3	0,7	1,2	0,3	0,3	0,5	1,0	0,5	1,1
Total (N)	(2506)	(106)	(178)	(335)	(274)	(303)	(203)	(675)	(203)	(196)	(34)

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 7. Votaria se voto não fosse obrigatório, 2014 por região (%)

	TOTAL	REGIÃO				
		NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE
Sim	44,0	43,9	52,8	37,7	50,8	38,1
Não	46,0	52,0	39,0	50,1	42,0	47,4
Talvez/Depende	7,1	2,6	4,2	9,3	6,0	11,3
Não sabe (espontânea)	2,1	1,5	3,1	2,1	0,5	2,1
Não respondeu (espontânea)	0,7	0,0	0,9	0,7	0,5	1,0
Total (N)	(2506)	(196)	(646)	(1106)	(364)	(194)

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 8. Participação convencional e contestatória (%)

VARIÁVEIS	PARTICIPA OU NÃO?			
	Sim	Não	Não sabe	Não respondeu
Participou de assinatura de um abaixo-assinado (inclusive na internet)	17,7	81,0	,6	,7
Filiado a sindicato	9,2	89,1	1,3	,4
Participou de greve	8,0	90,7	,6	,7
Participou de manifestações ou protestos de rua	8,0	90,6	,6	,8
Utilizou de internet ou redes sociais para manifestações e debates políticos	5,7	93,0	,5	,8
Filiado a algum partido político	3,0	95,5	1,2	,3
Filiado associação profissional	2,9	95,7	1,1	,3
Participou de bloqueio de estradas	2,8	95,8	,6	,8
Filiado à associação de fazendeiros/sitiantes/ produtores rurais	2,5	96,0	1,1	,4
Filiado à associação de empresários ou comerciários	2,3	96,3	1,0	,4
Participou de ocupação de terras	1,8	96,9	,6	,8
Participou de ocupação de prédios públicos	,9	97,7	,7	,7

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 9. Assinatura de Abaixo assinado, por renda familiar (%)

	TOTAL	FAIXA RENDA FAMILIAR									
		Até 1 SM	+ de 1 até 2 SM	+ de 2 até 5 SM	+ de 5 até 10 SM	+ de 10 até 15 SM	+ de 15 até 20 SM	+ de 20 SM	NS	NR	NA
Sim, já fez	17,7	11,2	14,2	17,2	28,6	53,4	51,6	31,8	14,5	16,4	31,0
Não/Nunca fez	81,0	86,6	84,8	81,4	71,4	46,6	48,4	68,2	83,4	81,5	69,0
Não sabe	0,6	0,7	0,5	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,5	0,0
Não respondeu	0,7	1,4	0,5	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	1,6	0,0
Total (N)	(2506)	(277)	(601)	(998)	(249)	(39)	(8)	(30)	(94)	(202)	(8)

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 10. Assinatura de Abaixo assinado, por escolaridade (%)

	TOTAL	ESCOLARIDADE									
		Analfabeto/ Nunca frequenteu a escola	Fund. I incompleto	Fund. I completo	Fund. II incompleto	Fund. II completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino universitário incompleto ou especialização	Ensino universitário completo	Pós-graduação ou mais
Sim, já fez	17,7	5,0	10,5	12,0	13,2	11,3	17,4	18,9	29,2	37,8	35,1
Não/Nunca fez	81,0	95,0	87,1	87,3	83,8	87,1	80,6	80,2	69,4	61,9	64,9
NS	0,6	0,0	0,0	0,3	1,1	1,2	0,9	0,6	0,5	0,2	0,0
NR	0,7	0,0	2,4	0,4	1,8	0,3	1,1	0,3	0,8	0,2	0,0
Total (N)	(2506)	(106)	(178)	(335)	(274)	(303)	(203)	(675)	(203)	(196)	(34)

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 11. Filiado a sindicato, por renda familiar (%)

	TOTAL	FAIXA RENDA FAMILIAR									
		Até 1 SM	+ de 1 até 2 SM	+ de 2 até 5 SM	+ de 5 até 10 SM	+ de 10 até 15 SM	+ de 15 até 20 SM	+ de 20 SM	NS	NR	NA
Sim	9,2	11,7	6,5	9,4	17,2	13,0	12,9	3,4	1,6	7,0	0,0
Não	89,1	85,9	92,2	89,1	82,0	84,5	87,1	96,6	97,3	89,4	100,0
NS	1,3	2,1	1,0	1,2	0,8	2,5	0,0	0,0	1,1	2,0	0,0
NR	0,4	0,4	0,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0
Total (N)	(2506)	(277)	(601)	(998)	(249)	(39)	(8)	(30)	(94)	(202)	(8)

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 12. Filiado a sindicato, por escolaridade (%)

	TOTAL	ESCOLARIDADE									
		Analfabeto/ Nunca frequentou escola	Fund. I incom- pleto	Fund. I comple- to	Fund. II incomple- to	Fund. II complet- o	Ensino médio incom- pleto	Ensin- o médio comple- to	Ensino universitári- o incompleto ou especializa- ção	Ensino universit- ário complet- o	Pós- gradua- ção ou mais
Sim	9,2	7,8	11,9	8,9	5,8	6,5	7,8	9,9	8,3	15,6	19,4
Não	89,1	89,6	87,4	89,4	92,4	92,5	89,2	88,8	89,4	82,7	80,6
NS	1,3	2,6	0,0	1,6	1,1	0,7	2,3	1,2	1,2	1,5	0,0
NR	0,4	0,0	0,7	0,1	0,7	0,3	0,6	0,1	1,1	0,2	0,0
Total (N)	(2506)	(106)	(178)	(335)	(274)	(303)	(203)	(675)	(203)	(196)	(34)

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 13. Filiado a partido político, por renda familiar (%)

	TOTAL	FAIXA RENDA FAMILIAR									
		Até 1 SM	+ de 1 até 2 SM	+ de 2 até 5 SM	+ de 5 até 10 SM	+ de 10 até 15 SM	+ de 15 até 20 SM	+ de 20 SM	NS	NR	NA
Sim	3,0	1,6	2,6	3,5	5,6	7,6	0,0	3,4	0,0	0,7	0,0
Não	95,5	95,6	96,3	95,1	93,2	92,4	100,0	96,6	99,7	96,2	100,0
NS	1,2	2,4	0,7	1,1	1,2	0,0	0,0	0,0	0,3	2,0	0,0
NR	0,3	0,4	0,4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0
Total (N)	(2506)	(277)	(601)	(998)	(249)	(39)	(8)	(30)	(94)	(202)	(8)

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 14 . Filiado a partido político, por escolaridade (%)

TOTAL	ESCOLARIDADE										
	Analfabeto/ Nunca frequentou escola	Fund.I incomp leto	Fund.I complet o	Fund. II incomp leto	Fund. II complet o	Ensin o médio incom -pleto	Ensin o médio compl eto	Ensino universitário incompleto ou especialização	Ensino univers itário comple to	Pós- grad uaçã o ou maí s	
Sim	3,0	0,0	4,1	2,6	1,7	2,3	2,5	3,1	2,8	6,1	8,9
Não	95,5	96,5	94,6	96,2	96,7	96,4	95,9	95,6	94,9	92,7	91,1
NS	1,2	3,5	0,6	1,1	1,2	1,0	1,0	1,1	1,7	1,0	0,0
NR	0,3	0,0	0,7	0,1	0,4	0,3	0,6	0,1	0,6	0,2	0,0
Total (N)	(2506)	(106)	(178)	(335)	(274)	(303)	(203)	(675)	(203)	(196)	(34)

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 15. Contatado por Partido Político ou Candidato durante a campanha eleitoral (%)

VARIÁVEIS					
	Sim	Não	Não sabe	Não respondeu	NA
Durante a campanha eleitoral foi contatado(a) por algum partido ou candidato pessoalmente ou de alguma outra forma?	10,5	88,0	1,2	,3	-
Foi contatado(a) cara a cara?	7,6	2,9	,0	,0	89,5
Foi contatado(a) por correio?	3,0	7,4	,1	,0	89,5
Foi contatado(a) por telefone?	2,5	7,9	,1	,0	89,5
Foi contatado(a) por SMS ou mensagem de texto?	2,0	8,3	,2	,0	89,5
Foi contatado(a) por email?	1,5	8,7	,3	,0	89,5
Foi contatado(a) através de rede social ou internet?	2,2	8,1	,3	0	89,5

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 16. Pessoas próximas tentaram convencer a votar em um candidato ou partido (%)

	Sim	Não	Não sabe	Não respondeu	NA
Algum amigo, parente, vizinho, colega de trabalho ou outra pessoa próxima tentou convence-lo(a) a votar em um candidato ou partido?	26,4	71,9	1,2	,5	-
Foi contatado(a) cara a cara?	25,1	1,3	,0	73,6	0
Foi contatado(a) por correio?	1,2	25,0	,2	,0	73,6
Foi contatado(a) por telefone?	4,0	22,3	,1	,0	73,6
Foi contatado(a) por SMS ou mensagem de texto?	3,0	23,2	,1	,1	73,6
Foi contatado(a) por email?	2,3	23,8	,2	,1	73,6
Foi contatado(a) através de rede social ou internet?	5,7	20,5	,2	,0	73,6

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

Tabela 17. Medidas para decidir voto para presidente (%)

	Todas as citações ³⁹	Primeira citação
Debates entre candidatos na televisão	45,2	29,7
Conversas com amigos e pessoas da família	31,3	18,7
Notícias sobre os candidatos na televisão	27,4	10,2
Propaganda política na televisão	14,7	6,4
Conversas com colegas de trabalho/escola	8,3	3,9
Assistir/ Ouvir os candidatos em comícios	7,6	4,6
Notícias sobre os candidatos nos jornais (impresso ou internet)	4,9	1,8
Resultado de pesquisas eleitorais	4,7	1,4
Notícias sobre os candidatos nas redes sociais	4,3	1,5
Informações da igreja sobre os candidatos	3,0	1,2
Informações de associações de moradores sobre os candidatos	2,7	0,7
Notícias sobre os candidatos no rádio	2,5	0,7
Não votou para presidente	2,5	2,5
Propaganda política no rádio	0,7	0,2
Não se aplica	19,1	-
Nenhuma dessas	12,9	12,9
Não sabe	4,7	2,5
Não respondeu	3,6	1,3

Fonte: Elaboração própria a partir de ESEB (2014).

³⁹ O somatório dessa variável ultrapassa 100% porque é baseado no número respostas e não no número de respondentes, por isso o tipo de resposta é chamado resposta múltipla. Os respondentes, no caso, podem escolher mais de uma resposta e assim, o somatório total ultrapassa, na maioria das vezes, 100%. A resposta chamada primeira menção, como nome diz, é a primeira resposta do entrevistado. Como ela é única (uma resposta para cada respondente) o somatório fica em 100%.

APÊNDICE B - Resultados – Análise descritiva do CHAID por tipo de participação política

Analisaremos através de modelo de CHAID univariado, utilizando as variáveis de perfil socioeconômico e demográfico bem como as variáveis dos quatro tipos de participação que apresentaram significância estatística.

1. Tipo de Participação Eleitoral

A idade, a escolaridade e a região estão associadas ao comportamento dos brasileiros nas urnas no primeiro turno das eleições presidenciais de 2014.

A variável “votou no primeiro turno” está associada apenas à idade e escolaridade. A Região foi à única variável explicativa que apresentou algum tipo de associação com a variável dependente “Em quem votou no primeiro turno”. Já no segundo turno, a variável votou ou não, obteve associação com as variáveis: idade, escolaridade e região. “Em quem votou no segundo turno” foi associado apenas à variável demográfica região.

O modelo estatístico agrega as faixas etárias de mais de 64 anos apontando diferença de 7% menor do número relativo de eleitores que compareceram às urnas em relação ao total de eleitores. A explicação em parte se deve ao eleitor com mais de 70 anos que não é obrigado a votar: 10% dos que tinham esta faixa de idade não compareceram às urnas no primeiro turno das eleições de 2014.

A presença dos jovens de 16 a 17 anos, faixa em que o voto não é compulsório, é relativamente alta (85%), ainda que apresente percentual menor do que o total de eleitores.

Tabela 18. Votou ou não no primeiro turno, por idade (%)⁴⁰

	TOTAL	Idade		
		16 e 17 anos	18 a 64 anos	+ 64 anos
BASE	2352	26	2074	252
	100%	1%	88%	11%
Sim, votou	91%	85%	92%	84%
Não, é maior de 70 anos	1%	0%	0%	10%
Não, tem/tinha 16 ou 17 anos	0%	12%	0%	0%
Não, mas justificou o voto no primeiro turno	4%	4%	4%	2%
Não votou e nem justificou o voto no primeiro turno	3%	0%	4%	4%
Não votou porque não tinha o documento exigido	0%	0%	0%	0%
Não sabe (espontânea)	0%	0%	0%	0%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

⁴⁰ As cores indicam que a variação da frequência com significância estatística a partir de 2% de diferença, se azul, o percentual é maior do que o total da amostra e se vermelho percentual menor.

A faixa de escolaridade que apresentou menor presença nas urnas foi a de até ensino fundamental I completo (85%). No entanto, observa-se que parte do eleitorado com este perfil de escolaridade (4%) tem mais de 70 anos, faixa em que o voto não é obrigatório. Por outro lado, 5% desta faixa de escolaridade não votaram nem justificaram o voto no primeiro turno.

Com relação à associação da região, apresentou-se um grupo homogêneo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: a grande maioria (95%) dos que reside nestas regiões votou em algum candidato para presidente em 2014. Em contrapartida, o Sudeste apresentou o maior número relativo de eleitores que anularam o voto (5%).

Tabela 19. Votou ou não no primeiro turno, por escolaridade (%)

	TOTAL	Escolaridade			
		Até Primário completo (4ª série do ensino fundamental)	Ginásio incompleto / Ginásio completo (8ª série do ensino fundamental)	Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio)	Colegial completo (até 3ª série do ensino médio) / Universitário / Pós
BASE	2352	593	537	191	1031
	100%	25%	23%	8%	44%
Sim, votou	91%	87%	92%	89%	93%
Não, é maior de 70 anos	1%	4%	0%	0%	1%
Não, tem/tinha 16 ou 17 anos	0%	0%	0%	2%	0%
Não, mas justificou o voto no primeiro turno	4%	3%	3%	5%	4%
Não votou e nem justificou o voto no primeiro turno	3%	5%	4%	3%	2%
Não votou porque não tinha o documento exigido	0%	0%	1%	1%	0%
Não sabe (espontânea)	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 20. Em quem votou no primeiro turno, por Região (%)

	TOTAL	Região		
		Sudeste	Norte; Nordeste; Centro – Oeste	Sul
BASE	2137	867	931	339
	100%	41%	44%	16%
Voto válido	93%	92%	95%	91%
Anulou o voto	3%	5%	2%	2%
Votou em branco	2%	2%	2%	3%
Não sabe/ Não lembra/NR	2%	2%	1%	3%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Os dados sobre segundo turno presidencial revelam que quanto maior a escolaridade maior a participação eleitoral. 94% dos que possuem ensino superior completo e incompleto e 97% dos que possuem pós-graduação compareceram às urnas em 2014. O percentual mais baixo de comparecimento nas eleições foi daqueles que apresentaram escolaridade mais baixa, chegando a 87% entre os que têm até ensino fundamental I completo. A Região Centro-Oeste, no segundo turno, apresentou queda de comparecimento às urnas (87%) em relação ao primeiro turno, dentre eles 6% também não votaram no primeiro turno e nem justificaram o voto, 5% não votaram nem justificaram o voto no segundo turno e 3% dos que residem na região centro-oeste não votaram por não terem os documentos exigidos.

O maior percentual de voto nulo continuou sendo na região Sudeste (6%), mesmo comportamento observado no primeiro turno.

Tabela 21. Votou ou não no segundo turno, por Idade, Escolaridade e Região (%)

	TOTAL	Idade			Escolaridade			Região	
		16 a 24 anos	25 a 64 anos	+ 64 anos	Até Primário completo (4ª.serie do ensino fundamental)	Ginasial incompleto a Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio)	Ensino universitário incompleto/completo/Pós	Sudeste; Sul; Norte; Nordeste	Centro - Oeste
	2352	398	1702	252	593	728	1031	2158	194
	100%	17%	72%	11%	25%	31%	44%	92%	8%
Sim, votou	90%	89%	92%	85%	87%	89%	94%	91%	84%
Não, é maior de 70 anos	1%	1%	0%	9%	4%	0%	0%	1%	2%
Não, tem/tinha 16 ou 17 anos	0%	2%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%
Não, mas justificou o voto no primeiro turno	4%	4%	4%	2%	3%	5%	3%	3%	6%
Não votou e nem justificou o voto no segundo turno	3%	5%	3%	3%	5%	4%	2%	3%	5%
Não votou porque não tinha o documento exigido	1%	1%	1%	0%	1%	1%	0%	0%	3%
Não sabe (espontânea)	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	1%
Não respondeu (espontânea)	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 22. Em quem votou no segundo turno, por Região (%)

	TOTAL	Região		
		Sudeste	Norte; Centro - Oeste; Nordeste	Sul
	2128	859	935	334
	100%	40%	44%	16%
Voto válido	94%	91%	96%	94%
Anulou o voto	4%	6%	2%	2%
Votou em branco	1%	2%	1%	2%
Não sabe/ Não lembra/NR	1%	1%	1%	2%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Em se tratando da não obrigatoriedade do voto, todas as variáveis independentes tiveram algum nível de associação. As variáveis que apontam diferença estatística significativa apresentaram as seguintes características: quanto maior a idade, mais frequente seria a resposta de que não votaria se não incidisse em obrigatoriedade; 64% da faixa etária de até 44 anos, votaria se não fosse obrigatório, caindo para 61% entre os que têm 45 a 64 anos e para 54% dos que possuem idade acima de 64 anos.

As escolaridades mais baixas apresentam menos respondentes com interesse em votar caso não fosse obrigatório. É o caso daqueles que têm até o segundo ano do fundamental I (51%), e dos que possuem escolaridade do fundamental I completo até o fundamental II incompleto (59%). Já os que possuem estudo universitário incompleto/ completo e pós-graduação afirmaram com maior frequência que teria intenção em votar mesmo que não fosse obrigado (75%).

Em relação à renda familiar, observa-se que nas faixas mais baixas (mais de um até dois salários mínimos), menos eleitores participariam caso o voto não fosse obrigatório (60%). O CHAID apresentou grupo homogêneo a partir de mais de dois salários mínimos (De R\$ 3.620,00 a mais R\$ 14.480,00): 73% desse grupo revelou que votaria mesmo que o voto não fosse obrigatório.

13% dos que moram na região Sul e 14% do Norte e Centro Oeste não votariam caso não houvesse voto obrigatório. O Nordeste, entretanto, em sua maioria, votaria ainda que não houvesse voto compulsório (71%).

Mesmo que exista associação entre o sexo e o voto não obrigatório, não foi apresentada diferença estatística entre os percentuais de suas categorias.

Quadro 1. Resumo das variáveis do Tipo de Participação Eleitoral que apresentaram significância estatística

Variáveis do Tipo de Participação Eleitoral	Variáveis independentes				
	Sexo	Idade	Escolaridade	Renda familiar	Região
Votou 1º turno presidente (votou ou absteve-se)		X	X		
Em quem votou no 1º turno para presidente - (voto válido, nulo, branco, NS e NR)					X
Votou 2º turno (votou ou absteve-se)		X	X		X
Em quem votou no 2º turno para presidente (voto válido, nulo, branco, NS e NR)					X
Voto não obrigatório	X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

As variáveis com o X apresentaram nível de significância de p-valor $\leq 0,05$.

2. Tipo de Participação Sociopolítica

O CHAID apontou que as variáveis ligadas a protesto -“participar de ocupação de prédios públicos” e “ocupação de terra” - não apresentaram dependência estatística em relação às variáveis socioeconômicas e demográficas.

De acordo os resultados apresentados no CHAID, todas as variáveis do tipo de participação sociopolítica que permaneceram no modelo, apresentaram associação com a região brasileira, exceto a variável de protesto “participação em greve” que obteve associação apenas com escolaridade e renda. O comportamento do eleitor diante da participação sociopolítica está associado e varia de acordo com a região onde reside. Em alguns casos, o ativismo sociopolítico tem comportamento homogêneo em certas regiões e, para esse tipo de observação, o modelo estatístico agrupa tais regiões, não apontando diferença. Em outros casos o comportamento do engajamento sociopolítico é diferente entre as regiões e o CHAID separa essa diferença.

Quadro 2 – Variáveis do Tipo de Participação Sociopolítica com significância estatística.

Tipo	Variáveis do Tipo de Participação Sociopolítica	Variáveis independentes				
		Sexo	Idade	Escolaridade	Renda familiar	Região
Associativismo	Filiado ao sindicato	X		X	X	X
	Filiado à associação de empresários ou comerciários			X		X
	Filiado à associação de fazendeiros/sitiantes/ produtores rurais					X
	Filiado à associação profissional			X	X	X
	Filiado a partido político					X
Protesto	Participou de assinatura de um abaixo-assinado (inclusive na internet)		X	X	X	X
	- Participar de bloqueio de estradas	X				X
	- Participou de greve			X	X	
	Participou de manifestações ou protestos de rua		X	X	X	X
	Utilizou de internet ou redes sociais para manifestações e debates políticos		X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

As variáveis com o X apresentaram nível de significância de p-valor $\leq 0,05$.

A) Variáveis ligadas ao associativismo

As variáveis que compõem o tipo de participação sociopolítica, ligadas ao associativismo, apresentaram dependência com a covariável região. Escolaridade não teve efeito estatisticamente significativo com a filiação a associação de fazendeiros e a partido político; Renda familiar, por sua vez, obteve associação a filiação a sindicato e associação profissional. A variável sexo apenas apresentou associação com a filiação sindical.

- Filiação a sindicato

Em tratando de filiação a sindicato, não há associação estatística com a variável socioeconômica ligada a faixa etária. Em relação a variável sexo foi apresentado nível de significância adequada de 0,05 e qui-quadrado de 79,0, entretanto não apresentou diferença estatística entre as categorias.

A filiação a sindicato é mais frequente entre os eleitores de maior escolaridade (17%) e no grupo de faixa de renda de R\$ 3.620,00 até R\$ 14.480,00 (17%) e mais baixa no Centro-Oeste (5%).

- Filiado a associação de empresários ou comerciários

As variáveis socioeconômicas escolaridade e região apresentaram associação com filiação a associação de empresários ou comerciários. Em relação à variável região foi apresentado nível de significância adequada de 0,00 e qui-quadrado de 42,0, no entanto não apresentou diferença estatística entre as categorias.

A filiação a associação de fazendários ou comerciantes é mais alta (7%) entre os eleitores de maior escolaridade (ensino superior incompleto e completo).

- Filiado à associação de fazendeiros/sitiantes/ produtores rurais

A Região é a única variável explicativa que apresenta algum tipo de associação com a variável filiado a associação de fazendeiros/ sitiantes/ produtores rurais.

A participação nesse tipo de associação é um pouco mais frequente (6%) entre os eleitores da região Norte.

- Filiado a associação profissional

Escolaridade, renda e região tiveram associação estatisticamente significativa com filiação a associação profissional.

Os filiados a associação profissional em maior proporção estão concentrados na faixa de escolaridade do ensino fundamental II completo até o ensino médio e com renda familiar de 02 até 05 SM e na faixa de renda de mais de 20 SM. A região não apresentou variação significativa entre as categorias e o total da amostra.

- Filiado a partido político

A variável explicativa região apresentou associação com filiação a partido político. No Sul do Brasil há maior concentração de filiados a partidos políticos (6%) do que o percentual total de filiados.

B) Variáveis ligadas a Protesto

A covariável sexo não discrimina as variáveis que compõem o tipo de participação sociopolítica ligadas ao protesto, exceto “bloqueio de estradas”, demonstrando característica peculiar, cuja frequência é maior entre os homens e maior incidência na região Norte. A variável região está associada a todas as variáveis de protesto, com exceção da variável participação em greves que obteve associação apenas com escolaridade e renda familiar.

- Abaixo-assinado (inclusive na internet)

Dos eleitores que declararam ter participado de abaixo assinado a maior concentração foi entre pessoas com escolaridade acima do ensino fundamental II (35%), com renda familiar de R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00 e no agrupamento de regiões Sudeste/ Sul e Norte (21%).

Por outro lado, eleitores com escolaridade mais baixa (primário completo e colegial), com mais de 54 anos, residentes do Nordeste e Centro-Oeste e com renda familiar mais baixa, de até R\$ 1.448,00, apresentaram maior incidência quanto a nunca ter participado desse tipo de protesto .

- Participar de bloqueio de estradas

Quem mais participa de bloqueio dentro do perfil socioeconômico e demográfico é: homens (5%) e os moradores da região Norte (9%). Não há associação nos critérios estabelecidos entre as variáveis explicativas: idade, escolaridade e renda familiar.

- Participação em greve

Perfil que de destaque em participação de greve são os que possuem escolaridade mais alta (maior que fundamental II completo) e renda de R\$ 3.620,00 a 14.480,00. Não há associação com sexo, faixa etária e região.

- Participou em manifestações ou protestos de rua

Perfil socioeconômico e demográfico de quem participa de manifestação e protesto de rua é mais concentrado entre: eleitores mais jovens (até 24 anos- 13%), com escolaridade acima do fundamental II completo (15%), com renda superior a R\$ 3.620,00 e residentes da região Norte (16%).

Em contrapartida, 96% dos que têm até primário incompleto, portanto baixa escolaridade, declararam que nunca participaram de protesto de rua ou manifestações.

Participação em manifestações ou protesto de rua não apresentou dependência com a variável sexo.

- Utilização de internet ou redes sociais para manifestações e debates políticos

Os mais jovens (13%), os que têm escolaridade acima do fundamental II completo (17%), os que possuem renda de R\$ 3.620,00 a 7.240,00 (13%) e renda mais alta, mais de R\$ 7.240,00 (26%), afirmam utilizar a internet e as redes sociais para manifestações e debates políticos.

Por outro lado, os mais velhos (+44 anos), até ginásio completo e com renda mais baixa (até um salário mínimo) apresentaram maior frequência de não utilização de redes sociais ou internet para fins de ativismo político (todos 97%).

Mais uma vez a variável sexo não apresentou poder associativo.

3. Tipo de Participação: Informação

Algumas variáveis que compunham inicialmente o tipo de participação Informação não apresentaram associação com as variáveis socioeconômicas e demográficas. Cinco das onze variáveis contidas nas “medidas que consideram importantes na hora de votar para presidente” foram descartadas do modelo por não atingirem o nível de significância estimado ($\leq 0,05$).

Quadro 3 – Variáveis do Tipo de Participação Informação com significância estatística.

Tipo de Participação: Informação	Variáveis independentes				
	Sexo	Idade	Escolaridade	Renda familiar	Região
- Medidas que consideram importantes na hora de votar para presidente:					
1. Assistir/ Ouvir os candidatos em comícios			X	X	X
2. Conversas com colegas de trabalho/escola		X	X		X
3. Debates entre candidatos na televisão		X	X		X
4. Notícias sobre os candidatos na televisão					X
5. Notícias sobre os candidatos nas redes sociais		X	X	X	
6. Notícias sobre os candidatos nos jornais (impresso ou internet)	X		X	X	
7. Resultado de pesquisas eleitorais					X
8. Propaganda política na televisão				X	X
-Uso de internet ou celular para acessar informações ou comunicados de algum partido ou candidato		X	X	X	
- Costume de ler jornal na versão impressa, digital pela internet ou ambas.	X	X	X	X	X
- Assistir telejornais com notícias nacionais essa semana		X		X	X
- Assistir telejornal regional com notícias da cidade e/ou região		X	X	X	X
- Ouvir notícias no rádio esta semana	X	X		X	X

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

As variáveis com o X apresentaram nível de significância de p-valor $\leq 0,05$.

- Medidas que consideram importantes na hora de votar para presidente.

Possuir ensino superior incompleto ou mais (13%) e residir no sudeste (22%) apresentam mais frequência em assistir/ ouvir candidatos em comícios. No entanto, é menor a frequência de participação (assistir/ ouvir) em comícios entre os residentes do Sul e do Norte do país (4%).

Quem possui escolaridade no ensino médio completo ou mais apresenta mais frequência de conversar no trabalho ou na escola antes de tomar medida para votar para presidente.

Já assistir a debates na TV é praticado por 49% dos eleitores que possuem até primário completo (fundamental I) e que residem no Centro – Oeste. Por outro lado, os mais velhos (Mais de 54 anos – 34%), os que têm até ensino fundamental completo (39%) e os que residem no Sudeste (41%) apresentam menor frequência em assistir debates na TV.

Os residentes das regiões Sul/ Centro- Oeste e Nordeste apresentam maior percentual em notícias de candidatos na TV (31%). E menor percentual no Norte que vê notícias de candidatos na TV antes de escolher o presidente que vai votar (17%).

Notícias de candidatos nas redes sociais são vistas por 7% dos eleitores até 34 anos, 11% do ensino universitário completo ou mais. Os que apresentaram menores frequências de acesso a redes sociais para se informar de notícias de candidatos foram os indivíduos com mais de 44 anos (2%) e até o fundamental II incompleto (1%).

Notícias em jornais impresso ou internet são lidas por 13% de quem têm escolaridade maior do que colegial completo e 11% dos que possuem renda de mais de R\$ 3.620,00. Os que têm menor escolaridade (2%) e menor renda, de até R\$ 1.448,00 (2%) apresentam menor frequência quanto ao hábito de ler as notícias de jornal impresso ou internet.

8% dos Nordestinos consultam os resultados das pesquisas eleitorais antes de decidir em quem votar para presidente. Menor frequência entre os que residem no Centro Oeste (1%).

21% dos que possuem renda mais baixa (até 1 SM) , 28% dos nortistas e 19% dos nordestinos consideram a propaganda política na TV medida importante para decidir em quem votar para em um candidato. Por outro lado, os que apresentam menor frequência possuem renda de média a alta (mais de R\$ 3.620,00: 8%) e são moradores do Sudeste; Sul e Centro Oeste (10%).

- Uso de internet ou celular para acessar informações ou comunicados de algum partido ou candidato

Utilizam esse recurso os mais jovens (até 34 anos, 24%), que possuem ensino completo (20%), os que têm escolaridade maior que o ensino médio (40%), e aqueles que possuem renda familiar de mais de R\$ 3.620,00 (36%).

Dos que não utilizam, chegam a 87% dos que têm de 45 a 64 anos, 95% dos mais velhos (mais que 64 anos), 96% dos que têm menor escolaridade (até primario incompleto), 93% dos que têm primário completo, 89% dos que possuem renda de até 1.448,00.

- Costume de ler jornal na versão impressa, digital pela internet ou ambas.

34% dos homens e dos que têm mais de 44 anos, 38% dos que possuem renda de R\$ 1.449,00 a R\$ 3.620,00, 35% dos que possuem renda de mais de R\$ 3.620,00 e 36% do grupo das regiões Sudeste; sul e Centro Oeste responderam ler jornal em versão impressa;

Na versão digital os que leem são os que têm até 24 anos (13%), com escolaridade superior ao ensino médio (22%) e 20% dos que possuem renda acima de R\$ 3.620,00.

Em ambas as versões: 19% dos que possuem escolaridade acima do ensino médio, 16% dos que têm renda acima de R\$ 3.620,00 e 19% dos residentes no Norte do país.

O perfil dos que não costuma ler jornal são mulheres (55%), 54% dos que tem até 24 anos, 74% dos que têm escolaridade baixa (até primário incompleto), 56% que possuem primário completo, 72% dos que tem, renda mais baixa (até 1 SM), 62% dos que possuem renda de mais de 1 a 2 SM e 63% dos eleitores nordestinos.

- Assistir telejornais com notícias nacionais na semana

84% dos que possuem renda acima de R\$ 3.620,00 e 81% dos residentes do Sudeste assistem telejornais com notícias nacionais.

29 % dos mais jovens (até 24 anos), no entanto, alegaram não assistir telejornal com esse tipo de notícia na semana da aplicação do questionário.

- Assistir telejornal regional com notícias da cidade e/ou região

Assistir telejornal com notícia da cidade ou região é apontado por 84% com escolaridade de ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio) e por 74% do Sudeste.

Dos que disseram que não assistem estão: 34% dos mais jovens (até 24 anos), 35% até primário incompleto, 35% até 1 Salário mínimo, 40% dos que possuem renda acima de 20 salários mínimos/ NS e 29% dos moradores do Sul e Nordeste.

- Ouvir notícias no rádio na semana

Mais da metade dos homens (51%), dos que têm idade de 35 a 44 anos (53%), dos que possuem renda de 1 a 2 SM e maior que 20 SM (51%), e dos residentes da região Sul (51%) apresentam mais frequência em ouvir notícias no rádio durante a semana.

55% das mulheres, 65% dos mais jovens (até 24 anos), 55% 1 a 2 SM , 70% dos que têm renda familiar de + 20 SM /NS e 66% do Norte não ouviram notícias no rádio na semana da entrevista.

4. Tipo de Participação em Campanhas

A escolaridade e a renda familiar⁴¹ tiveram associação com todas as variáveis do Tipo de Participação em Campanhas. Acrescenta-se a idade e a região no que diz respeito à associação com as variáveis “pessoas próximas tentaram convencer a votar em algum candidato ou partido” e os “meios pelos quais se tentou convencer”.

A variável demográfica Região também apresentou associação estatisticamente significativa para alguns meios em que o brasileiro foi contatado pelo partido ou políticos.

⁴¹ Exceto o telefone como meio de tentativa de convencimento em votar em candidato ou partido, que não apresentou associação com a renda familiar. Vide descrição das variáveis mais adiante nessa seção.

A variável sexo não apresentou associação com o tipo de participação em estudo.

Quadro 4 – Variáveis do Tipo de Participação em Campanhas com significância estatística.

Variáveis do Tipo de Participação em Campanhas	Variáveis independentes				
	Sexo	Idade	Escolaridade	Renda familiar	Região
- Contatado por algum partido ou candidato pessoalmente ou de alguma outra forma durante a campanha			X	X	
- Meios em que foi contatado por partido ou candidato					
1. Cara a cara			X	X	
2. Correios			X	X	X
3. Telefone			X	X	
4. SMS ou mensagem de texto			X	X	X
5. Email			X	X	
6. Rede social ou internet			X	X	X
Pessoas próximas tentou convencer a votar em um candidato ou partido		X	X	X	X
-Meios em que foi convencido a votar em um candidato ou partido.					
1. Cara a cara		X	X	X	X
2. Correios					
3. Telefone		X	X		X
4. SMS ou mensagem de texto		X	X	X	X
5. Email		X	X	X	X
6. Rede social ou internet		X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

As variáveis com o X apresentaram nível de significância de p-valor $\leq 0,05$.

- Contatado por algum partido ou candidato durante a campanha eleitoral

Escolaridade e renda apresentaram associação com o contato por um partido e ou candidato durante as eleições. Os maiores percentuais se concentraram entre os que possuem ensino universitário completo ou mais (21%) e entre os que possuem renda de mais R\$ 3.620,00 (18%). Por outro lado, os brasileiros com baixa escolaridade (até fundamental I completo) foram, proporcionalmente, menos contatados por partidos políticos e candidatos do que o total de eleitores.

-Meios em que foi contatado por partido ou candidato

Alguns dos meios pelos quais o respondente foi contatado tiveram associação também por região, além de escolaridade e renda familiar, o que pode demonstrar que em algumas regiões os tipos de meio de contato do partido ou candidato prevaleçam sobre os demais.

- Cara a cara

Maior incidência de contato pessoal está dentre os que possuem Ensino universitário completo ou mais (15%) e renda familiar de mais R\$ 3.620,00 (14%).

-Correios

O contato pelos correios apresenta maior frequência entre os que possuem Ensino universitário completo ou mais (7%). Os maiores percentuais que não foram contatados pelos correios são os que têm renda familiar acima R\$ 3.620,00 e os que moram no Norte (12%).

- Por telefone

Foram contatados por telefone 9% dos respondentes com ensino universitário completo ou mais e 8% dos que possuem renda familiar de mais que R\$ 7.240,00. Maior incidência dos que não foram contatados: entre os que possuem renda familiar de R\$ 3.621,00 até R\$ 7.240,00 (12%) e também outra parcela dos que possuem renda acima de R\$ 7.240,00 (16%).

- SMS ou mensagem de texto

Foram contatados por SMS ou mensagem de texto com maiores percentuais os que têm ensino universitário completo ou mais (9%), os que possuem renda familiar de mais que R\$ 7.240,00 (6%) e os que moram no Norte do país (7%).

- Por Email

Os políticos ou partidos entraram em contato por email com 9% dos que possuem ensino universitário completo ou mais e 5% com renda familiar acima de R\$ 3.620,00.

- Rede social ou internet

Com frequência um pouco maior que o total dos entrevistados, o contato por rede social ou internet foi realizado com 9% dos brasileiros do ensino universitário completo ou mais e 6% dos que possuem renda familiar de mais de R\$ 3.620,00.

- Pessoas próximas tentaram convencer a votar em um candidato ou partido

Esta variável apresentou associação estatística com as preditoras: idade, escolaridade, renda e região.

Os perfis que apresentaram mais frequência em relação à tentativa de pessoas próximas a convencer a votar em um candidato ou partido foram: os que têm mais do que o ensino médio incompleto (32%), os que possuem renda de R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00 (37%) e nas Regiões Norte e Nordeste (33%).

Aqueles eleitores que declararam que pessoas próximas a eles não tentaram convencê-los a votar possuem o seguinte perfil: 77% dos mais velhos (mais de 54 anos), 75% dos que

possuem até ensino médio incompleto e 77% dos que dizem ter renda familiar acima de R\$ 14.480,00 ou que não sabem ou não revelaram sua renda familiar.

- Meios em que houve a tentativa de convencimento a votar em um candidato ou partido.

As variáveis socioeconômicas e as variáveis demográficas: idade, escolaridade, renda familiar e região se associam com os meios pelos quais pessoas próximas tentaram convencer alguém para votar em um candidato ou partido.

- Cara a cara

Maior incidência de tentativa de convencimento pessoalmente está dentre os que possuem acima de ensino médio incompleto (30%) e renda familiar de R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00 (35%) e nas regiões Norte e Nordeste (31%).

- Por telefone

Destaque apenas para a incidência daqueles que não foram convencidos por pessoas próximas: 26% dos que têm até 2ª série do ensino médio e 26% dos que residem nas regiões Norte e Nordeste.

- SMS ou mensagem de texto

Foram contatados por SMS ou mensagem de texto com maiores percentuais os que têm acima de ensino médio completo (8%) e os que possuem renda familiar de R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00 (9%).

Não foram convencidos por estes meios 28% dos que tem escolaridade maior que ensino médio completo, 29% dos que declararam ter renda familiar de R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00 e 27% do Norte e do Nordeste.

- Por Email

Tentativas de convencimento de pessoas próximas por email acontecem com maior frequência que o total nos segmentos dos que têm escolaridade acima de ensino médio completo (8%) e entre os que possuem renda familiar de R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00 (8%). Por outro lado, outra parte significativa desses perfis não foi convencida por pessoas próximas a votar em um candidato ou partido: 28% dos que têm escolaridade acima do ensino médio completo e 29% dos que possuem renda familiar de mais de R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00.

29% dos residentes do Norte e Nordeste afirmaram que ninguém próximo tentou convencê-los a votar em algum candidato a presidente.

- Rede social ou internet

O convencimento pela rede social ou internet foi mais frequente entre os que têm escolaridade acima do ensino médio completo (16%) e os que têm renda de R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00 (17%).

26% dos moradores do Norte e do Nordeste disseram que ninguém próximo tentou convencê-los a votar em um candidato.

1. APÊNDICE C - CHAID variáveis do Tipo de Participação Eleitoral

Tabela 1D. Votaria se o voto não fosse obrigatório

	Sexo		Idade			Escolaridade				Renda familiar				Região				
	TOTAL	M	F	Até 44 anos	45 a 64 anos	+ 64 anos	Até Primário incompleto	Primário completo até Ginásio incompleto	Ginásio completo até Colegial completo	Universitário incompleto até Pós graduação	+ de 1 até 2 salários mínimos	+ de 2 até 5 salários mínimos	+ de 2 até 5 salários mínimos até mais de 20 salários mínimos	NS / NR / NSA	Sudeste	Sul	Norte ; Centro-Oeste	NE
	2352	1127	1225	1412	688	252	274	576	1100	402	817	940	311	284	952	364	390	646
	100%	48%	52%	60%	29%	11%	12%	24%	47%	17%	35%	40%	13%	12%	40%	15%	17%	27%
Sim	64%	67%	63%	68%	61%	54%	51%	59%	67%	75%	60%	67%	73%	63%	59%	63%	68%	71%
Não	10%	11%	9%	10%	10%	10%	5%	9%	10%	14%	8%	11%	11%	10%	10%	13%	14%	6%
Talvez/Depende	8%	8%	8%	7%	9%	7%	7%	10%	8%	5%	7%	8%	9%	5%	11%	10%	4%	3%
NS(espontânea)	16%	13%	19%	14%	18%	28%	34%	20%	14%	6%	23%	12%	7%	20%	20%	11%	11%	17%
NR (espontânea)	2%	1%	2%	1%	3%	1%	3%	3%	1%	0%	2%	1%	0%	3%	1%	2%	2%	2%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

3. CHAID variáveis Tipo de Participação Sociopolítica

Tabela 2D. FILIADO A SINDICATO

	Sexo		Escolaridade		Renda familiar			Região			
	7,9 (0,05)		14,9 (0,02)		28,8 (0,00)			42,6 (0,00)			
	Total	Masculino	Feminino	Até Ensino universitário incompleto ou especialização	+ Ensino universitário incompleto ou especialização	Até R\$ 3.620,00	De R\$ 3.620,00 até R\$ 14,480,00	NS / NR	Sudeste	Sul; Norte; Nordeste	Centro - Oeste
	2352	1127	1225	2139	213	1757	282	313	952	1206	194
	100%	48%	52%	91%	9%	75%	12%	13%	40%	51%	8%
Sim	10%	11%	8%	9%	17%	9%	17%	5%	7%	12%	5%
Não	89%	87%	90%	89%	82%	89%	82%	92%	91%	86%	90%
Não sabe	1%	1%	2%	1%	1%	1%	1%	2%	1%	1%	5%
Não respondeu	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	1%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 3D. FILIADO A ASSOCIAÇÃO DE EMPRESÁRIOS OU COMERCIÁRIOS

	Escolaridade		Região			
	21,1 (0,00)		42,0 (0,00)			
	Total	Até Ensino universitário incompleto ou especialização	+ Ensino universitário incompleto ou especialização	Sudeste; Nordeste	Sul; Norte	Centro - Oeste
	2352	2139	213	1598	560	194
	100%	91%	9%	68%	24%	8%
Sim	3%	2%	7%	2%	5%	1%
Não	96%	96%	91%	97%	94%	94%
Não sabe	1%	1%	2%	1%	0%	5%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%	0%	1%

Tabela 3D. FILIADO A ASSOCIAÇÃO DE FAZENDEIROS/SITIATNTES/PRODUTORES RURAIS

	Região			
	39,6 (0,00)			
	Total	Sudeste; Sul; Nordeste	Norte	Centro - Oeste
	2352	1962	196	194
	100%	83%	8%	8%
Sim	3%	3%	6%	1%
Não	96%	96%	94%	94%
Não sabe	1%	1%	0%	5%
Não respondeu	0%	0%	0%	1%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 4D. FILIADO A ALGUM PARTIDO POLÍTICO

	Região				
	55,0 (0,00)				
	Total	Sudeste	Sul	Norte; Nordeste	Centro - Oeste
	2352	952	364	842	194
	100%	40%	15%	36%	8%
Sim	3%	2%	6%	4%	1%
Não	95%	97%	91%	96%	93%
Não sabe	1%	1%	2%	0%	5%
Não respondeu	0%	0%	1%	0%	1%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 5D. FILIADO A ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL

	Escolaridade 50,8 (0,00)			Renda familiar 48,5 (0,00)				Região 42,3 (0,00)			
	<= Ginásio completo (8ª série do ensino fundamental)	(Ginásio completo a Colegial completo)	> Colegial completo (3ª série do ensino médio)	<= Até R\$ 724,00 (até 1 salário mínimo)	Até 1 salário mínimo e mais de 2 até 5 salários mínimos	Mais de 2 até 5 salários mínimos e mais de 20 salários mínimos	> Mais de 20 salários mínimos	Sudeste; Norte	Sul; Nordeste	Centro - Oeste	
Total	2352	1130	820	402	262	1495	311	284	1148	1010	194
	100%	48%	35%	17%	11%	64%	13%	12%	49%	43%	8%
Sim	3%	1%	3%	8%	1%	3%	8%	3%	4%	2%	2%
Não	95%	98%	95%	90%	96%	96%	91%	94%	95%	96%	92%
NS	1%	1%	1%	1%	3%	1%	1%	2%	1%	1%	5%
NR	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	1%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 6D. ASSINAR UM ABAIXO-ASSINADO (INCLUSIVE NA INTERNET)

	Idade 28,0 (0,00)		Escolaridade 126,8 (0,00)				Renda familiar 69,3 (0,00)				Região 42,1 (0,00)		
	Até 54 anos	+ 54 anos	Até Primário incompleto	Primário completo a Ginásio completo	Colegial incompleto a Colegial completo	+ Colegial completo	Até R\$ 1.448,00	De R\$ 1.448,00 até R\$ 3.620,00	De R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00	+ R\$ 14.480, 00 /NS /NR	Sudeste; Sul; Norte	Centro - Oeste; Nordeste	
Total	2352	1818	534	274	856	820	402	817	940	282	313	1512	840
	100%	77%	23%	12%	36%	35%	17%	35%	40%	12%	13%	64%	36%
Sim, já fez	18%	20%	12%	8%	12%	19%	35%	13%	18%	34%	18%	21%	12%
Não/Nunca fez	81%	79%	87%	91%	86%	80%	64%	86%	81%	66%	80%	78%	86%
Não sabe	1%	1%	0%	0%	1%	1%	0%	1%	1%	0%	1%	1%	0%
Não respondeu	1%	1%	1%	1%	1%	0%	0%	1%	1%	0%	1%	0%	2%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 7D. PARTICIPAR DE GREVE

	Escolaridade			Renda familiar				
	65,7 (0,00)			50,0 (0,00)				
	Total	Até Primário incompleto	Primário completo a Colegial completo	+ Colegial completo	Até R\$ 724,00	De R\$ 724,00 até R\$ 3.620,00	De R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00	+ R\$ 14.480,00 / NS / NR
	2352	274	1676	402	262	1495	282	313
	100%	12%	71%	17%	11%	64%	12%	13%
Sim, já fez	8%	3%	7%	17%	2%	8%	17%	5%
Não/Nunca fez	90%	96%	92%	82%	95%	91%	83%	93%
Não sabe	1%	0%	1%	0%	1%	1%	0%	1%
Não respondeu	1%	1%	1%	0%	2%	1%	0%	1%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 8D. PARTICIPAR DE MANIFESTAÇÕES OU PROTESTOS DE RUA

	Idade			Escolaridade			Renda familiar				Região			
	29,3 (0,00)			44,9 (0,00)			60,0 (0,00)				37,4 (0,00)			
	Total	Até 24 anos	25 a 44 anos	+ 44 anos	Até Primário incompleto	Primário completo a Colegial completo	+ Colegial completo	Até R\$ 724,00	De R\$ 724,00 até R\$ 3.620,00	+ R\$ 3.620,00	NS / NR	Sudeste; Sul	Norte	Centro - Oeste; Nordeste
	2352	398	1014	940	274	1676	402	262	1495	311	284	1316	196	840
	100%	17%	43%	40%	12%	71%	17%	11%	64%	13%	12%	56%	8%	36%
Sim, já fez	8%	13%	9%	5%	2%	8%	15%	4%	8%	18%	4%	9%	16%	5%
Não/Nunca fez	90%	84%	90%	93%	96%	91%	84%	93%	91%	82%	94%	90%	83%	93%
Não sabe	1%	1%	1%	1%	0%	1%	0%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	0%
Não respondeu	1%	1%	0%	1%	1%	1%	0%	2%	1%	0%	1%	0%	0%	2%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 9D PARTICIPAR DE BLOQUEIO DE ESTRADAS

	Sexo		Região		
	19,6 (0,00)		40,3 (0,00)		
Total	Masculino	Feminino	Sudeste; Sul	Norte	Centro - Oeste; Nordeste
2352	1127	1225	1316	196	840
100%	48%	52%	56%	8%	36%
Sim, já fez	3%	5%	2%	9%	3%
Não/Nunca fez	96%	94%	97%	91%	95%
Não sabe	1%	1%	1%	0%	1%
Não respondeu	1%	1%	0%	0%	2%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 10 D. UTILIZAR A INTERNET OU REDES SOCIAIS PARA MANIFESTAÇÕES E DEBATES POLÍTICOS

	Idade			Escolaridade			Renda familiar					Região		
	72,6 (0,00)			135,7 (0,00)			99,5 (0,00)					20,1 (0,00)		
Total	Até 24 anos	25 a 44 anos	+ 44 anos	Até Ginásio completo	Colegial incompleto a Colegial completo	+ Colegial completo	Até R\$ 724,00	De R\$ 724,00 até R\$ 3.620,00	De R\$ 3.620,00 até R\$ 7.240,00	+ R\$ 7.240,00	NS / NR	Sudeste; Sul; Norte	Centro - Oeste; Nordeste	
2352	398	1014	940	1130	820	402	262	1495	238	73	284	1512	840	
100%	17%	43%	40%	48%	35%	17%	11%	64%	10%	3%	12%	64%	36%	
Sim, já fez	6%	13%	7%	2%	1%	7%	17%	1%	5%	13%	26%	3%	7%	4%
Não/Nunca fez	93%	85%	92%	97%	97%	92%	82%	97%	94%	87%	73%	95%	92%	94%
Não sabe	1%	1%	1%	0%	1%	1%	0%	1%	1%	0%	0%	1%	1%	1%
Não respondeu	1%	1%	0%	1%	0%	0%	2%	1%	0%	1%	1%	0%	2%	

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

4. CHAID variáveis Tipo de Participação: Informação

Tabela 11 D. Assistir/ Ouvir os candidatos em comícios

	Escolaridade		Renda		Região		
	10,6 (0,01)		15,2 (0,00)		72,2 (0,00)		
Total	Até ensino médio	Ensino universitário incompleto ou mais	Até + de R\$ 14.480 / NS	NR / NSA	Sudeste; Norte	Sul; Nordeste	Centro - Oeste
2352	2139	213	2161	191	1148	1010	194
100%	91%	9%	92%	8%	49%	43%	8%
8%	7%	13%	7%	15%	4%	8%	22%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 12 D. Conversas com colegas de trabalho/escola

	Escolaridade		Idade		Região	
	16,9 (0,00)		10,2 (0,01)		12,7 (0,01)	
Total	Até Colegial completo (3ª série do ensino médio)	+ Colegial completo (3ª série do ensino médio)	Até 44	+ 44	Sudeste; Norte	Sul; Centro - Oeste; Nordeste
2352	1950	402	1412	940	1148	1204
100%	83%	17%	60%	40%	49%	51%
8%	7%	13%	10%	6%	10%	6%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 13 D. Debates entre candidatos na televisão

	Idade		Escolaridade		Região		
	10,5 (0,01)		38,8 (0,00)		21,7 (0,00)		
Total	Até 54 anos	+ 54 anos	Até Primário completo (4ª.serie do ensino fundamental)	+ Primário completo (4ª.serie do ensino fundamental)	Sudeste	Sul; Norte; Nordeste	Centro - Oeste
2352	1818	534	593	1759	952	1206	194
100%	77%	23%	25%	75%	40%	51%	8%
45%	47%	39%	34%	49%	41%	46%	59%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 14 D. Notícias sobre os candidatos na televisão

	Região		
	24,6 (0,00)		
Total	Sudeste	Sul; Centro - Oeste; Nordeste	Norte
2352	952	1204	196
100%	40%	51%	8%
27%	24%	31%	17%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 15D. Notícias sobre os candidatos nas redes sociais

	Idade			Escolaridade				Renda	
	27,8 (0,00)			51,5 (0,00)				10,6 (0,01)	
Total	Até 34 anos	35 a 44 anos	+ 44 anos	Até Ginásio incompleto (até 7ª série do ensino fundamental)	Ginásio completo a Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio)]	Colegial completo até Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio)	Ensino universitário completo ou +	Até R\$ 1.448	+ R\$ 1.448 / NS / NR
2352	967	445	940	850	471	818	213	817	1535
100%	41%	19%	40%	36%	20%	35%	9%	35%	65%
4%	7%	4%	2%	1%	3%	6%	11%	2%	5%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 16 D. Notícias sobre os candidatos nos jornais (impresso ou internet)

	Sexo		Escolaridade			Renda familiar			
	12,3 (0,01)		67,0 (0,00)			38,2 (0,00)			
Total	Masculino	Feminino	Até Ginásio completo (8ª série do ensino fundamental)	Colegial incompleto até completo	+ Colegial completo	Até R\$ 1.448,00 (mais de 1 até 2 salários mínimos)	De R\$ 1.449,00 até R\$ 3.620,00 (mais de 2 até 5 salários mínimos)]	Mais de R\$ 3.620,00	NS / NR
2352	1127	1225	1130	820	402	817	940	311	284
100%	48%	52%	48%	35%	17%	35%	40%	13%	12%
5%	6%	4%	2%	6%	12%	2%	6%	11%	5%

Tabela 17D. Resultado de pesquisas eleitorais

	Região		
	27,5 (0,00)		
Total	Sudeste; Sul; Norte	Centro - Oeste	Nordeste
2352	1512	194	646
100%	64%	8%	27%
5%	4%	1%	8%

Tabela 18 D. Propaganda política na televisão

	Renda familiar			Região		
	28,5 (0,00)			67,5 (0,00)		
Total	Até R\$ 724,00 (até 1 salário mínimo)	De R\$ 724,00 até R\$ 3.620,00 (mais de 2 até 5 salários mínimos)]	+ R\$ 3.620,00	Sudeste; Sul; Centro - Oeste	Norte	Nordeste
2352	262	1495	595	1510	196	646
100%	11%	64%	25%	64%	8%	27%
14%	21%	15%	8%	10%	28%	19%

Tabela 19 D. ANTES OU DURANTE A CAMPANHA USOU A INTERNET OU O CELULAR PARA ACESSAR INFORMAÇÕES OU COMUNICADOS DE ALGUM PARTIDO OU CANDIDATO?

	Idade					Escolaridade					Renda familiar			
	98,8 (0,00)					257,7 (0,00)					115,7 (0,00)			
	Total	Até 34 anos	35 a 44	45 a 64 anos	+ 64 anos	Até Primário incompleto (até 3ª série do ensino fundamental)	Primário completo (4ª série do ensino fundamental)	Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio)	Colegial completo (3ª série do ensino médio)	+ Colegial completo	Até R\$ 1.448,00 (mais de 1 até 2 salários mínimos)	De R\$ 1.449,00 até R\$ 3.620,00 (mais de 2 até 5 salários mínimos)	Mais de R\$ 3.620,00	NS / NR
	2352	967	445	688	252	274	319	728	629	402	817	940	311	284
	100%	41%	19%	29%	11%	12%	14%	31%	27%	17%	35%	40%	13%	12%
Sim	17%	24%	17%	10%	3%	1%	6%	11%	20%	40%	9%	17%	36%	16%
Não	82%	75%	81%	87%	95%	96%	93%	87%	78%	59%	89%	81%	63%	83%
NS	1%	1%	1%	2%	1%	2%	1%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
NR	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 20 D. COSTUMA LER JORNAL NA VERSÃO IMPRESSA, DIGITAL PELA INTERNET OU AMBAS?

	Sexo		Idade			Escolaridade				Renda familiar						Região			
	27,6 (0,00)		69,4 (0,00)			305,7 (0,00)				327,4 (0,00)						152,1 (0,00)			
	Total	M	F	Até 24 anos	25 a 44 anos	+ 44 anos	Até Primário incompleto	Primário completo a Colegial incompleto	Colegial completo	+ Colegial completo	Até R\$ 724,00	De R\$ 725,00 até R\$ 1.448,00	De R\$ 1.449,00 até R\$ 3.620,00	Mais de R\$ 3.620,00	NS	NR	Sudeste; Sul; Centro-Oeste	Nordeste	Nordeste
	2352	1127	1225	398	1014	940	274	1047	629	402	262	555	940	311	93	191	1510	196	646
	100%	48%	52%	17%	43%	40%	12%	45%	27%	17%	11%	24%	40%	13%	4%	8%	64%	8%	27%
Versão Impressa	30%	34%	26%	21%	29%	34%	18%	31%	31%	32%	15%	23%	38%	35%	12%	29%	36%	30%	16%
Versão Digital	9%	9%	8%	13%	11%	4%	3%	4%	10%	22%	5%	5%	9%	20%	6%	7%	8%	5%	11%
Ambas	10%	10%	9%	11%	11%	7%	2%	6%	12%	19%	4%	7%	8%	16%	4%	24%	10%	19%	6%
Não tem o costume de ler jornal	50%	44%	55%	54%	46%	52%	74%	56%	44%	25%	72%	62%	44%	27%	76%	36%	44%	44%	63%
Não sabe	2%	2%	2%	2%	2%	2%	3%	3%	1%	1%	4%	3%	1%	1%	1%	3%	1%	2%	4%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2%	0%	0%	0%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 21 D. ASSISTIU TELEJORNAIS COM NOTÍCIAS NACIONAIS ESSA SEMANA?

	Idade		Renda familiar				Região		
	23,6 (0,00)		35,0 (0,01)				21,4 (0,00)		
	Total	Até 24 anos	+ 24 anos	Até R\$ 3.620,00	Mais de R\$ 3.620,00	NS	NR	Sudeste	Sul; Norte; Centro - Oeste; Nordeste
	2352	398	1954	1757	311	93	191	952	1400
	100%	17%	83%	75%	13%	4%	8%	40%	60%
Sim	78%	69%	79%	77%	84%	61%	79%	81%	75%
Não	21%	29%	19%	21%	15%	38%	17%	17%	23%
Não sabe	1%	2%	1%	1%	1%	1%	3%	2%	1%
Não respondeu	0%	1%	0%	0%	1%	0%	1%	0%	0%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 22 D. ASSISTIU TELEJORNAL REGIONAL COM NOTÍCIAS DA CIDADE E/OU REGIÃO?

	Idade		Escolaridade			Renda familiar					Região			
	29,7 (0,00)		26,4 (0,01)			44,9 (0,00)					24,3 (0,01)			
Total	<= 18 a 24 anos	> 18 a 24 anos	<= Primário incompleto (até 3ª série do ensino fundamental)	(Primário incompleto (até 3ª série do ensino fundamental), Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio)]	> Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio)	<= Até R\$ 724,00 (até 1 salário mínimo)	(Até R\$ 724,00 (até 1 salário mínimo), De R\$ 725,00 até R\$ 1.448,00 (mais de 1 até 2 salários mínimos)]	(De R\$ 725,00 até R\$ 1.448,00 (mais de 1 até 2 salários mínimos), Mais de R\$ 1.448,00 (mais de 20 salários mínimos)]	(Mais de R\$ 1.448,00 (mais de 20 salários mínimos), Não sabe (espontânea))	> Não sabe (espontânea)	Sudeste	Sul; Norte	Centro-Oeste; Nordeste	
	2352	398	1954	274	1865	213	262	555	1251	93	191	952	560	840
	100%	17%	83%	12%	79%	9%	11%	24%	53%	4%	8%	40%	24%	36%
Sim	73%	64%	75%	64%	73%	84%	65%	71%	76%	58%	81%	77%	69%	72%
Não	25%	34%	24%	35%	25%	16%	35%	27%	23%	40%	17%	22%	29%	27%
Não sabe	1%	1%	1%	1%	1%	0%	0%	2%	1%	2%	2%	2%	1%	0%
Não respondeu	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	1%	0%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

**Tabela 23 D. OUVIU NOTÍCIAS NO RÁDIO
ESTA SEMANA?**

	Sexo		Idade			Renda familiar				Região			
	18,7 (0,00)		55,7 (0,00)			37,9 (0,00)				52,4 (0,00)			
Total	Masculino	Feminino	<= 18 a 24 anos	(18 a 24 anos, 35 a 44 anos]	> 35 a 44 anos	<= De R\$ 725,00 até R\$ 1.448,00 (mais de 1 até 2 salários mínimos)	(De R\$ 725,00 até R\$ 1.448,00 (mais de 1 até 2 salários mínimos), Mais de R\$ 14.480,00 (mais de 20 salários mínimos)]	(Mais de R\$ 14.480,00 (mais de 20 salários mínimos), Não sabe (espontânea)]	> Não sabe (espontânea)	Sudeste; Sul	Norte	Centro - Oeste; Nordeste	
2352	1127	1225	398	1014	940	817	1251	93	191	1316	196	840	
100%	48%	52%	17%	43%	40%	35%	53%	4%	8%	56%	8%	36%	
Sim	47%	51%	43%	33%	47%	53%	43%	51%	29%	49%	51%	28%	46%
Não	51%	47%	55%	65%	51%	46%	55%	48%	70%	47%	48%	66%	53%
Não sabe	2%	2%	2%	1%	2%	1%	2%	1%	1%	3%	2%	5%	1%
Não respondeu	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	1%	0%	

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

5. CHAID variáveis Tipo de Participação em Campanha

Tabela 24 D. FOI CONTATADO(A) ATRAVÉS DE REDE SOCIAL OU INTERNET?

	Escolaridade				Renda familiar				Região	
	82, (0,00)				50,2 (0,00)				19,4 (0,00)	
	Total	Até Colegial incompleto	Colegial completo a Ensino universitário incompleto ou especialização	Ensino universitário completo ou +	Até R\$ 1.448,00	De R\$ 1.448,00 até R\$ 3.620,00	+ R\$ 3.620,00	NS / NR	Sudeste; Norte	Sul; Centro - Oeste; Nordeste
	2352	1321	818	213	817	940	311	284	1148	1204
	100%	56%	35%	9%	35%	40%	13%	12%	49%	51%
Sim	2%	0%	3%	9%	1%	2%	6%	2%	3%	1%
Não	8%	8%	8%	12%	8%	8%	12%	5%	8%	8%
Não sabe (espontânea)	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	1%	0%
Não se Aplica	89%	92%	88%	79%	91%	89%	82%	93%	88%	91%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 25 D. ALGUM AMIGO, PARENTE, VIZINHO, COLEGA DE TRABALHO OU OUTRA PESSOA PRÓXIMA TENTOU CONVENÇE-LO(A) A VOTAR EM UM CANDIDATO OU PARTIDO?

	Idade			Escolaridade		Renda familiar			Região	
	14,7 (0,01)			22,5 (0,00)		27,1 (0,00)			24,7 (0,00)	
Total	Até 54 anos	+ 54 anos		Até Colegial incompleto	+ Colegial incompleto	Até R\$ 3.620,00	De R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00	+ R\$ 14.480,00 / NS / NR	Sudeste; Sul; Centro - Oeste	Norte; Nordeste
2352	1818	534		1321	1031	1757	282	313	1510	842
100%	77%	23%		56%	44%	75%	12%	13%	64%	36%
Sim	27%	29%	21%	23%	32%	27%	37%	20%	24%	33%
Não	71%	69%	77%	75%	66%	72%	61%	77%	74%	66%
Não sabe (espontânea)	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	1%
Não se Aplica	0%	0%	1%	0%	0%	0%	1%	1%	0%	0%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 26 D. TENTOU CONVENÇE-LO(A) PESSOALMENTE, CARA A CARA?

	Idade			Escolaridade		Renda familiar			Região		
	27,1 (0,00)			22,2 (0,00)		23,1 (0,00)			22,6 (0,00)		
Total	Até 44 anos	45 a 54 anos	+ 54 anos	Até Colegial incompleto	+ Colegial incompleto	Até R\$ 3.620,00	De R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00	+ R\$ 14.480,00 / NS / NR	Sudeste; Sul; Centro - Oeste	Norte; Nordeste	
2352	1412	406	534	1321	1031	1757	282	313	1510	842	
100%	60%	17%	23%	56%	44%	75%	12%	13%	64%	36%	
Sim	26%	28%	24%	20%	22%	30%	25%	35%	19%	23%	31%
Não	1%	1%	3%	1%	1%	2%	1%	2%	1%	1%	
Não se Aplica	73%	71%	73%	79%	77%	68%	73%	63%	80%	76%	67%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 27 D. TENTOU CONVENCÊ-LO(A) POR SMS OU MENSAGEM DE TEXTO?

	Idade		Escolaridade			Renda familiar			Região		
	18,6 (0,00)		62,6 (0,00)			49,1 (0,00)			42,7 (0,00)		
Total	Até 64 anos	+ 64 anos	Até Ginásio completo	Colegial incompleto a Colegial completo	+ Colegial completo	Até R\$ 3.620,00	De R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00	+ R\$ 14.480,00 / NS / NR	Sudeste; Sul; Centro - Oeste	Norte; Nordeste	
	2352	2100	252	1130	820	402	1757	282	313	1510	842
	100%	89%	11%	48%	35%	17%	75%	12%	13%	64%	36%
Sim	3%	3%	0%	1%	4%	8%	2%	9%	3%	2%	6%
Não	24%	25%	18%	22%	24%	28%	24%	29%	17%	22%	27%
Não sabe (espontânea)	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Não respondeu (espontânea)	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Não se Aplica	73%	72%	81%	77%	72%	64%	73%	63%	80%	76%	67%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 28 D. TENTOU CONVENCÊ-LO(A) POR EMAIL?

	Idade			Escolaridade			Renda familiar			Região	
	14,5 (0,04)			85,4 (0,00)			67,7 (0,00)			28,8 (0,00)	
	Total	Até 64 anos	+ 64 anos	Até Ginásio completo	Colegial incompleto a Colegial completo	+ Colegial completo	Até R\$ 3.620,00	De R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00	+ R\$ 14,48	Sudeste; Sul; Centro - Oeste	Norte; Nordeste
	2352	2100	252	1130	820	402	1757	282	313	1510	842
	100%	89%	11%	48%	35%	17%	75%	12%	13%	64%	36%
Sim	2%	3%	0%	0%	2%	8%	1%	8%	3%	2%	3%
Não	25%	25%	18%	23%	26%	28%	25%	29%	17%	22%	29%
Não sabe (espontânea)	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%
Não respondeu (espontânea)	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Não se Aplica	73%	72%	81%	77%	72%	64%	73%	63%	80%	76%	67%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

Tabela 29 D. TENTOU CONVENCÊ-LO(A) ATRAVÉS DE REDE SOCIAL E INTERNET?

	Idade				Escolaridade			Renda familiar				Região	
	47,1 (0,00)				108,2 (0,00)			93,0 (0,00)				27,6 (0,00)	
	Total	Até 44 anos	45 a 64 anos	+ 64 anos	Até Ginásio completo	Colegial incompleto a Colegial completo	+ Colegial completo	Até R\$ 1.448,00	De R\$ 1.448,00 até R\$ 3.620,00	De R\$ 3.620,00 a R\$ 14.480,00	+ R\$ 14.480,00 / NS / NR	Sudeste; Sul; Centro - Oeste	Norte; Nordeste
	2352	1412	688	252	1130	820	402	817	940	282	313	1510	842
	100%	60%	29%	11%	48%	35%	17%	35%	40%	12%	13%	64%	36%
Sim	6%	8%	3%	0%	2%	7%	16%	3%	5%	17%	6%	5%	7%
Não	21%	21%	22%	18%	21%	21%	20%	24%	21%	20%	14%	18%	26%
Não sabe (espontânea)	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Não respondeu (espontânea)	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Não se Aplica	73%	71%	75%	81%	77%	72%	64%	74%	73%	63%	80%	76%	67%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

6. CHAID Interesse por política

Tabela 30 D. VARIÁVEL DEPENDENTE: Interesse por política

	Total	Escolaridade			Renda familiar					Região	
		Até Ginásio completo (8ª série do ensino fundamental)	+ Ginásio completo, até Ensino universitário incompleto ou especialização	Ensino universitário completo / Pós graduação ou mais	Até R\$ 724,00	Mais que R\$ 724,00 até R\$ 3.620,00	Mais que R\$ 3.620,00 até R\$ 7.240,00	Mais que R\$ 7.240,00	NS/NR/NSA	Sudeste	S; N; CO; NE
	2506	1195	1080	230	277	1598	248	76	304	1107	1400
	100%	48%	43%	9%	11%	64%	10%	3%	12%	44%	56%
Muito interessado	7%	5%	7%	18%	4%	7%	9%	22%	4%	5%	9%
Interessado	23%	20%	24%	32%	14%	22%	37%	39%	19%	23%	23%
Pouco interessado	41%	42%	43%	33%	45%	43%	30%	20%	41%	39%	43%
Nada interessado	26%	31%	24%	15%	35%	25%	22%	17%	32%	28%	25%
Não sabe	2%	2%	3%	2%	1%	2%	2%	1%	3%	5%	0%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%

Fonte: Elaboração própria do CHAID a partir de ESEB (2014).

VARIÁVEIS INDEPENDENTES: Idade, escolaridade, renda familiar e região. Idade não discrimina a variável dependente.

Dummies das variáveis dependente (interesse por política) e independentes foram construídas a partir dos agrupamentos do CHAID